



DADOS & INFORMAÇÕES

DO TURISMO NO BRASIL
Ano 1 □ 2ª Edição □ Junho de 2021

o **impacto**
da pandemia de

COVID-19

nos setores de

Turismo e Cultura
do Brasil



**DADOS E
INFORMAÇÕES**
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

DADOS & INFORMAÇÕES

DO TURISMO NO BRASIL

2ª Edição/2021: O impacto da pandemia de COVID-19 nos setores de Turismo e Cultura do Brasil.

Análise de dados para traçar um panorama dos efeitos da então recente pandemia de COVID-19 sobre os setores de turismo e cultura, a partir de publicações nacionais e internacionais com projeções sobre o futuro e possíveis modelos de retomada.

Desembarque Internacional
International arrivals



Desembarque Doméstico
Domestic arrivals

Serviços Públicos · Public agencies



Câmbio · Exchange



Sanitários · Restrooms





Ano 1 ▫ 2ª Edição

Bem-vindos à segunda edição da revista **Dados & Informações do Turismo no Brasil**.
Uma produção da Coordenação-Geral de Dados e Informações da
Subsecretaria de Gestão Estratégica da
Secretaria Executiva do Ministério do Turismo.

NOTAS DA EDIÇÃO

A segunda edição da Revista Dados & Informações do Turismo no Brasil representa um marco da continuidade do caminho escolhido pela Coordenação-Geral de Dados e Informações da Subsecretaria de Gestão Estratégica para divulgar o trabalho realizado em um formato inovador, dinâmico, em uma linguagem acessível a todos.

O tema escolhido para ocupar as páginas da presente edição é atual e sensível a todas as camadas da sociedade, não sendo a primeira vez que é tratado nas publicações da Unidade.

Em 2020, a Coordenação-Geral de Dados e Informações publicou o “Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil”, uma Compilação de estudos e pesquisas de outros órgãos, agregados aos dados já levantados pelo Ministério do Turismo, para expor um cenário sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 no setor de turismo e cultura no Brasil, objetivando apoiar a gestão na avaliação e no processo de retomada das atividades.

A referida publicação, disponível no Portal Dados e Fatos, consolidou-se como movimento para compreender os efeitos da então recente pandemia de COVID-19 sobre os setores de turismo e cultura, a partir de publicações nacionais e internacionais com projeções sobre o futuro e possíveis modelos de retomada.

O interesse em abordar o tema nesta segunda edição se baseia na continuidade da pandemia no Brasil, inclusive com o fechamento das fronteiras internacionais; no início das campanhas de vacinação em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil; assim como nas inquietações sobre o futuro do turismo em níveis nacionais e internacionais.

O debate acerca do tema é fundamental para apoiar sociedade, iniciativa privada e governos no processo de retomada do turismo, e a publicação busca isso com os artigos de convidados, bem como os textos e evidências da Coordenação-Geral de Dados e Informações.

A proposta de possuir diferentes visões sobre o tema tem o condão de ampliar os horizontes sobre um tema tão importante e sensível para o planeta, e a expectativa com a presente publicação é pautar a discussão sobre o turismo no dia a dia de governos e iniciativa privada.



Fabrizio Macedo, Pixabay.

CONTEÚDO

Apresentação	6
Mensagem do Ministro de Estado do Turismo	9
Mensagem do Secretário Executivo	11
Mensagem da Subsecretária de Gestão Estratégica	13
O Turismo e a pandemia de COVID-19 em 2020 - Coordenação-Geral de Dados e Informações (CGDI/SGE/SE/MTur)	14
O BNDES e as perspectivas de apoio ao turismo - Luciane Gorgulho, BNDES	16
Impactos sociais da pandemia no setor de Turismo	20
A Lei Aldir Blanc e o atual cenário dos trabalhadores do setor cultural	23
O papel da Secretaria Especial de Cultura e órgãos vinculados	44
O setor cultural e sua contribuição para o processo de retomada - Elton Medeiros	51
O impacto da pandemia de COVID-19 sobre as Atividades Características do Turismo	54
Análise detalhada para as Atividades Características do Turismo	61
Turismo é paciente grave na pandemia - José Roberto Tadros, presidente da CNC	101
Setor de cruzeiros: retomada e próximos passos - Marco Ferraz, presidente da CLIA Brasil	105
Tendências e propostas para o Turismo e Cultura - Coordenação-Geral de Dados e Informações (CGDI/SGE/SE/MTur)	108
Notas de encerramento	111
Referências	112

APRESENTAÇÃO

O impacto da pandemia de COVID-19 nos setores de Turismo e Cultura do Brasil

A segunda edição da Revista Dados & Informações possui uma mudança significativa em relação a outras publicações da Coordenação-Geral de Dados e Informações quanto à abordagem dos temas do setor de turismo.

Tendo em vista a temática abordada como tema central da presente edição, optou-se por segmentar a análise dos dados sobre o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o setor de turismo a partir das Atividades Características do Turismo (ACT) a fim de propiciar melhor entendimento dos impactos da pandemia e com o objetivo de promover um número maior de ferramentas aos gestores para a formulação de políticas públicas.

A mudança não representa uma alteração no objetivo almejado em todas as publicações da Coordenação-Geral de Dados e Informações. Assim com a primeira edição da Revista Dados & Informações e outras publicações, há um desejo de apresentar dados sob um formato acessível, com uma linguagem cidadã capaz de aproximar a sociedade do necessário debate sobre a pandemia e as ações para promover a retomada do setor.

Outro tema importante para o debate sobre o impacto da pandemia e soluções já implementadas é uma profunda análise sobre os efeitos da aplicação da Lei Aldir Blanc a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria Especial da Cultura.

A edição da revista também possui um trecho especialmente dedicado ao impacto social da pandemia sobre os trabalhadores de ambos os setores, tendo em vista que há uma preocupação quanto ao impacto social para além dos dados sobre os impactos econômicos.

Para acrescentar novos pontos de vista sobre o debate acerca dos impactos da pandemia de COVID-19 sobre os setores de turismo e de cultura, foram convidados importantes e fundamentais parceiros para o Ministério do Turismo. Assim como a primeira edição, buscou-se a pluralidade de opiniões sobre os impactos e sobre as ações necessárias para promover a retomada.

A partir de tais considerações, é o desejo da Coordenação-Geral de Dados e Informações que o conteúdo das páginas a seguir possam auxiliar gestores em diferentes níveis de governo no

processo de formulação de políticas, programas e ações para mitigar os efeitos da pandemia e para propiciar a retomada de ambos os setores. A edição busca também aproximar a comunidade acadêmica, a sociedade e a iniciativa privada para o debate e para a busca de soluções, haja vista que somente a partir da atuação conjunta será possível superar este difícil momento que a pandemia de COVID-19 impôs aos setores. ■





“ ... é o desejo da Coordenação-Geral de Dados e Informações que o conteúdo das páginas a seguir possam auxiliar gestores em diferentes níveis de governo no processo de formulação de políticas, programas e ações para mitigar os efeitos da pandemia e para propiciar a retomada de ambos os setores, ... e aproximar a comunidade acadêmica, a sociedade e a iniciativa privada para o debate e a busca de soluções.”



Recife Antigo - Recife - Pernambuco - Brasil - Bruno Lima - Banco de imagens MTur/Destinos.

MENSAGEM DO **MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO**



Gilson Machado Neto

Organizada pelo Ministério do Turismo, a presente publicação traz um retrato inédito e completo dos impactos da pandemia de coronavírus no turismo e na cultura. Os números reforçam que fomos os dois setores mais afetados pela Covid-19. Eles só não foram maiores do que o compromisso do governo do presidente Jair Bolsonaro para diminuir os prejuízos desse momento tão complicado.

Implementamos uma série de medidas: flexibilização da jornada de trabalho, possibilidade de suspensão de contratos, definição de direitos do consumidor, liberação de R\$ 5 bilhões para crédito dos empreendimentos turísticos, socorro de R\$ 3 bilhões para o setor cultural, criação do Selo Turismo Responsável, entre outras iniciativas.

Além das informações referentes à cultura, esta revista traz, pela primeira vez, dados separados por Atividade Característica do Turismo (ACT).

As informações aqui mostradas vão nortear as ações que serão desenvolvidas pelo MTur para a retomada do turismo e da cultura no pós-pandemia. Nosso compromisso é garantir que nossas atividades voltem a gerar emprego, renda e desenvolvimento no nosso país.



Centro Histórico - Tiradentes - Minas Gerais - Brasil - Pedro Vilela - Banco de Imagens MTur/Destinos

MENSAGEM DO **SECRETÁRIO EXECUTIVO**



Daniel Nepomuceno

É com grande prazer que componho a segunda edição da Revista Dados & Informações após a exitosa primeira edição que desbravou um caminho até então nunca antes trilhado.

A presente publicação é a reafirmação do desejo desta Secretaria Executiva e da Subsecretaria de Gestão Estratégica em promover a inclusão de outros indivíduos que não estão diretamente envolvidos no campo de estudos e pesquisas sobre turismo, além de reforçar a cooperação com os habituais parceiros do Ministério do Turismo.

O fortalecimento de laços e estreitamento de relações é fundamental no atual quadro vivenciado pelo país, em que há uma luta incansável para mitigar os efeitos da pandemia sobre a economia e posteriormente superá-la. No campo de batalha em que o Brasil se encontra, temos percebido a importância da sensibilidade em equilibrar economia e saúde, temas caros e essenciais para toda a sociedade.

As políticas de turismo e cultura têm presenciado também essa aparente dicotomia, haja vista que ambos os setores foram os primeiros impactados, devido às características de ambos e a necessidade de distanciamento social.

Diante desse cenário, resta clara a importância da sábia escolha do tema da segunda edição desta revista. É muito importante debater não só a pandemia, mas também os seus efeitos sobre os setores de cultura e turismo.

É sabido que já existe um número considerável de publicações sobre o tema e, portanto, a presente publicação não possui o objetivo de estabelecer um marco, mas sim de reforçar o imprescindível debate.

Para isso é importante que especialistas, organizações e poder público conjuguem esforços para prover os gestores e empresários de dados e informações precisos para que, juntos, possamos superar a pandemia e, assim, deliciar-nos com a criação da natureza e do homem, abundantes em nosso país.



MENSAGEM DA **SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**



Luana Mara Nunes Boldori

O mundo tem vivido dias desafiadores nos últimos meses devido à pandemia de COVID-19. Para o país não tem sido diferente, haja vista o acompanhamento diário dos dados divulgados pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Estaduais de Saúde.

Desde o início de 2020, com a declaração da pandemia, ocorreram avanços significativos, como o crescimento do número de testes realizados, o início da campanha de vacinação e a autorização para a compra de diferentes vacinas produzidas por vários países. Contudo, o surgimento de variantes do vírus testou a capacidade de Estados e Municípios com seus sistemas de saúde já fragilizados.

Nesse cenário, planejar é fundamental. Antever cenários, analisar o passado e compreender as opções de ação são papéis do gestor público e também dos pequenos e grandes empresários. A pandemia tem exigido de todos os países atingidos que sejam feitas escolhas, seleções racionais, visando sempre o menor gasto e sempre um maior alcance.

No período da pandemia a sociedade internalizou termos técnicos que anteriormente estavam restritos aos campos médico e científico. Agora, diante da necessidade de planejar o futuro, urge implementar a cultura do planejamento, da gestão estratégica e de visão de futuro.

A presente edição propõe uma discussão, fundamental para esse quadro e para o próximo passo do país, sobre o Setor de Turismo e de Cultura. Nas páginas desta revista estão problematizações importantes para ambos os setores, com a visão de personagens importantes e com dados e avaliações da Coordenação-Geral de Dados e Informações. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, mas a caminhada se torna mais simples quando conhecemos aonde queremos chegar.

O Turismo e a pandemia de COVID-19 em 2020

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CGDI/SGE/SE/MTur)

O Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil¹, elaborado pela Coordenação-Geral de Dados e Informações do Ministério do Turismo, apresentou evidências dos efeitos da pandemia sobre os setores de turismo e cultura. Até a data de sua publicação (set/2020), os dados apresentavam um cenário de paralisação do setor. Contudo, o relatório, assim como outros estudos semelhantes, previa o início de um processo de retomada, que considerava o controle da pandemia.

Os cenários delineados não se concretizaram e o mundo ainda enfrenta os efeitos da pandemia, com o crescimento do número de mortes e de infectados. É certo que o desenvolvimento de diferentes vacinas e o início da campanha de vacinação promoveram grandes avanços, mas, sem dúvida, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

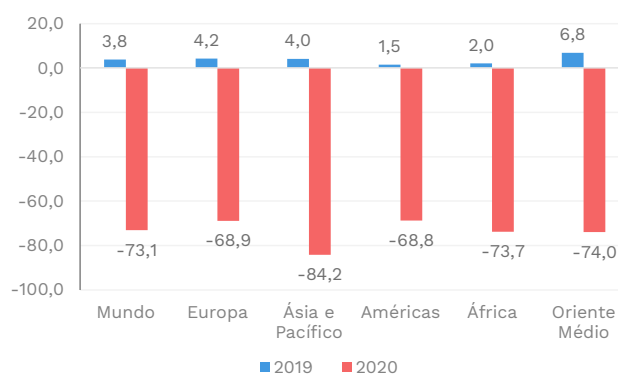
Enquanto não há uma vacinação em massa em todo o mundo, permanecem a adoção dos protocolos de biossegurança para evitar a propagação do vírus por meio do distanciamento social e da utilização de máscaras, dentre outros. Neste cenário, ainda temos o fechamento das fronteiras internacionais e a paralisação quase completa do setor de turismo, em especial do turismo internacional.

Conforme divulgação da Organização Mundial do Turismo (OMT), a pandemia de COVID-19 promoveu a redução nas chegadas de turistas internacionais no mundo, nos dez primeiros meses de 2020, a níveis semelhante aos anos 1990. Representando, também, prejuízos consideráveis nas receitas internacionais do turismo².

Em termos econômicos, essa queda brusca representa a perda estimada de receitas no montante de 1,3 trilhões de dólares³.

Uma análise mais apurada dos dados publicados pelo Barômetro do Turismo Mundial da Organização Mundial do Turismo³, especialmente as informações sobre as regiões do planeta, permite observar que a maior queda ocorreu na Ásia e no Pacífico, com

Varição percentual anual das chegadas de turistas internacionais no mundo - 2019-2020



Fonte: Organização Mundial do Turismo.

redução de 84% nas chegadas internacionais, seguida pela queda no Oriente Médio e África, que registraram 74%. Já nas Américas, a queda foi de 69%.

Os dados expostos demonstram o grave cenário que o setor de turismo viveu ao longo de 2020. E, infelizmente, o início do ano de 2021 não traz alento imediato, haja vista que novas variantes do vírus estão surgindo ao redor do mundo, o que ocasiona novas restrições rígidas às viagens, que incluem desde testes obrigatórios a quarentenas e, em alguns casos, o fechamento completo das fronteiras.

A luz no fim do túnel é a produção de vacinas para imunização em massa da população mundial, algo que demanda tempo e matéria prima dos laboratórios, além de iniciativas políticas, razão pela qual ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos países, em busca do tão sonhado fim da pandemia do novo Coronavírus.

1. Ministério do Turismo - Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil.
2. Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo internacional (ONU News).
3. Organização Mundial do Turismo (UNWTO World Tourism Barometer - Volume 19, Issue 2, March 2021).



“ ... novas variantes do vírus estão surgindo ao redor do mundo, o que ocasiona **novas restrições rígidas às viagens**, que incluem desde testes obrigatórios a quarentenas e, em alguns casos, o fechamento completo das fronteiras.

A luz no fim do túnel é a **produção de vacinas** para imunização em massa da população mundial ... Ainda há um **longo caminho a ser percorrido** pelos países, em busca do tão sonhado fim da pandemia do novo Coronavírus.”



O BNDES e as perspectivas de apoio ao turismo

Luciane Gorgulho,⁴ BNDES

Panorama, Potencial Econômico e Perspectivas do Turismo

O turismo vinha sendo um dos setores de maior crescimento no mundo antes da pandemia. Em 2018, o World Travel & Tourism Council (WTTC) divulgou dados sobre o setor de viagens e turismo, que atingiu cifra de US\$ 8,8 trilhões em receitas (10,4% das atividades globais) e teve índice de crescimento superior à economia global (3,9% ante 3,2% da economia global), reafirmando ciclo de alta por 8 anos consecutivos. Naquele ano, o setor de turismo foi responsável por 319 milhões de empregos, o equivalente a 1 em cada 10 na economia global⁵.

No Brasil, o turismo foi responsável pela injeção de 152,5 bilhões de dólares na economia em 2018, o equivalente a 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano. Em relação aos empregos, o setor foi responsável por quase sete milhões de postos de trabalho no mesmo período (7,5% do total). Nos últimos cinco anos, o turismo gerou um em cada cinco novos empregos no país.

A pandemia do novo coronavírus veio interromper esse ciclo de crescimento. No Brasil, o setor foi imediatamente afetado⁶. As perspectivas de retomada, contudo, indicam que o turismo doméstico tem sido um dos primeiros a estabelecer uma recuperação gradual, devido à preferência por roteiros mais curtos e de menor distância em relação à origem. Mais do que isso, no período pós-pandemia, o turismo poderá vir a dar grande contribuição à retomada econômica e geração de empregos. Isso porque, pela natureza dos serviços envolvidos em sua cadeia produtiva, o setor é mão-de-obra intensivo, diferentemente de outras atividades, onde novas tecnologias estão substituindo muitos postos de trabalho. Incluem-se as atividades relacionadas a hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas e demais tipos de transportes de passageiros e turistas, além de restaurantes e empreendimentos de cultura e lazer.⁷

Destaquem-se tendências qualitativas que já vinham em curso e que devem ser consolidadas no pós-pandemia, onde cada vez mais os viajantes buscam experiências únicas em que o conhecimento de novas culturas e a vivência do estilo de vida local são cada vez mais valorizados. É nesse contexto que se encaixam o turismo cultural⁸ e o ecoturismo, cujo atrativo central é, por excelência, o patrimônio cultural e natural, que se

tornam então insumos relevantes para a promoção de produtos turísticos de qualidade.

Abre-se a oportunidade também do investimento na sustentabilidade no turismo, entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas. O turismo de base comunitária, tendo como protagonista a própria comunidade receptora, pode ser importante iniciativa para geração de alternativas de rendimento para comunidades locais, além de contribuir para a manutenção da floresta em pé na região Amazônia e outras áreas de preservação. O turismo se revela, assim, um importante aliado para impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Para que o turismo possa retomar seu crescimento sustentável dos anos pré-pandemia, faz-se imprescindível a continuidade dos avanços na gestão do turismo que vêm sendo empreendidas pelo Ministério do Turismo nos últimos 15 anos⁹. Dentre as ações de planejamento necessárias, uma das mais urgentes refere-se ao ordenamento urbano, com regras de uso e ocupação do solo e avaliação e controle da capacidade de

- Luciane Gorgulho, Economista pela UFRJ, com Mestrado em Economia Industrial pela mesma instituição e MBA Executivo pela COPPEAD, é Chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano, Patrimônio e Turismo do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Entre outubro de 2018 e outubro de 2019 foi Chefe do Departamento de Educação e Cultura (DEDUC) do BNDES, destinado a promover o desenvolvimento da educação brasileira e estímulo ao investimento social privado, inclusive *endowments*.
- O WTTC estimou ainda como perspectivas para os dez anos seguintes, que 1 em cada 5 novos empregos viriam do turismo, com a projeção de gerar 100 milhões de novos empregos, atingindo 421 milhões de postos de trabalho (incidência direta, indireta e induzida).
- De fato, estudo da FGV aponta que o PIB do setor, que em 2019 chegou a R\$ 271 bilhões, no biênio 2020/2021, deve atingir perda total projetada de R\$ 117 bilhões no biênio 2020/2021. Para cobrir essa perda, será necessário que o setor cresça em média 17% ao ano em 2022 e 2023. Fonte: *Impacto Econômico do COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro* (FGV).
- Contando com bom clima e fartos espaços ao ar livre, o turismo de negócios também pode ser estimulado, lembrando que segundo o ranking global da International Congress and Convention Association (ICCA), o Brasil foi o país da América do Sul que mais sediou eventos em 2018 - 244 no continente, um número importante no cenário internacional, mas ainda aquém de suas potencialidades.
- Em 2017, o turismo cultural foi a motivação de deslocamento de mais de 39% (cerca de 516 milhões) de todos os viajantes internacionais.
- Podem ser destacados, como os planos nacionais de turismo, a produção sistemática de estatísticas, estudos e pesquisas, o Mapa do Turismo Brasileiro e a sanção da Lei nº 11.771, de 17 de setembro 2008 (Lei do Turismo). Destaca-se o modelo de gestão integrada e descentralizada do turismo, implementado desde o início dos anos 2000, fundamental para o avanço da atividade em diferentes cidades, estados e regiões, assim como para o fortalecimento da governança no âmbito local e para a proliferação de iniciativas inovadoras que contribuíram para o aumento da competitividade do turismo no país. Adicionalmente, o Ministério do Turismo vem fazendo relevantes investimentos na estruturação de destinos turísticos, com destaque para o Prodetur - Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo, que apoia o desenvolvimento de planos e projetos regionais e municipais, por meio de parcerias com estados e municípios.



carga (lotação), que, se inexistente, pode rapidamente destruir o ativo turístico que se quer valorizar. Esse aspecto se torna ainda mais importante nos destinos turísticos ligados a belezas naturais ou históricas, com especial cuidado com os patrimônios naturais e culturais.

Faz-se necessária também a melhoria da competitividade do turismo. O relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), intitulado *The Travel & Tourism Competitiveness Report (TTCR)*, retrata o Brasil na 27ª colocação num ranking de 136 países analisados. Segundo o relatório, o Brasil é considerado o número dois do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como oitavo classificado no item recursos culturais¹⁰.

No entanto, apesar desta vantagem comparativa, no quesito “priorização do setor”, ainda fica na 106ª posição e no item “ambiente de negócios”, em 129º, devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados.

Avanços têm sido observados também no fortalecimento do potencial turístico do patrimônio natural, protegido na forma de unidades de conservação¹¹, e que conta com oito reconhecidas como patrimônio mundial. O segmento de parques naturais tem recebido também especial atenção dos órgãos governamentais para o seu aproveitamento econômico e turístico. Nesse sentido, encontram-se em andamento iniciativas de estruturação de concessões privadas em unidades federais e estaduais, sendo que o BNDES está responsável pela estruturação de cerca de 30 desses parques estaduais.

O IPHAN, autarquia do antigo Ministério da Cultura, hoje albergado na estrutura do Ministério do Turismo, vem promovendo avanços na preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro e, em anos recentes, tem dado especial atenção em estimular o turismo associado ao patrimônio, fazendo com que hoje o Brasil conte com políticas públicas bem estabelecidas para a promoção do turismo cultural, tais como o Plano Nacional de Cultura (PNC)¹², que tem entre suas metas o

aumento do peso dos aspectos culturais no desenvolvimento do turismo, do número de pessoas que vão a museus e da participação do setor cultural no PIB brasileiro; e a Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios Patrimônio Mundial, regulamentada pelo Decreto nº 9.763, de 11/04/2019, que estabelece diretrizes para estimular o turismo sustentável nos 22 sítios brasileiros¹³ que receberam o título de patrimônio mundial pela Unesco, por seu excepcional valor para a humanidade, com objetivo de desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados ao Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil¹⁴.

O Ministério do Turismo e o IPHAN vêm implementando, de forma conjunta, uma série de ações de valorização dos destinos turísticos de dominância patrimonial e de melhoria do ambiente de negócios do setor de turismo. Uma parceria entre MTur, Iphan e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), tem fomentado junto aos municípios o desenvolvimento de ações voltadas para a sinalização turística e a implementação de centros de referência do patrimônio mundial. Outra iniciativa que pode ser citada é a estruturação de concessões turísticas para o aproveitamento econômico de patrimônios históricos sem uso, no âmbito do Programa Revive Brasil. Ambas as iniciativas contam com a parceria do BNDES.

10. O potencial do patrimônio cultural brasileiro é enorme, o Brasil possui um total de 1.250 patrimônios tombados, entre os quais, 85 centros urbanos protegidos, cada um deles com centenas de edificações. Desses patrimônios, 22 sítios históricos brasileiros obtiveram o reconhecimento máximo internacional como patrimônio mundial pela Unesco, o que coloca o país no 13º lugar no mundo, atrás apenas do México na América Latina.

11. O Brasil conta com 570 unidades de conservação com potencial de visitação, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (2017), sendo 57 monumentos naturais e centenas de parques.

12. Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura - Plano Nacional de Cultura (PNC).

13. São monumentos, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos e paisagens culturais de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. São 14 patrimônios culturais, 7 patrimônios naturais e um patrimônio misto (cultural e natural).

14. A proposta está alinhada ao Plano Nacional de Turismo 2018-2022, que definiu como uma de suas estratégias “promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística”.

“Avanços têm sido observados também no fortalecimento do potencial turístico do patrimônio natural ... que conta com oito [unidades de conservação] reconhecidas como patrimônio mundial.

... Encontram-se em andamento iniciativas de estruturação de concessões privadas em unidades federais e estaduais, sendo que o BNDES está responsável pela estruturação de cerca de 30 desses parques estaduais.”



O BNDES e a Nova Agenda de Apoio ao Turismo

Os investimentos públicos necessários na infraestrutura turística nos municípios, ou por meio de parcerias público-privadas e concessões, deverão contribuir para a injeção de recursos e geração de empregos, contribuindo positivamente para a retomada econômica.

Para viabilizar a atração de investimentos e a execução dessas iniciativas, a oferta de linhas de crédito em condições adequadas é um requisito fundamental. O BNDES tem papel relevante na política pública, seja como fonte de recursos (reembolsáveis e não reembolsáveis) para financiar os investimentos dos setores público e privado, seja como agente de fomento de projetos e articulação entre os atores relevantes no setor. Nesse sentido, o banco pode financiar planos de investimentos turísticos de municípios, como também ofertar linhas de crédito de longo prazo para concessionários privados.

Com a linha de Desenvolvimento Territorial Integrado, podem ser financiados investimentos públicos alinhados ao planejamento municipal, de caráter multissetorial, sustentável e integrado, e contribuir para a solução dos problemas estruturais dos aglomerados urbanos e de centralidades territoriais, ajudando os municípios a equacionar os crônicos problemas de infraestrutura e serviços urbanos gerados pelo crescimento desordenado das cidades brasileiras. Podem ser financiados investimentos destinados a contenção e requalificação de encostas e de margens de rios,

especialmente em áreas povoadas; urbanização de áreas destinadas ao remanejamento de população residente em áreas de risco; saneamento ambiental Integrado (drenagem urbana, micro e macrodrenagem, esgotamento sanitário e abastecimento); implantação e requalificação de parques urbanos; provisão de infraestrutura social básica; assim como requalificação urbana em localidades com vocação turística.

O BNDES investe há mais de 20 anos no patrimônio cultural, tendo apoiado mais de 200 patrimônios dos mais diversos tipos em todo o país, com especial olhar sobre a dinamização da cadeia produtiva e a sustentabilidade financeira das instituições apoiadas.

A criação do Departamento de Desenvolvimento Urbano, Cultura e Turismo (DEURB) em 2019 veio fortalecer ainda mais o apoio do BNDES a cidades históricas e turísticas de todo o país, permitindo uma análise mais integrada das deficiências e necessidades das cidades com potencial turístico. O objetivo é tornar mais disponíveis e facilitadas as diversas linhas de financiamento existentes no Banco para a promoção do desenvolvimento econômico e social a partir do turismo, além de ampliar a oferta de crédito para o setor público e privado.



Impactos sociais da pandemia no setor de **Turismo**

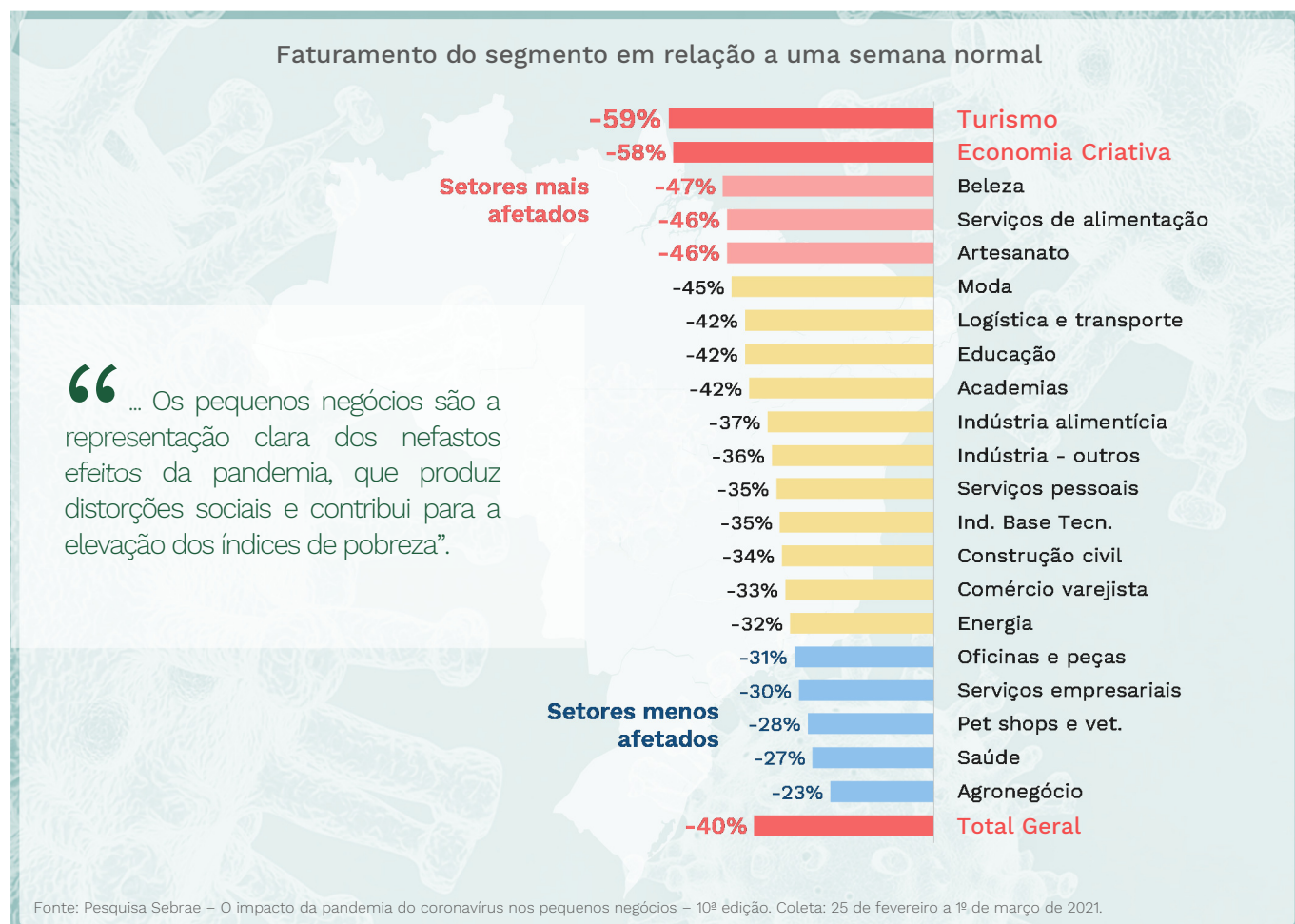
Um dos setores mais afetados pela pandemia, o turismo tem um longo caminho a percorrer até a retomada. Grandes e pequenos aeroportos estão desertos nas maiores cidades do mundo; pontos turísticos que costumam atrair multidões estão quase sem um único visitante; praias vazias em dias quentes; feriados prolongados sem grandes movimentos nos aeroportos.

Com a necessidade de adotar distanciamento social e evitar aglomerações, a atividade turística foi diretamente afetada no País. Pontos turísticos foram fechados, voos suspensos, eventos cancelados, fronteiras interditadas, hotéis, pousadas, bares e restaurantes obrigados a fechar as portas. Em todo o Brasil, o setor acumula perdas desde o início da pandemia, haja vista que até mesmo as grandes festividades populares deixaram de ser realizadas em função do necessário distanciamento social.

O COVID-19 não seleciona os atingidos, produzindo efeitos sobre grandes empresários e pequenos negócios. Os pequenos negócios são a representação clara dos nefastos efeitos da pandemia, que produz distorções sociais e contribui para a elevação dos índices de pobreza.

Um claro exemplo do acima relatado está contido em pesquisa quantitativa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) juntamente com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), visando identificar o impacto da pandemia de COVID-19 nos pequenos negócios¹⁵. Os resultados reforçam que os setores de cultura/economia criativa e turismo foram os mais impactados pela pandemia.

15. O Impacto da pandemia de Coronavírus nos Pequenos Negócios, 10ª Edição do Sebrae, março de 2021.

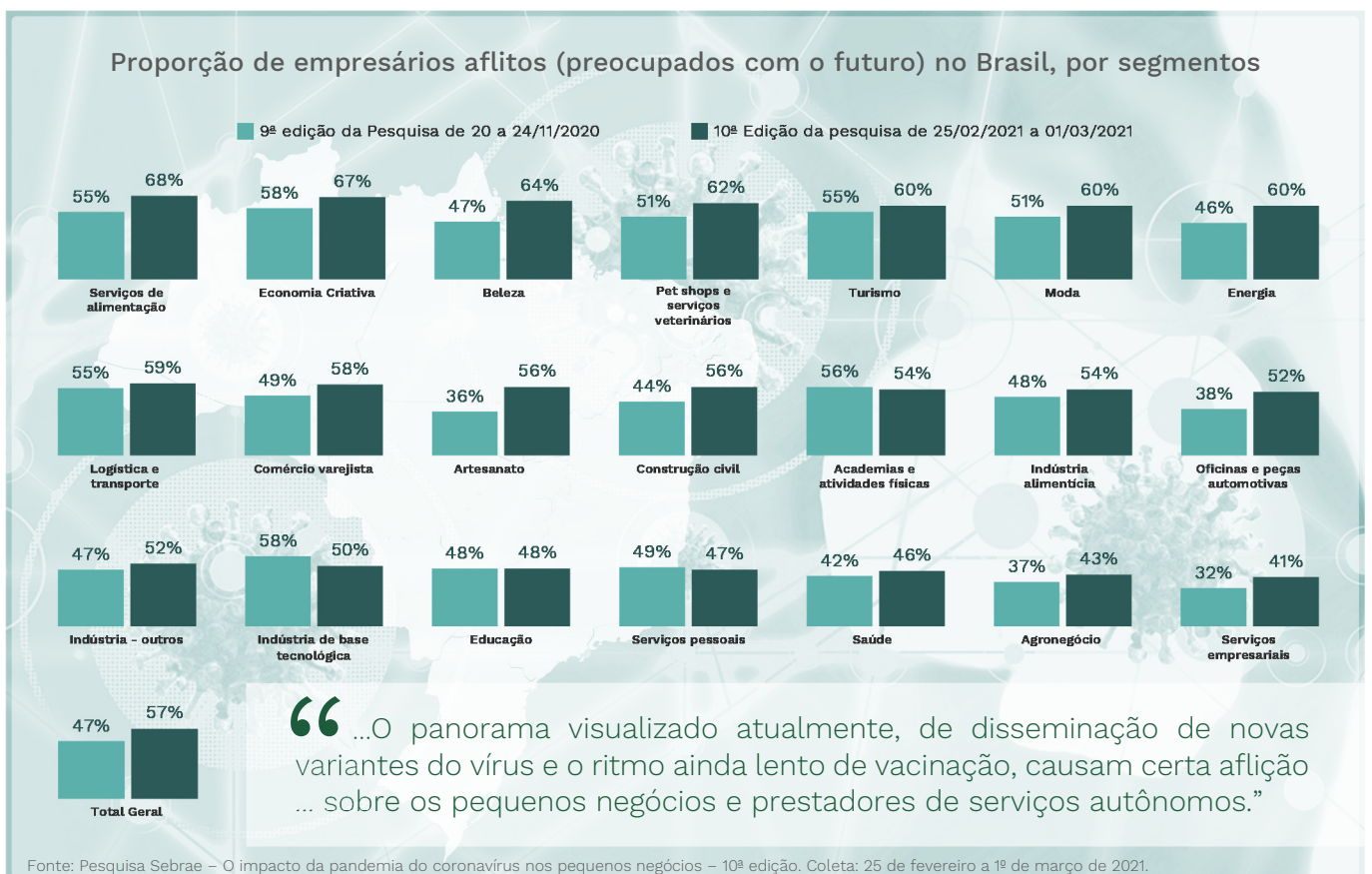




Marco Zero - Recife - Pernambuco - Brasil - Eduardo Domingos, Pixabay.

O cenário de distanciamento social e as medidas de restrição de circulação tornaram ainda mais complexo o cenário dos pequenos negócios e dos profissionais autônomos. Nesse quadro, com vendas em baixa, ou com o setor completamente parado, esses profissionais sofrem para garantir sua sobrevivência e uma parcela dessa população depende exclusivamente de auxílio do Governo Federal, em especial do auxílio emergencial.

O panorama visualizado atualmente de disseminação de novas variantes do vírus e o ritmo ainda lento de vacinação causam certa aflição na população, especialmente sobre os pequenos negócios e prestadores de serviços autônomos, conforme verifica-se nos dados do estudo do SEBRAE.





A Lei Aldir Blanc e o atual cenário dos trabalhadores do **setor cultural**

A principal ação, em âmbito federal, de combate à pandemia na área da Cultura foi a publicação da Lei nº 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB) e, posteriormente, do Decreto nº 10.464/2020. Os normativos contêm dispositivos da Medida Provisória nº 986/2020 (transformada em Lei nº 14.036/2020) que especifica pontos referentes ao repasse de recursos. Um dos principais objetivos da LAB é atenuar os efeitos da pandemia no setor da economia da cultura, um dos primeiros e mais afetados pela crise.

Contudo, antes de abordar em detalhes tanto a Lei como o Decreto que a regulamentam, faz-se necessário lançar um olhar sobre o perfil dos trabalhadores e empresas criativas que atuam no país. Importante frisar que os dados a seguir foram extraídos de estudo realizado pelo Observatório Itaú Cultural, em período posterior à “decretação do estado de pandemia”. Tal estudo possui restrições quanto ao universo de entrevistados, em razão das limitações impostas pelo isolamento social, mas trazem um recorte do cenário do setor cultural no país, sobre o qual a LAB tem agido.

Perfis dos trabalhadores criativos do Brasil

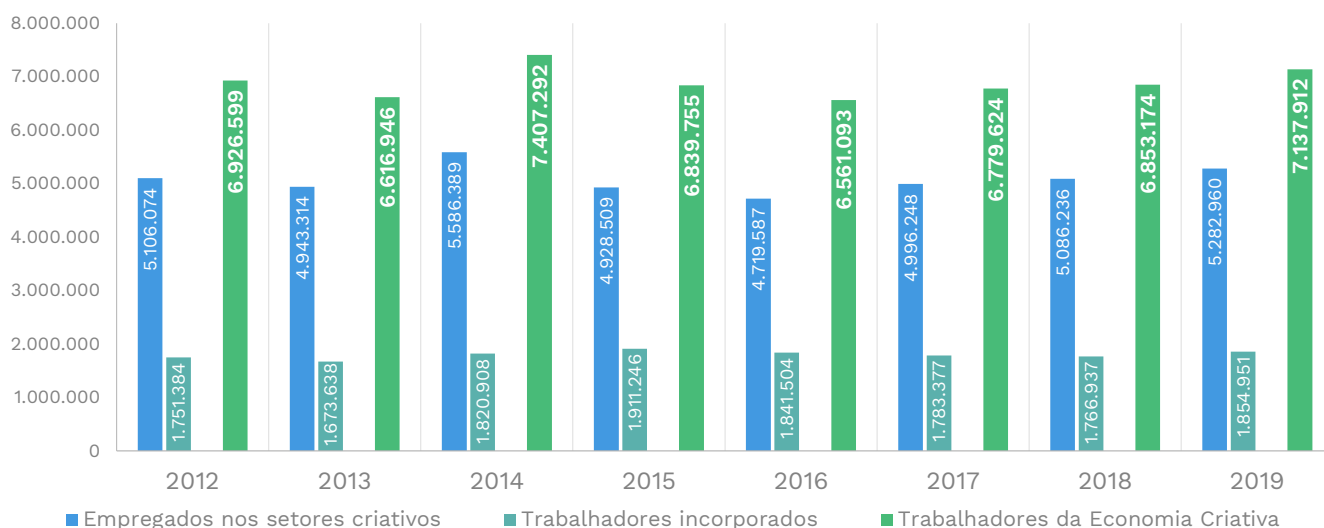
A seguir serão apresentadas informações extraídas do Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (OIC), que reúne dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, torna-se possível

apresentar a distribuição dos trabalhadores por Unidades Federativas e regiões brasileiras. Também é possível observar a distribuição por sexo (a PNAD Contínua utiliza como variável demográfica para esse item alternativas de resposta homem e mulher), escolaridade e condição de contribuição previdenciária.

A fim de facilitar a compreensão dos perfis de trabalhadores do setor cultural, seguimos as definições apresentadas pelo estudo “Economia da Cultura no Brasil e os Impactos da COVID-19”, elaborado pelo Observatório Itaú Cultural. Nesse entendimento, os perfis dos trabalhadores do setor cultural são apresentados em dois grupos: 1) empregados criativos e não criativos dos setores criativos (por exemplo, atriz, bilheteiro de cinema, jornalista de rádio); e 2) trabalhadores incorporados, ou seja, trabalhadores criativos que atuam fora dos setores criativos, incorporados na economia em geral (por exemplo, chefe de cozinha, designer de automóveis).

O foco aqui são os dados que fazem referência aos empregados dos setores criativos, já que são os que atuam no segmento objeto das ações propostas na Lei Aldir Blanc. O gráfico a seguir apresenta um recorte da realidade dos trabalhadores da Economia Criativa entre os anos 2012 e 2019. É possível perceber, no período, oscilação no número de trabalhadores dos setores criativos, com uma recuperação em 2019, em relação a 2012.

Trabalhadores da Economia Criativa no Brasil, por ano - 2012-2019



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.



Teatro Municipal - São Paulo - Basil - mallerba, Pixabay.

Vale lançar aqui um olhar mais detalhado sobre os dois tipos de trabalhadores que compõem o setor criativo: os profissionais especializados (que usam o capital intelectual nos setores criativos); e os profissionais de apoio (trabalhadores não criativos empregados no setor cultural). Nesse

sentido, a tabela a seguir indica que, no período em análise, os profissionais especializados estavam em menor número que os de apoio no início da série histórica. Contudo, também é possível notar que, ao final do período, houve uma inversão na distribuição dos tipos de profissionais.

Tipos de Empregados dos Setores Criativos do Brasil, por ano - 2012-2019

Período	Profissionais Especializados	Variação	Profissionais Especializados/ Empregados dos Setores Criativos	Profissionais de Apoio	Variação	Profissionais de Apoio/Empregados dos Setores Criativos	Empregados dos Setores Criativos
2012	1.887.283	-	37,0%	3.218.791	-	63,0%	5.106.074
2013	1.796.853	-4,8%	36,4%	3.146.461	-2,3%	63,7%	4.943.314
2014	2.602.920	44,9%	46,6%	2.983.469	-5,2%	53,4%	5.586.389
2015	2.306.267	-11,4%	46,8%	2.622.242	-12,1%	53,2%	4.928.509
2016	2.406.028	4,3%	51,0%	2.313.559	-11,8%	49,0%	4.719.587
2017	2.536.397	5,4%	50,8%	2.459.851	6,3%	49,2%	4.996.248
2018	2.609.939	2,9%	51,3%	2.476.297	0,7%	48,7%	5.086.236
2019	2.742.336	5,1%	51,9%	2.540.624	2,6%	48,1%	5.282.960

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Nota-se que, em 2012, os profissionais especializados representavam cerca de 37% do total de ocupados do setor criativo, enquanto os profissionais de apoio, aproximadamente 63%. Observa-se, porém, o aumento do número de profissionais especializados ao longo do período, em

oposição à queda dos profissionais de apoio. Em 2019, os especializados representavam aproximadamente 52% e os de apoio, cerca de 48%, consequência de uma maior profissionalização ao longo dos anos.

Variações negativas no número de ocupados

As variações negativas no total de ocupados no país, no cenário econômico dos últimos quatro anos, podem ser visualizadas na próxima tabela, que

apresenta dados referentes aos dois primeiros trimestres do período de 2017 a 2020. O objetivo aqui é possibilitar uma comparação entre o número de empregados dos setores criativos e os dos demais setores da economia brasileira.

Trabalhadores da Economia Criativa no Brasil, por período - variação - 1º e 2º Trimestres - 2017-2020

Período	Empregados dos Setores Criativos			Trabalhadores Incorporados	Trabalhadores da Economia Criativa	Demais Trabalhadores da Economia Brasileira
	Geral	Especializados	Apoio			
2017.1º	0,21%	0,77%	-0,38%	-8,04%	-2,48%	-0,86%
2017.2º	2,41%	4,94%	-0,26%	5,57%	4,00%	1,32%
jun/17	4.843.191	2.544.281	2.298.910	1.787.769	6.630.960	83.241.471
2018.1º	-3,64%	-4,58%	-2,67%	-1,13%	-3,05%	-0,57%
2018.2º	2,60%	2,55%	2,65%	-3,06%	0,74%	0,71%
jun/18	4.939.698	2.482.079	2.457.618	1.709.268	6.648.966	84.292.068
2019.1º	-1,93%	-1,56%	-2,32%	1,35%	-0,81%	-0,46%
2019.2º	2,09%	2,20%	1,98%	4,21%	2,80%	1,53%
jun/19	5.092.257	2.625.556	2.466.702	1.866.226	6.958.484	86.383.342
2020.1º	-4,70%	-3,70%	-5,78%	-2,48%	-3,77%	-2,33%
2020.2º	-6,91%	-6,81%	-7,02%	-12,66%	-8,73%	-9,72%
jun/20	4.686.522	2.461.016	2.225.506	1.580.038	6.266.560	77.080.552

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

No cenário apresentado, percebem-se variações negativas no número de ocupados em todos os grupos, no primeiro trimestre de cada ano. Já no segundo trimestre de 2017 a 2019, registrou-se recuperação no número de trabalhadores ocupados. Contudo, os números tornam a declinar no segundo trimestre de 2020, diante dos possíveis reflexos da pandemia na Economia Criativa, assim como entre os Demais Trabalhadores da Economia Brasileira.

Em relação às perdas acumuladas de postos de trabalho, o grupo de Empregados dos Setores Criativos registrou quedas de, aproximadamente, 11,29% (redução de cerca de 596.400 trabalhadores ocupados) no final do primeiro semestre de 2020; Trabalhadores Incorporados registrou saldo negativo de 14,83% (aproximadamente, menos 274.900 trabalhadores ocupados); Trabalhadores da Economia Criativa, de modo amplo, registrou recuo de 12,17% (aproximadamente, menos 871.350 trabalhadores ocupados); e os Demais Trabalhadores da Economia Brasileira registrou 11,82% negativos (aproximadamente, menos 10.333.500 trabalhadores ocupados).

No tocante aos tipos de empregados dos Setores Criativos, os profissionais especializados tiveram queda de aproximadamente 10,26% (menos 281.319 trabalhadores ocupados) e os

profissionais de apoio, cerca de 12,39% (menos 315.119 trabalhadores ocupados). Nota-se, ainda, uma redução marcante entre os resultados do primeiro semestre de 2019 e de 2020 – quando se registrou, respectivamente, 6.958.484 e 6.266.560 trabalhadores, ou seja, uma queda de 9,94% no número de empregados na Economia Criativa Brasileira.

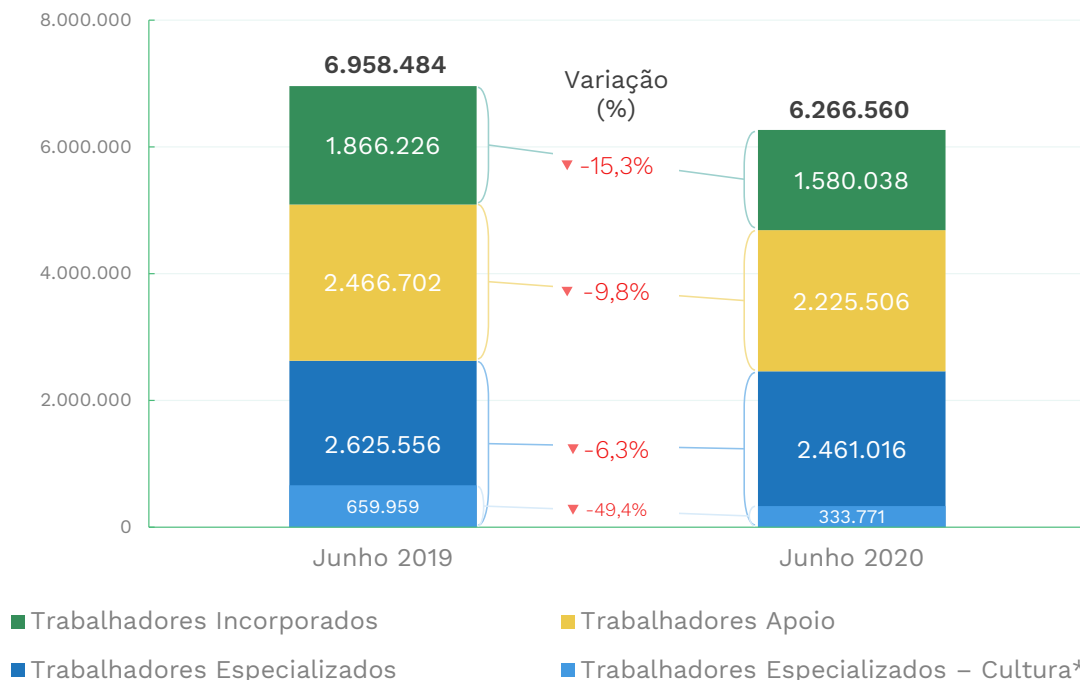
Não restam dúvidas de que a necessidade do isolamento social, em virtude da crise sanitária que vivemos, afetou a Economia Criativa de forma contundente. Mas é preciso atentarmos para o fato de que os efeitos variam de acordo com os grupos e atividades desempenhadas, que são diversas.

Nesse contexto, o número de Trabalhadores Incorporados teve queda de, aproximadamente, 15,34% (passando de 1.866.226 ocupados em 2019 para 1.580.038 em 2020), enquanto Empregados dos Setores Criativos tiveram redução de 6,91% (passando de 5.092.257 ocupados em 2019 para 4.686.522 em 2020). Desses últimos, temos os Profissionais de Apoio com redução de 9,78% (passando de 2.466.702 ocupados em 2019 para 2.225.506 em 2020), enquanto os Profissionais Especializados registraram 6,27% de redução em 2020 em relação a 2019 (passando de 2.625.556 ocupados em 2019 para 2.461.016 em 2020).

A gráfico a seguir ilustra o impacto sofrido pelos setores criativos que compõem a Economia Criativa e, especificamente, pelas categorias mais próximas do Setor Cultural: Atividades Artesanais, Artes Cênicas e Artes Visuais, Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV, e Museus e Patrimônio. Esses grupos

sofreram redução de 49,43% (passando de 659.959 ocupados em 2019 para 333.771 ocupados em 2020). Esses valores fazem parte do referencial dos Trabalhadores Especializados como um todo.

Trabalhadores dos Setores Criativos - Comparativo - Junho 2019-2020



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

(*) Atividades Artesanais, Artes Cênicas e Artes Visuais, Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV e Museus e Patrimônio.



Mercado do Artesanato - Maceió - Alagoas - Brasil - Marco Ankosquij/Banco de imagens MTur Destinos.

Impacto da pandemia nas categorias de trabalhadores dos Setores Criativos

Com a pandemia, é necessário lançar um olhar mais atento sobre questões relativas às diferenças de desempenho no mercado de trabalho formal e informal no Setor Cultural, assim como aos trabalhadores que se dedicam a múltiplas

atividades, muitas vezes fora das atividades culturais, a fim de conseguirem arcar com suas despesas, dentre demais complexidades.

A tabela a seguir apresenta a variação na ocupação dos trabalhadores do Setor Cultural, por categoria. Nota-se uma grande variação, com particularidades em algumas categorias.

Trabalhadores da Economia Criativa no Brasil, por categoria e variação percentual segundo o 1º e 2º Trimestre - 2017-2020

Categorias		Variação (%) - 1º e 2º Trimestres * **							
		2017-1º	2017-2º	2018-1º	2018-2º	2019-1º	2019-2º	2020-1º	2020-1º e 2º
Publicidade e Serviços Empresariais	Empregados dos Setores Criativos	6,1%	11,6%	-7,8%	-10,5%	13,5%	3,5%	-12,3%	-8,4%
	Trabalhadores Incorporados	-6,4%	9,0%	-0,9%	-10,3%	0,8%	5,9%	-13,4%	-30,3%
Arquitetura	Empregados dos Setores Criativos	5,8%	4,6%	4,8%	-14,8%	1,4%	0,2%	-4,3%	-16,4%
	Trabalhadores Incorporados	-17,7%	0,4%	23,2%	40,8%	-1,2%	10,4%	31,6%	-89,5%
Atividades Artesanais	Empregados dos Setores Criativos	0,6%	-0,4%	7,6%	-13,4%	1,5%	0,1%	-16,6%	-49,7%
	Trabalhadores Incorporados	3,0%	0,1%	1,9%	-14,6%	13,8%	13,5%	-30,6%	-10,2%
Moda	Empregados dos Setores Criativos	0,1%	3,3%	-5,8%	7,0%	-4,3%	5,7%	-7,0%	-12,4%
	Trabalhadores Incorporados	-	-	-	-	-100,0%	-	-	-
Design	Empregados dos Setores Criativos	8,3%	-2,8%	-0,6%	-0,5%	-8,3%	5,7%	-11,2%	-25,2%
	Trabalhadores Incorporados	-100,0%	-	-	-	-	-100,0%	-	-
Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV	Empregados dos Setores Criativos	2,3%	-6,0%	-14,4%	-5,3%	15,2%	-13,9%	-16,2%	-38,7%
	Trabalhadores Incorporados	-3,5%	-5,5%	-14,6%	8,9%	23,0%	-12,3%	-13,2%	-43,2%
Tecnologia da Informação	Empregados dos Setores Criativos	-4,1%	5,1%	-4,9%	4,4%	3,1%	-2,5%	-2,1%	-4,7%
	Trabalhadores Incorporados	-2,5%	-2,9%	1,5%	-7,2%	2,7%	1,4%	-0,8%	-8,5%
Editorial	Empregados dos Setores Criativos	10,8%	-6,7%	-5,1%	-13,5%	2,7%	-33,2%	46,3%	-76,9%
	Trabalhadores Incorporados	-100,0%	-	-7,9%	0,7%	-13,9%	0,6%	62,2%	-10,8%
Museus e Patrimônio	Empregados dos Setores Criativos	-	-	-	-	-17,7%	-3,7%	-	-100,0%
	Trabalhadores Incorporados	-22,8%	-100,0%	-	-	-	-	-	-
Artes Cênicas e Artes Visuais	Empregados dos Setores Criativos	-4,3%	-0,1%	2,2%	-10,6%	-5,1%	-2,0%	-17,0%	-43,0%
	Trabalhadores Incorporados	-35,2%	12,8%	15,7%	70,2%	99,6%	-35,3%	5,6%	-100,0%
Gastronomia	Empregados dos Setores Criativos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trabalhadores Incorporados	-	-100,0%	-	-	-100,0%	-	-100,0%	-

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Notas: (*) As células que têm a informação (-) como resposta não tinham informação apresentada para o período anterior, influenciando no resultado.

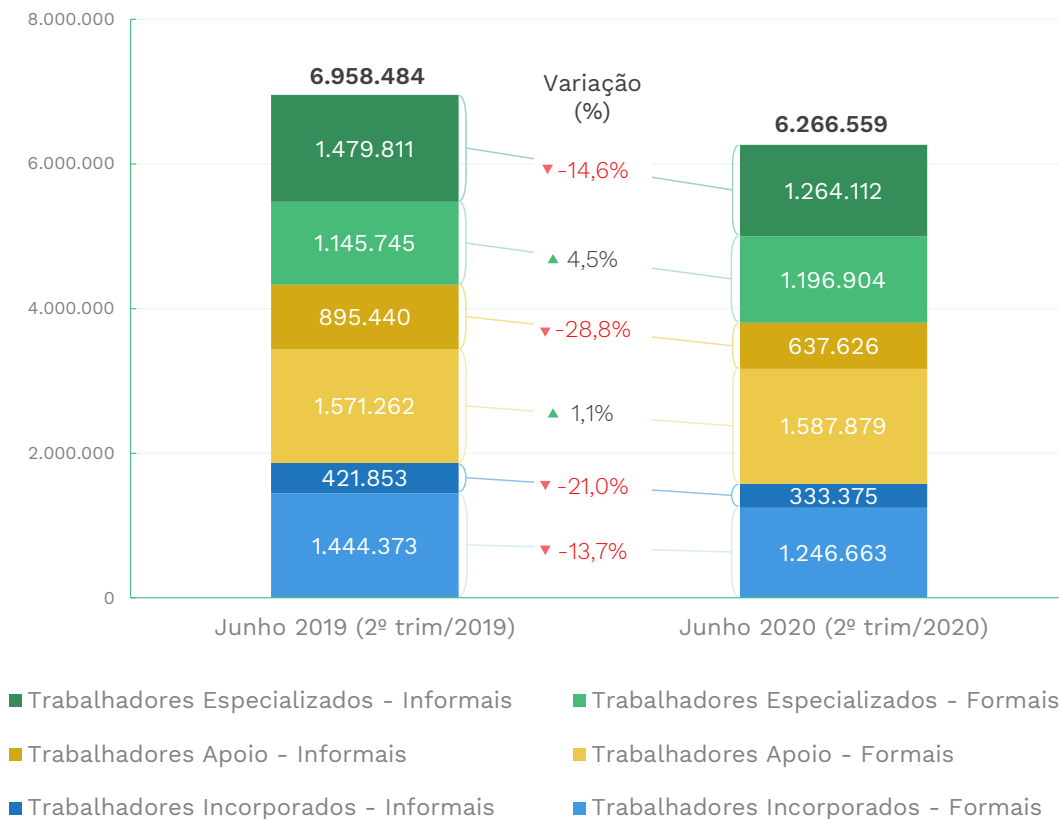
(**) As células que têm a informação -100,00 como resposta não tinham informação apresentada no período atual correspondente, influenciando no resultado e representando informação de perda integral do valor.

Em virtude das medidas de isolamento social, algumas categorias foram bem mais afetadas que outras. Atividades Artesanais (com 132.846 desempregados); Editorial (com 7.994 perdas); Artes Cênicas e Artes Visuais (com 97.823 postos afetados) e Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV (43.845 perdas) estão entre as mais prejudicadas. Já as categorias Publicidade e Serviços Empresariais (-8,43%), Arquitetura (-16,35%), Design (-25,21%); Moda (-12,42%) e Tecnologia da Informação (-4,7%) foram afetadas com menos intensidade.

Recortes formais e informais

Nos recortes informais, os trabalhadores do Setor Criativo (sem carteira de trabalho assinada ou trabalhadores por conta própria, sem cadastro formal de CNPJ), tanto os especializados quanto os de apoio, foram os que mais sofreram os impactos da pandemia. Em contrapartida, os formais (com carteira de trabalho assinada ou trabalhadores por conta própria com CNPJ) obtiveram variação positiva de 4,5% entre junho de 2019 e junho de 2020, conforme o gráfico a seguir.

Trabalhadores da Economia Criativa, Formais e Informais - Comparativo junho 2019-2020



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.



Mercado de Artesanato - João Pessoa - Paraíba - Brasil - Cacio Murilo/Banco de imagens MTur Destinos.

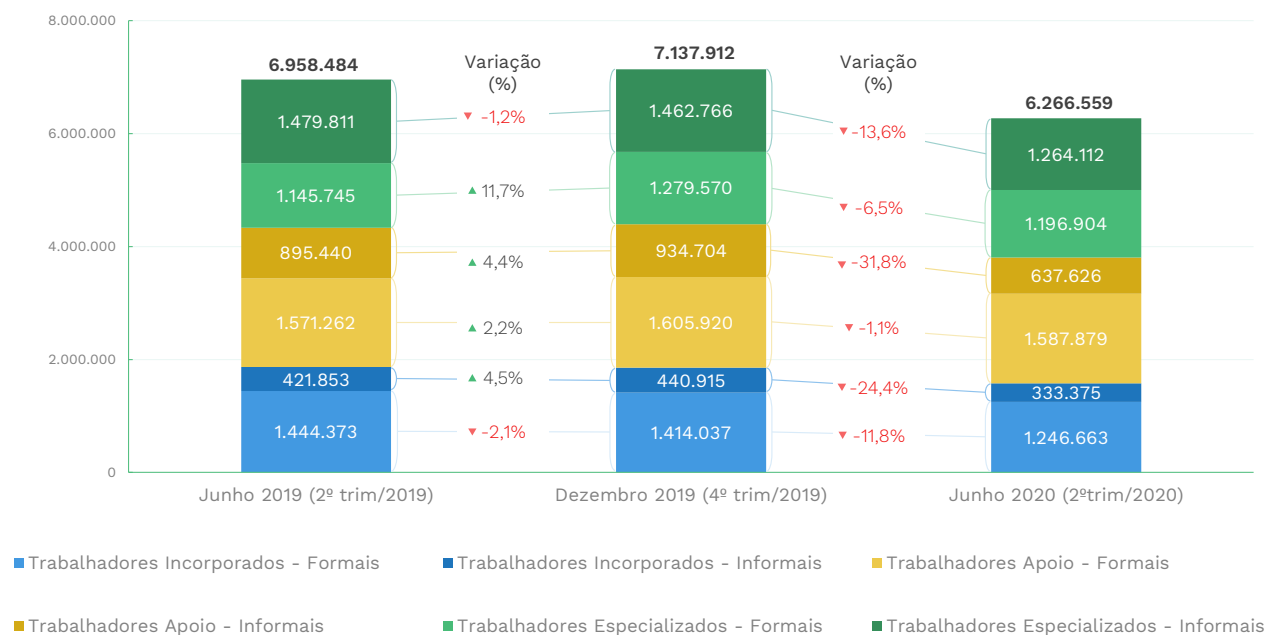
Medidas adotadas pelo Governo Federal, tais como redução de carga horária e suspensão temporária de contrato de trabalho, amenizaram os efeitos da pandemia para os trabalhadores dos setores

criativos formais (com trabalhadores de carteira assinada, servidores públicos, empregadores, microempresários). Já os trabalhadores informais obtiveram o auxílio emergencial para compor a sua renda, conforme abordado mais à frente.

O gráfico a seguir ilustra os bons resultados da Economia Criativa no período de junho e dezembro

de 2019 a junho de 2020. Em dezembro de 2019, os trabalhadores da economia criativa ocupavam 7,14 milhões de postos de trabalho, e 2,6% a mais que em junho do mesmo ano. Já com os efeitos do isolamento social, observa-se queda entre dezembro de 2019 e junho de 2020. Interessante observar que para os Trabalhadores Especializados e de Apoio formais, mesmo com o aumento do desemprego em virtude da pandemia, os resultados de junho de 2020 superam o mesmo período em 2019.

Trabalhadores da Economia Criativa, Formais e Informais - Comparativo jun/2019, dez/2019 e jun/2020



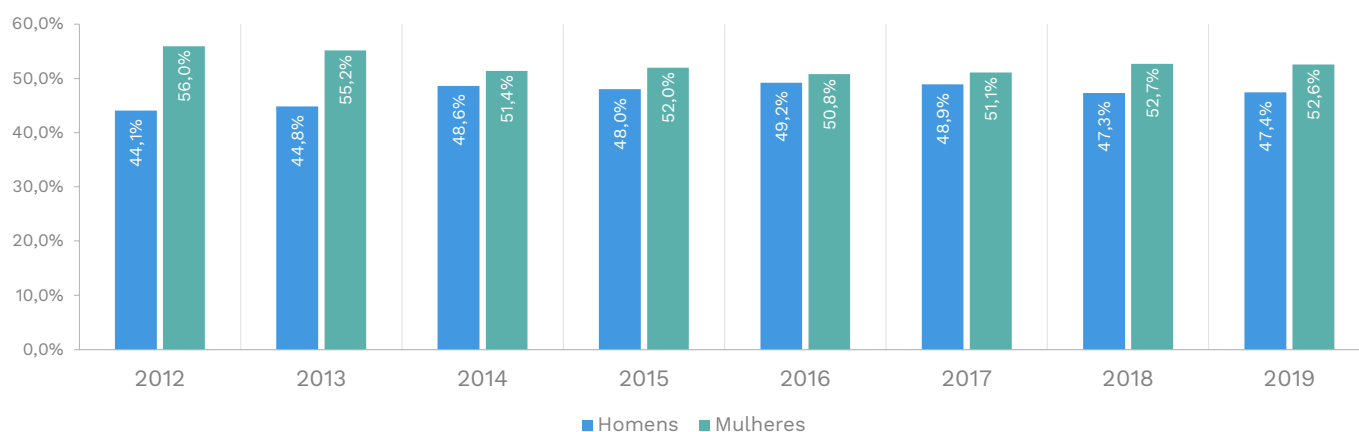
Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Representação das mulheres na Economia Criativa Brasileira

A mão-de-obra feminina era majoritária nos Setores Criativos do Brasil. Mais de 50% da força de trabalho da Cultura era composta por mulheres entre 2012 e 2019.

Nessa série histórica, percebe-se a maior participação de mulheres em 2012, totalizando 55,95%. Em 2016, é apresentada a menor diferença na proporção entre mulheres (50,78%) e homens (49,22%) na composição dos trabalhadores dos Setores Criativos.

Empregados dos Setores Criativos do Brasil, por Sexo, segundo os anos - 2012-2019



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.



Foto: Jonathan Campos/Agência de Notícias do Paraná

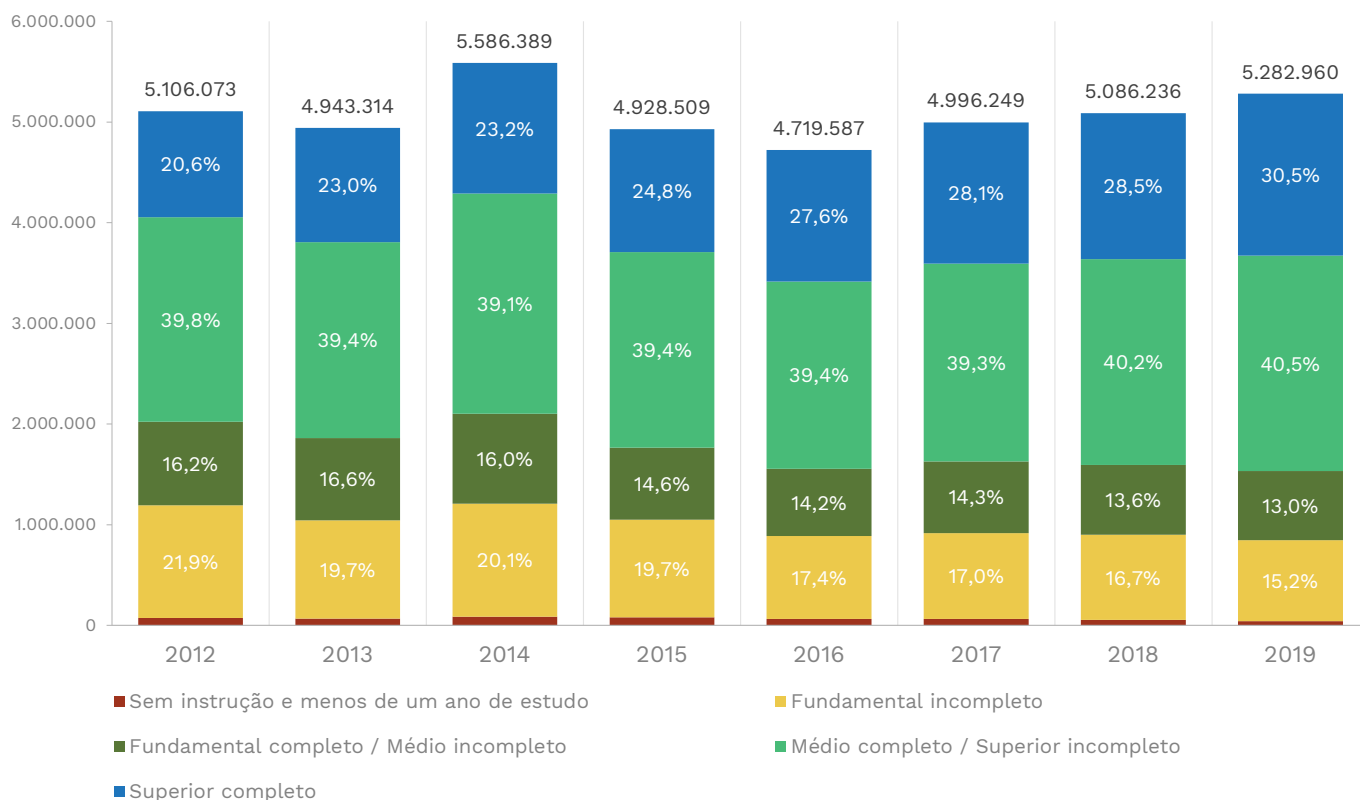
Perfil de escolaridade

O perfil de escolaridade elevada entre os profissionais dos Setores Criativos resta evidente na análise do gráfico a seguir, que apresenta o número de empregados com ensino médio ou superior completos, na série de dados apresentada. É possível perceber a partir do gráfico a evolução

de aproximadamente 60%, em 2012, para 70% no final da série, em 2019.

Ressalta-se aqui a importância da educação como fator decisivo no desenvolvimento de profissionais mais bem qualificados, o que eleva o padrão de entrega de produtos e serviços do setor cultural, refletindo, ao final, na economia do país.

Empregados dos Setores Criativos no Brasil por Faixa de Escolaridade, segundo os anos - 2012-2019



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

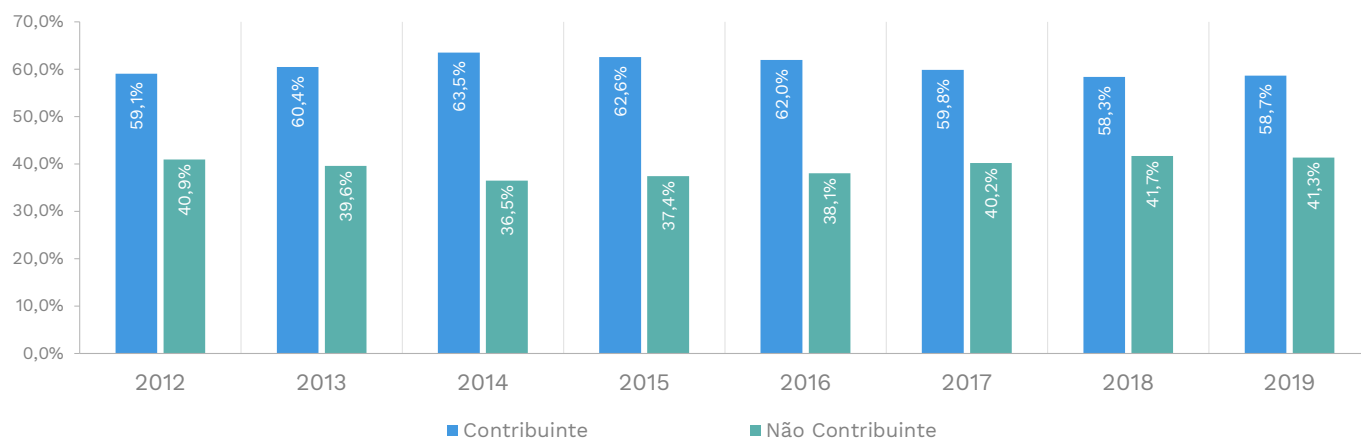
Contribuição Social

Em análise do gráfico a seguir, percebe-se uma representação significativa de trabalhadores dos setores criativos que contribuem para a Previdência Social, em um índice médio aproximado de 60%.

Entre os anos de 2013 e 2016, o número de contribuições atinge o seu patamar mais alto.

A proporção de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social reflete as suas condições de trabalho, no tocante aos auxílios em caso de acidente, doença ou aposentadoria, dentre outros direitos.

Empregados dos Setores Criativos no Brasil por Contribuição Previdenciária, segundo os anos - 2012-2019



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Empresas Criativas

De acordo com o estudo Economia da Cultura no Brasil e os Impactos da Covid-19, do Observatório Itaú Cultural (OIC), para a análise da evolução das empresas criativas foram utilizados dados mais recentes – de 2018 para o número de empresas e de 2017 para a receita e lucro das mesmas.

Os dados utilizados pelo OIC têm como fontes a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa), que são publicadas anualmente, com dados dos três anos anteriores. Nesse sentido, os dados a seguir não tratam da situação das empresas em período imediatamente anterior à pandemia do coronavírus, porém, demonstram a importância dessas empresas no cenário econômico do Brasil.

Os principais aspectos analisados são referentes ao número total de empresas, taxa de natalidade/mortalidade, volume de receita e lucro, em comparação com as empresas dos demais setores da economia e a sua segmentação. O universo de empresas é composto, em sua maioria, por trabalhadores criativos.



Pedro Ventura/Agência Brasília.

Total de Empresas e Empresas Criativas no Brasil, por ano - 2010-2018

Período	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total de Empresas	3.403.448	3.590.616	3.695.735	3.836.771	3.949.979	3.971.108	3.921.448	3.887.449	3.866.258
Empresas Criativas	143.302	152.322	156.859	160.490	161.835	158.127	151.897	147.318	144.088
%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,1%	4,0%	3,9%	3,8%	3,7%

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

As empresas criativas e o cenário macroeconômico

No período de 2010 a 2014, as empresas criativas representavam mais de 4% das empresas no Brasil. A partir de 2015, percebe-se queda nesse percentual.

A partir dos dados, conclui-se que a queda do número de empresas criativas começa antes que isso ocorra com a economia em geral. Em 2018, havia 460 mil empresas a mais no país, mas se compararmos o número de empresas criativas no mesmo ano, com 2010, a diferença não chega a mil.

O setor criativo no Brasil perdeu mais empresas do que o conjunto da economia no período de 2010 a 2018.

O Setor Criativo registra um maior número de empresas em 2014, quando o PIB brasileiro já estava em queda, o que deixa transparecer a fragilidade de boa parte das empresas criativas, que têm pouco capital e são de pequena estrutura. Não restam dúvidas de que a pandemia teve um efeito devastador para boa parte das empresas criativas do País.

“... Não restam dúvidas de que a pandemia teve um efeito devastador para boa parte das empresas criativas do País.”

Receita e lucro bruto das empresas criativas no Brasil

Apesar do cenário pessimista quanto ao número de empresas que vinham encerrando suas atividades, no início da década de 2010, a receita e o lucro bruto não seguiram o mesmo caminho.

Ao contrário, só aumentaram entre 2010 e 2014, com uma leve queda entre 2015 e 2016, e tornaram a crescer a partir de 2017, o que sugere melhora na performance das empresas do Setor Cultural, conforme tabela a seguir.

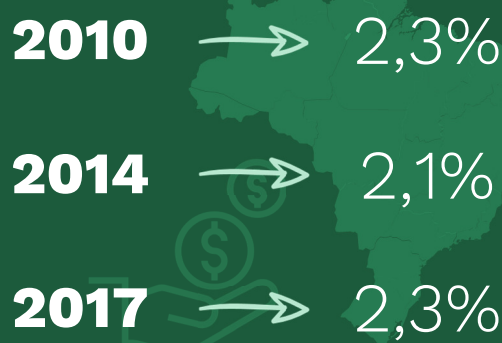
Comparativo Receita Bruta e Lucro Bruto das Empresas Criativas e Restante da Economia no Brasil, por ano (em mil R\$) - 2010-2017

Período	Receita Bruta Restante da Economia	Receita Bruta Setores Criativos	Lucro Bruto Restante da Economia	Lucro Bruto Setores Criativos
2010	16.219.117.057	376.754.536	8.864.083.824	216.446.747
2011	17.391.403.796	395.206.478	9.335.935.837	224.061.861
2012	18.436.273.537	416.261.882	9.871.284.182	243.590.768
2013	19.342.361.615	424.020.993	10.330.100.973	247.553.356
2014	19.766.918.666	428.558.483	10.466.169.129	249.571.808
2015	19.031.902.767	400.375.329	9.507.727.456	236.587.816
2016	17.906.152.160	381.039.456	9.601.449.911	229.755.821
2017	17.714.332.889	418.633.663	9.649.647.697	260.285.005

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Percentual da Receita Bruta das Empresas Criativas na Economia no Brasil

A capacidade de crescimento das Empresas Criativas, mesmo nos períodos mais adversos do ponto de vista macroeconômico, mostra a importância delas ao longo de uma década, já que aumentaram sua contribuição para a economia nacional.



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Deve-se destacar ainda que esse percentual de participação de mais de 2% da economia criativa na receita bruta do conjunto de empresas foi maior do que o aportado por setores tradicionais, tais como Metalurgia e Indústrias Extrativas, que participavam com cerca de 2% no ano de 2017.

Uma outra característica do Setor Criativo é que ele é composto por empresas de micro e pequeno portes, em sua maioria. Essa distribuição não apresentou variação significativa ao longo do período analisado. O contingente de pequenas e microempresas chegou a 97%.

Distribuição do Porte das Empresas Criativas, por ano - 2010, 2014 e 2018

Porte das Empresas Criativas	Período		
	2010	2014	2018
Grande	0,8%	0,8%	0,9%
Média	1,8%	1,6%	1,7%
Pequena	13,9%	12,9%	12,9%
Micro	83,5%	84,6%	84,5%

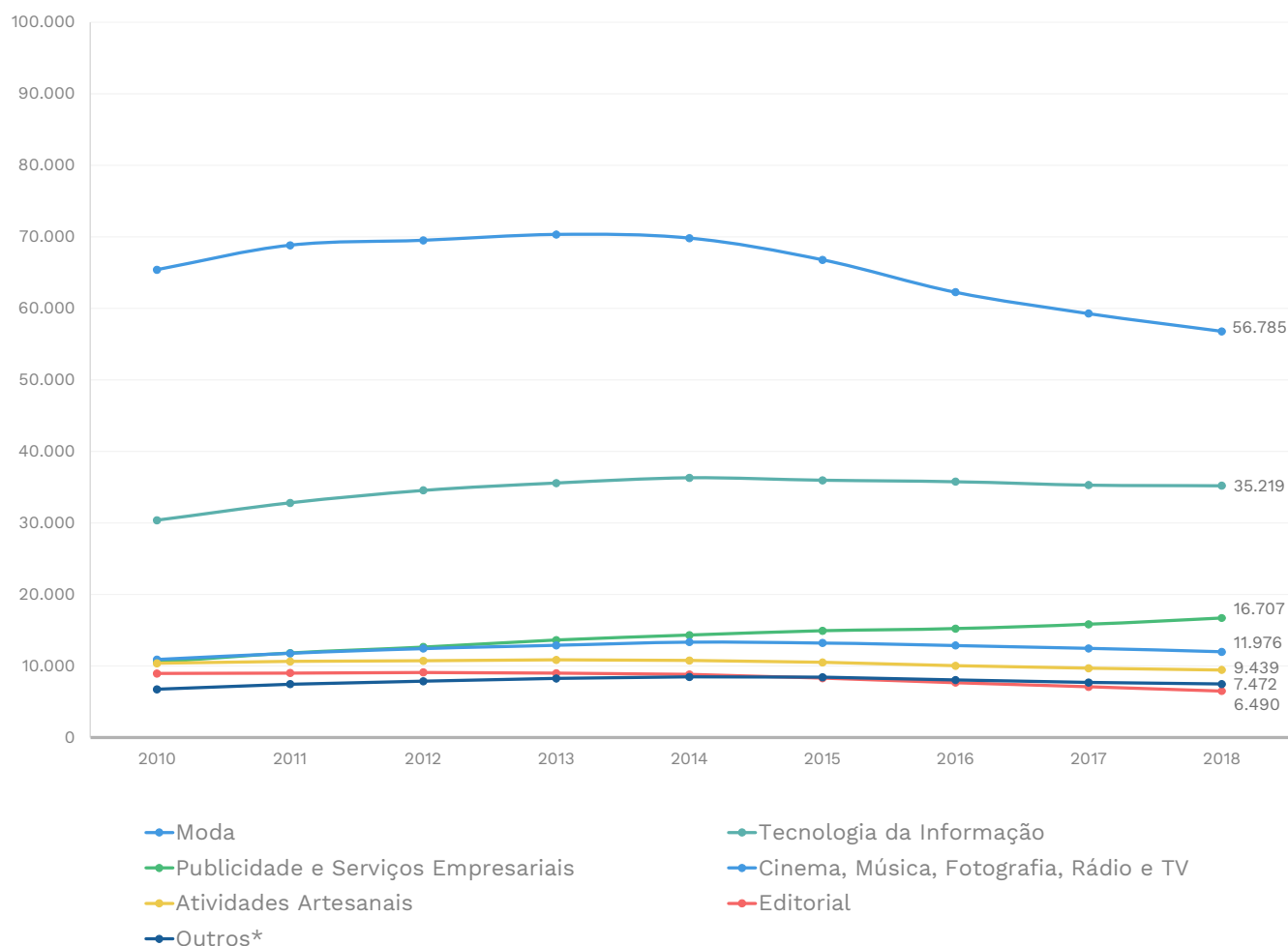
Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

Os setores criativos

A seguir são apresentados os dez setores contemplados pelo Painel de Dados do OIC, a fim de observar as especificidades e distribuição de cada

um deles, de forma comparativa, na economia brasileira. Conforme observa-se na evolução do número de empresas por setor, de 2010 a 2018.

Evolução do Número de Empresas dos setores criativos no Brasil, por ano - 2010-2018



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.

(*) Outros inclui: Artes Cênicas e Artes Visuais; Arquitetura; Design; Museus e Patrimônio.

Os setores Tecnologia da Informação, Moda, Publicidade e Serviços Empresariais, Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV e Atividades Artesanais apresentaram o maior número de empresas. Design e Museus e Patrimônio foram os menores setores em número de empresas.

Entre os maiores setores em número de empresas, Moda teve queda ao longo do período, Tecnologia da Informação registrou crescimento expressivo, assim como as empresas de Publicidade e Serviços Empresariais. Já Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV, assim como Atividades Artesanais, registraram pouca variação e até pequena redução em 2018, comparativamente ao ano de 2010.

Arquitetura, Artes Cênicas e Visuais, e Museus e Patrimônio tiveram pequenas variações no período. Design registrou um crescimento da ordem de mais

de 40% em 2018, se comparado a 2010. Já o setor editorial vem registrando uma diminuição constante do número de empresas: passou de 8.939 em 2010 para 6.490 em 2018, o que representa uma queda de cerca de 27%.

Plataformas digitais e games, que integram esse setor, já vinham registrando crescimento expressivo em número de empresas e também em volume de negócios. Isso demonstra uma expansão do setor de Tecnologia da Informação nos últimos anos. Com a tendência de aumentar no novo contexto da pandemia, diante da necessidade de aceleração dos processos de digitalização de todos os segmentos da Economia Criativa.

Para entender o peso de cada um dos setores na economia, é importante considerar a contribuição de cada setor para a receita bruta da Economia Criativa.

Receita Bruta das empresas do Setores Criativos, por ano - 2010-2017 (em R\$)

Setores Criativos	Receita Bruta por período (em R\$)							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Artes Cênicas e Artes Visuais	1.835.778	1.872.346	2.281.556	2.334.616	2.512.321	2.146.150	1.994.242	2.033.631
Design	331.940	400.974	475.186	574.703	704.969	672.037	456.955	490.390
Arquitetura	2.713.679	1.904.840	2.359.357	1.774.676	1.891.921	1.618.944	1.382.408	1.125.020
Moda	123.569.526	132.768.693	133.123.538	132.126.442	128.767.846	111.383.192	106.372.138	115.061.917
Tecnologia da Informação	112.799.962	121.362.605	135.437.830	145.416.311	150.629.391	151.482.401	147.794.591	161.840.911
Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV	55.470.010	54.029.386	56.671.819	60.184.034	62.149.866	57.262.526	52.803.767	50.691.274
Publicidade e Serviços Empresariais	17.104.117	20.975.260	23.810.003	22.836.722	24.308.076	23.818.241	24.106.223	33.545.776
Editorial	38.614.659	36.459.176	34.360.184	31.068.713	29.403.635	25.661.483	21.921.323	21.921.323
Atividades Artesanais	24.314.866	25.433.197	27.742.409	27.704.776	28.190.457	26.330.355	24.207.809	33.839.873

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural.



Foto: Maringas Maciel/Centro Cultural Teatro Guaíra/Divulgação/Agência de Notícias do Paraná.



Museu Nacional de Belas Artes - Rio de Janeiro-RJ - Brasil - Clara Angeleas/ASCOM/Cidadania.

A análise comparativa da contribuição de cada setor, da perspectiva da receita bruta, permite identificar seu peso na economia criativa como um todo. Foram observadas algumas variações mais significativas entre 2010 e 2017.

Tecnologia da Informação, que em 2010 contribuiu com 29,9% da receita da Economia Criativa, em 2017 passou a cerca de 38,7%; e o mercado editorial, que contribuiu com 10,2% em 2010, foi a pouco menos de 4,8% em 2017. Cresceram ainda as participações dos setores de Publicidade e Serviços Empresariais, de 4,5% para 8%, e Atividades Artesanais, de 6,5% para 8,1%.

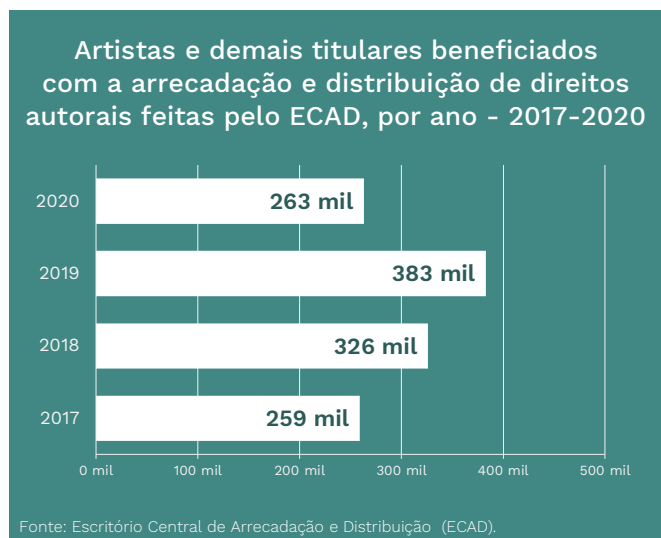
O setor de Artes Cênicas e Artes Visuais não apresentou variação significativa. Outros que perderam peso na contribuição do total da receita da Economia Criativa foram: Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV, que perdeu 3 pontos percentuais, passando de 14,7%, em 2010, para 12,1% em 2017; Moda, que foi de 32,8%, em 2010, para 27,5%; e Arquitetura, que passou de 0,7%, em 2010, para 0,27% em 2017.

Dentre as pesquisas analisadas, só foi possível perceber uma real expansão do mercado durante a pandemia, com o mercado fonográfico, que impactou a Economia Criativa brasileira positivamente.

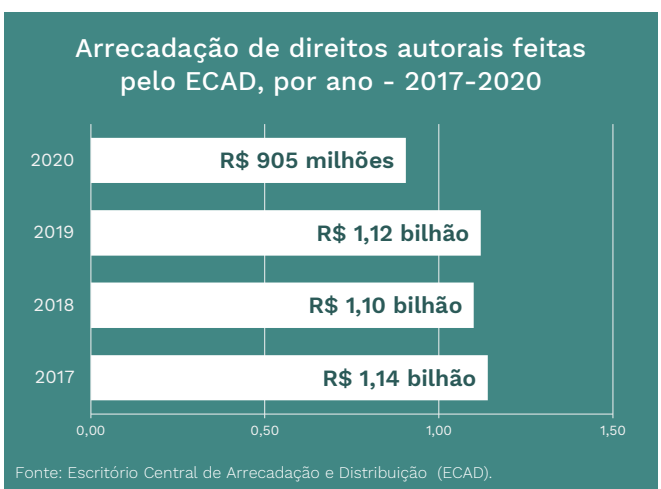
Em publicação recente¹⁶, elaborada pelo *International Federation of the Phonographic Industry* (IFPI) e divulgada no portal Cultura e Mercado, o *Global Music Report 2021*¹⁷ traz informações sobre o mercado fonográfico mundial, referente ao ano de 2020. A publicação anuncia que, mesmo durante a pandemia, o Brasil teve um crescimento expressivo no mercado de streaming. Em uma projeção para o ano de 2020 com relação às receitas de anos anteriores, a indústria fonográfica do Brasil teve uma receita de cerca de US\$ 420,7 milhões (R\$ 2,3 bilhões). A América Latina também sinaliza para a mesma expansão de 15,9%, com relação às outras regiões do mundo. Só as receitas com streaming tiveram um aumento de 30,2%.

Para o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)¹⁸, foram arrecadados cerca de R\$ 905 milhões e distribuídos R\$ 947 milhões em direitos autorais. O montante da arrecadação foi

distribuído entre “mais de 263 mil compositores, artistas e demais titulares”, conforme observa-se na variação do número de artistas ligados à música beneficiados com a distribuição dos direitos autorais nos últimos 4 anos.



O prejuízo provocado pela pandemia foi sentido, por outro lado, no mercado de shows, já que depende essencialmente do público presencial. Observa-se a evidente perda de mais de 100 milhões de reais que deixaram de ser arrecadados em 2020.



16. IFPI divulga pesquisa sobre alta do mercado fonográfico no Brasil na pandemia - Portal Cultura e Mercado.

17. Global Music Report 2021 - *International Federation of the Phonographic Industry* (IFPI).

18. Resultados que a música agradece - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).

A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020)

A finalidade da Lei nº 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), é prestar auxílio emergencial da União para o setor da cultura, que foi um dos mais afetados pela pandemia da Covid-19. A LAB estabelece o repasse de recursos financeiros de R\$ 3 bilhões da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de auxiliar os profissionais do setor cultural que foram afetados pelas consequências do isolamento social e que se enquadrem nos requisitos estabelecidos na lei. O princípio segue a ideia de que os Entes Federativos conhecem as necessidades locais e aplicam melhor os recursos transferidos.

O art. 2º da LAB apresenta as ações a serem executadas pelos Entes Federativos:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I – renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II – subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III – editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de

economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

§ 1º Do valor previsto no caput deste artigo, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do caput deste artigo.

As três formas de auxílio (renda emergencial, subsídio mensal e os demais instrumentos do inciso III) são de cumprimento obrigatório, não podendo haver opção por cumprir uma em detrimento das outras, em seu conjunto.

Com o objetivo de estabelecer critérios para a divisão das competências de cada Ente Federativo, o Decreto nº 10.646/2020 estabelece em seu art. 2º que a União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no

“ A Lei Aldir Blanc estabelece o repasse de recursos financeiros de R\$ 3 bilhões da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de auxiliar os profissionais do setor cultural que foram afetados pelas consequências do isolamento social e que se enquadrem nos requisitos estabelecidos na lei.”



Foto : Jonathan Campos/Agência de Notícias do Paraná/Divulgação.

exercício de 2020, o valor de três bilhões de reais para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020, observado o seguinte (destaque nosso):

I - compete aos Estados e ao Distrito Federal distribuir a renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, em observância ao disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

II - compete aos Municípios e ao Distrito Federal distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020; e

III - compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

Importante destacar que não houve impedimento aos municípios em oferecer renda emergencial, assim como aos estados em oferecer subsídio a espaços culturais. O objetivo do normativo foi estabelecer que o foco da renda emergencial se concentrasse nos estados e que os

subsídios fossem oferecidos a espaços culturais nos municípios, além de otimizar a distribuição de recursos em momento em que eficiência e eficácia são essenciais para o auxílio ao setor cultural.

Outro fator que merece destaque é que a renda emergencial para a cultura não se sobrepõe ao auxílio emergencial nacional, mas busca alcançar trabalhadores de baixa renda da área da cultura que não tenham sido contemplados pelo auxílio geral do governo federal. Ao mesmo tempo, busca atenuar os efeitos da pandemia no setor cultural.

Com o objetivo de auxiliar os espaços culturais, a Lei Aldir Blanc previu a destinação de subsídios mensais a empresas ou espaços criativos que podem ser formalmente organizados como pessoas jurídicas, mas também as que são organizadas de maneira quase informal, como os Pontos Coletivos de Cultura. Contudo, houve a necessidade de registro em algum dos cadastros oficiais de cultura – como Cadastros Estaduais de Cultura, Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura e outros, para fazer jus ao subsídio.

Outras linhas de ação contidas na Lei Aldir Blanc são os recursos destinados a editais públicos, prêmios e demais instrumentos congêneres, e a previsão de linhas de crédito federais para o setor cultural com condições de pagamento mais vantajosas, e maiores prazos para o pagamento de saldo devedor para depois da pandemia. Tais medidas também buscam mitigar os efeitos da pandemia no setor cultural.



Artesanato em renda - Tibau - Rio Grande do Norte - Brasil - Pacifico Medeiros/Banco de imagens MTur Destinos.

O Sistema Nacional de Cultura e a Lei Aldir Blanc

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), previsto no art. 216-A da Constituição Federal, é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura pactuadas entre União, Estados, Municípios e sociedade. O objetivo do SNC é fortalecer as políticas públicas de cultura por meio de uma gestão compartilhada.

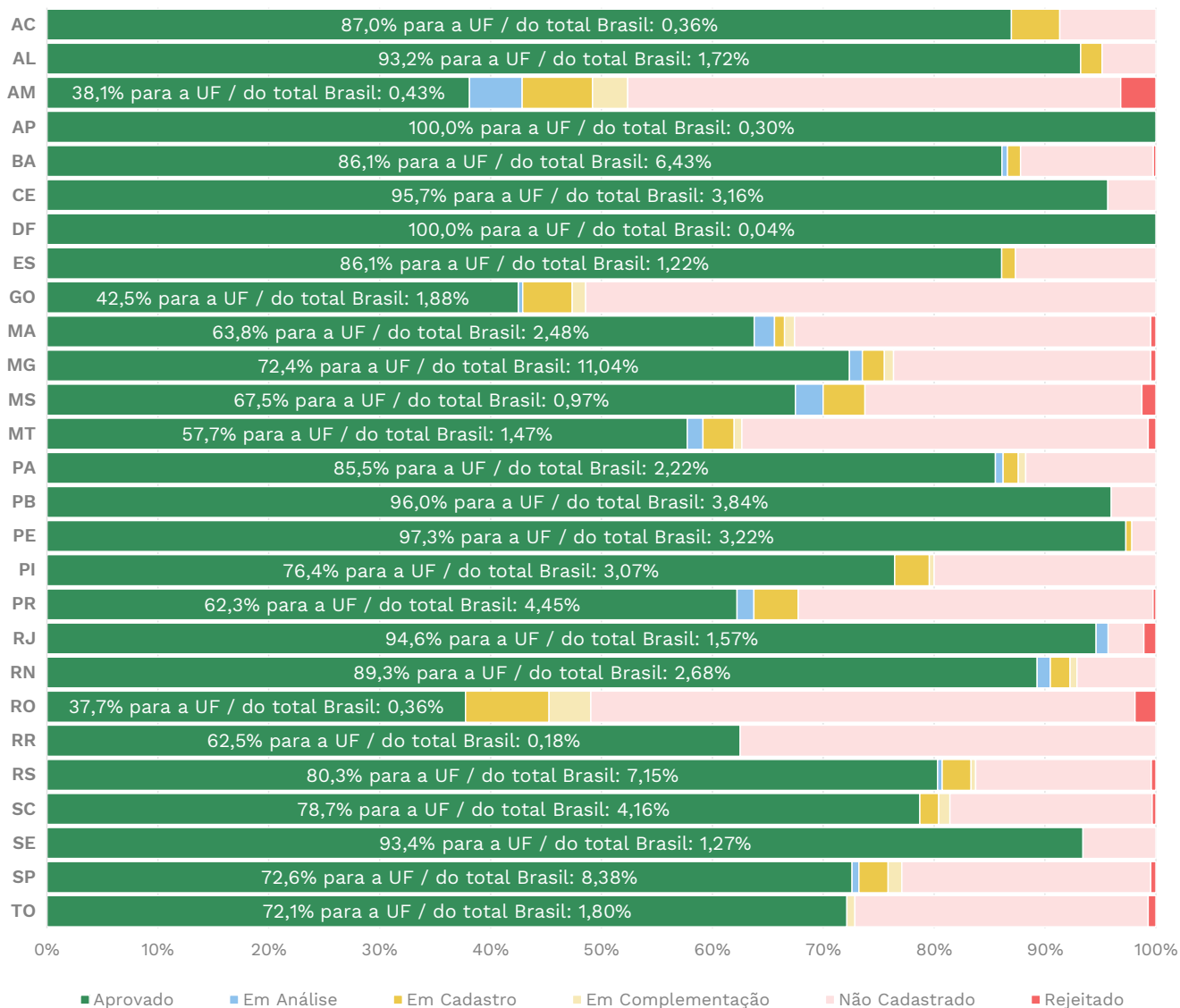
Quando um Ente Federado, seja Estado ou Município, adere ao SNC, ele passa a organizar a gestão de Políticas Públicas de Cultura de forma qualificada, podendo contribuir e participar das

decisões dessas mesmas políticas em âmbito nacional, além de estar apto para receber recursos federais, via Fundo de Cultura, quando este for regulamentado.

Tendo em vista a pandemia e a promulgação da LAB, foi desenvolvido, no contexto do SNC, o painel de indicadores da distribuição de recursos aos Entes Federativos¹⁹, por meio do qual é possível acessar informações quanto à quantidade de Planos de Ação aprovados, por região, Estados e Municípios, além de informações sobre recursos liberados para os entes.

19. Painel de Dados Lei Aldir Blanc - Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Lei Aldir Blanc - Situação dos Planos de Ação por Unidades da Federação do Brasil



Fonte: Painel de Dados Lei Aldir Blanc - Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Planos de Ação

O Plano de Ação é o instrumento pelo qual o gestor público faz o repasse de verbas destinadas ao pagamento, quer seja da renda emergencial ou do subsídio, ou direcionadas para a realização de editais (ou instrumentos congêneres), conforme estabelecido na LAB.

No caso da LAB, para que o Ente Federativo obtivesse o direito de receber o repasse, foi necessário realizar o cadastro do seu Plano de Ação

na Plataforma +Brasil, ferramenta do Ministério da Economia. Após análise e posterior aprovação pela Secretaria Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDEC) da SECULT, a UF estava apta a receber os recursos.

Os dados expostos apresentam o status dos Planos de Ação encaminhados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, até o mês de outubro de 2020. Da totalidade de planos de ação apresentados, 5.596 (75,84%) foram aprovados, contra apenas 0,36% de rejeição.

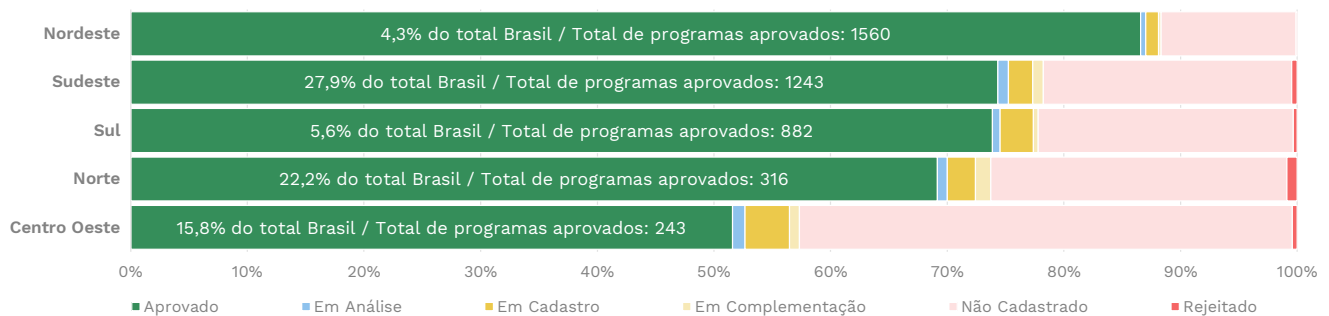
Ao analisarmos por região, o Norte do país – com 7 Estados e 450 Municípios – obteve aprovação de 69,15% dos Planos de Ação, com rejeição de 0,88% e não cadastrados, 25,38%. Já a região Nordeste, com 09 Estados e 1.793 Municípios, logrou 86,57% de planos aprovados, porém 11,85% não foram cadastrados e 0,11% foram rejeitados.

Na região Centro-Oeste, com 03 Estados, Distrito Federal e 467 Municípios, 51,59% dos Planos de Ação foram aprovados, rejeitados 0,42% e não cadastrados, 42,25%. Na região Sul, com 3 Estados

e 1.191 Municípios, 73,87% dos Planos de Ação foram aprovados, 0,34% rejeitados e 21,86% não cadastrados. E, finalmente, o Sudeste, com 04 Estados e 1.668 Municípios, teve 74,34% de aprovação, 21,29% Planos não cadastrados e 0,48% rejeitados.

As Unidades da Federação que mais tiveram Planos de Ação aprovados, até o mês de novembro de 2020, foram Amapá e Distrito Federal (ambos com 100%), seguidos por Pernambuco (95,98%), Paraíba (95,98%) e Ceará (95,68%).

Lei Aldir Blanc - Situação dos Planos de Ação por macrorregiões do Brasil



Fonte: Painel de Dados Lei Aldir Blanc - Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Transferências aos Estados, DF e Municípios

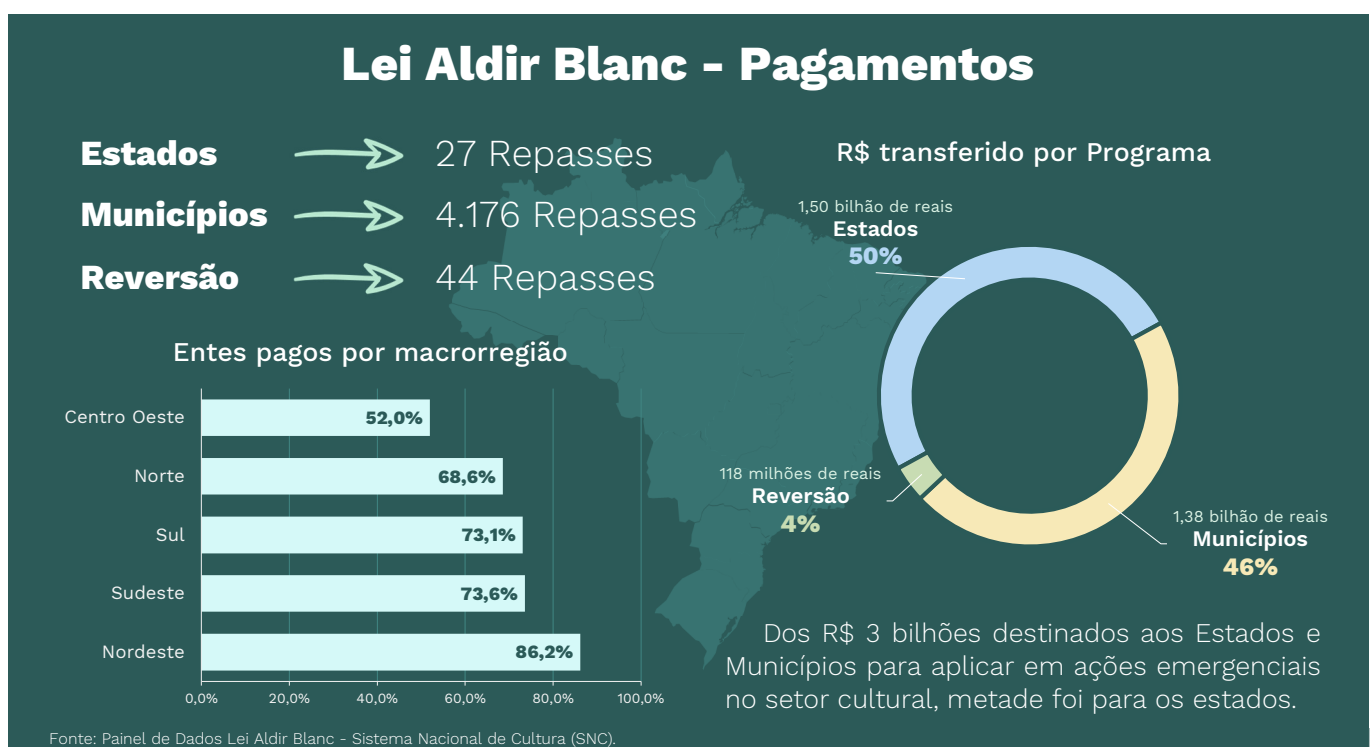
Conforme estabelecido na Lei Aldir Blanc, dos R\$ 3 bilhões destinados aos Estados e Municípios para aplicar em ações emergenciais no setor cultural, metade foi para os estados (R\$ 1,5 bilhão), sendo 50% aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais 20% de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 80% proporcionalmente à população.

A outra metade foi para os Municípios (R\$ 1,5 bilhão), com 50% para os Municípios e o Distrito Federal, dos quais 20% de acordo com os

critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 80% proporcionalmente à população.

O painel contém dados apurados até novembro de 2020, com valores repassados para Estados, DF e Municípios, a partir de setembro de 2020, incluindo as transferências aos Estados dos saldos não utilizados pelos Municípios.

De acordo com os dados do SNC, foram realizados 4.203 repasses, sendo 27 para Estados e 4.176 para os Municípios. Foram liberados R\$ 1.499.836.049,21 para os Estados e Distrito Federal, e R\$ 1.381.664.505,97 para os municípios.





Artesanato - Ateliê Recanto dos Pássaros - São Sebastião - São Paulo - Brasil - Rogério Cassimiro/Banco de imagens MTur

Repases utilizados

O painel apresenta, ainda, dados referentes aos saldos disponíveis para os Estados, Distrito Federal (nesse caso, valores recebidos pelo Programa de repasses aos Estados) e capitais para a execução de políticas públicas emergenciais para o setor da cultura. Tais informações, contidas no sítio do SNC, foram atualizadas no dia 10 de maio de 2021.

Entre as capitais que apresentaram maior utilização de repasses da Lei Aldir Blanc estão São Luís (MA) e Teresina (PI), que utilizaram 100% dos recursos recebidos, seguidas por Maceió (AL) e Manaus (AM), ambas com 99,9%, e São Paulo, com 99,8%.

No âmbito estadual, lideram Roraima, com 99,8% de verbas utilizadas; Rio Grande do Sul, com 99,3%; Pará, com 99%; Alagoas, com 98,8%; e Amazonas e

Lei Aldir Blanc - Saída de Recursos - recorte capitais do Brasil

UF	Município	Valor Transferido (R\$)	Saldo em conta (R\$)	% em Saldo	% Executado*
AC	Rio Branco	3.254.550,21	242.314,22	7,4%	92,6%
AL	Maceió	7.107.831,43	8.943,12	0,1%	99,9%
AM	Manaus	14.086.000,00	20.771,52	0,1%	99,9%
AP	Macapá	3.699.465,62	1.501.339,31	40,6%	59,4%
BA	Salvador	18.721.753,61	1.829.351,17	9,8%	90,2%
CE	Fortaleza	17.820.000,00	4.754.801,38	26,7%	73,3%
DF	Distrito Federal	17.731.284,00	48.743,85	0,3%	99,7%
ES	Vitória	2.686.654,87	1.582.479,18	58,9%	41,1%
GO	Goiânia	9.739.858,18	4.268.689,47	43,8%	56,2%
MA	São Luís	7.903.921,01	1.475,58	0,0%	100,0%
MG	Belo Horizonte	15.890.620,34	271.371,34	1,7%	98,3%
MS	Campo Grande	5.579.971,74	101.511,19	1,8%	98,2%
MT	Cuiabá	3.910.000,00	338.595,75	8,7%	91,3%
PA	Belém	9.916.109,99	175.366,08	1,8%	98,2%
PB	João Pessoa	5.651.190,46	1.867.903,34	33,1%	66,9%
PE	Recife	10.858.000,00	8.286.851,13	76,3%	23,7%
PI	Teresina	6.550.587,47	2.908,90	0,0%	100,0%
PR	Curitiba	11.965.763,82	2.736.875,34	22,9%	77,1%
RJ	Rio de Janeiro	39.392.682,90	388.160,83	1,0%	99,0%
RN	Natal	5.976.775,20	38.217,44	0,6%	99,4%
RO	Porto Velho	3.543.063,14	2.056.813,73	58,1%	41,9%
RR	Boa Vista	3.569.560,69	1.134.612,32	31,8%	68,2%
RS	Porto Alegre	9.284.239,27	289.744,77	3,1%	96,9%
SC	Florianópolis	3.273.122,66	1.437.692,93	43,9%	56,1%
SE	Aracaju	4.680.135,30	54.656,14	1,2%	98,8%
SP	São Paulo	70.854.049,80	149.515,45	0,2%	99,8%
TO	Palmas	2.430.369,60	508.757,96	20,9%	79,1%

Fonte: Painel de Dados Lei Aldir Blanc - Sistema Nacional de Cultura (SNC).

o estado do Rio de Janeiro, ambos com 98,7%. Do total geral de repasses, foram executados 76% dos R\$ 3 bilhões destinados às ações para a Economia Criativa até o mês de maio de 2021.

Repasses utilizados

O painel apresenta, ainda, dados referentes aos saldos disponíveis para os Estados, Distrito Federal (nesse caso, valores recebidos pelo Programa de repasses aos Estados) e capitais para a execução de políticas públicas emergenciais para o setor da cultura. Tais informações, contidas no sítio do SNC, foram atualizadas no dia 10 de maio de 2021.

Entre as capitais que apresentaram maior utilização de repasses da Lei Aldir Blanc estão São Luís (MA) e Teresina (PI), que utilizaram 100% dos recursos recebidos, seguidas por Maceió (AL) e Manaus (AM), ambas com 99,9%, e São Paulo, com 99,8%.

No âmbito estadual, lideram Roraima, com 99,8% de verbas utilizadas; Rio Grande do Sul, com 99,3%; Pará, com 99%; Alagoas, com 98,8%; e Amazonas e Rio de Janeiro, ambos com 98,7%. Do total geral de repasses, foram executados 76% dos R\$ 3 bilhões destinados às ações para a Economia Criativa até o mês de maio de 2021.

Lei Aldir Blanc - Saída de Recursos - recorte capitais do Brasil

UF	Município	Valor Transferido (R\$)	Saldo em conta (R\$)	% em Saldo	% Executado*
AC	Rio Branco	3.254.550,21	242.314,22	7,4%	92,6%
AL	Maceió	7.107.831,43	8.943,12	0,1%	99,9%
AM	Manaus	14.086.000,00	20.771,52	0,1%	99,9%
AP	Macapá	3.699.465,62	1.501.339,31	40,6%	59,4%
BA	Salvador	18.721.753,61	1.829.351,17	9,8%	90,2%
CE	Fortaleza	17.820.000,00	4.754.801,38	26,7%	73,3%
DF	Distrito Federal	17.731.284,00	48.743,85	0,3%	99,7%
ES	Vitória	2.686.654,87	1.582.479,18	58,9%	41,1%
GO	Goiânia	9.739.858,18	4.268.689,47	43,8%	56,2%
MA	São Luís	7.903.921,01	1.475,58	0,0%	100,0%
MG	Belo Horizonte	15.890.620,34	271.371,34	1,7%	98,3%
MS	Campo Grande	5.579.971,74	101.511,19	1,8%	98,2%
MT	Cuiabá	3.910.000,00	338.595,75	8,7%	91,3%
PA	Belém	9.916.109,99	175.366,08	1,8%	98,2%
PB	João Pessoa	5.651.190,46	1.867.903,34	33,1%	66,9%
PE	Recife	10.858.000,00	8.286.851,13	76,3%	23,7%
PI	Teresina	6.550.587,47	2.908,90	0,0%	100,0%
PR	Curitiba	11.965.763,82	2.736.875,34	22,9%	77,1%
RJ	Rio de Janeiro	39.392.682,90	388.160,83	1,0%	99,0%
RN	Natal	5.976.775,20	38.217,44	0,6%	99,4%
RO	Porto Velho	3.543.063,14	2.056.813,73	58,1%	41,9%
RR	Boa Vista	3.569.560,69	1.134.612,32	31,8%	68,2%
RS	Porto Alegre	9.284.239,27	289.744,77	3,1%	96,9%
SC	Florianópolis	3.273.122,66	1.437.692,93	43,9%	56,1%
SE	Aracaju	4.680.135,30	54.656,14	1,2%	98,8%
SP	São Paulo	70.854.049,80	149.515,45	0,2%	99,8%
TO	Palmas	2.430.369,60	508.757,96	20,9%	79,1%

Fonte: Painel de Dados Lei Aldir Blanc - Sistema Nacional de Cultura (SNC).



Centro Histórico - São Luís - Maranhão - Brasil - Roberto Castro/Banco de imagens MTur Destinos.

Com atualização em maio de 2021, os números apontam os pagamentos realizados aos Entes Federativos e os valores revertidos aos Estados, isto é, a não execução pelo Município, no prazo de 60 dias, conforme estabelecido na Lei.

O painel indica que a Região Nordeste foi a que teve o maior número de Entes Federativos beneficiados com recursos da Lei Aldir Blanc, com 86,18%. Nota-se que, em novembro de 2020, de todos os 4.247 Planos de Trabalho apresentados por Estados, Distrito Federal e Municípios aptos para receberem recursos da Lei Aldir Blanc, apenas 44 tiveram recursos revertidos. Traduzindo em valores, dos

R\$ 3 bilhões destinados às ações de auxílio ao setor cultural, foram revertidos R\$ 118.335.494,03.

As alterações na Lei Aldir Blanc ampliaram os prazos previstos no seu texto original, permitindo que os recursos sejam programados até o dia 31 de outubro de 2021, antes de serem revertidos aos respectivos fundos de cultura estaduais.

Até a conclusão deste estudo, do total dos recursos destinados ao Setor Cultural, R\$ 3 bilhões (cerca de 65%) não foram utilizados integralmente.

Lei Aldir Blanc - Saída de Recursos - recorte capitais do Brasil

UF	Valor Transferido	Saldo em conta	% em Saldo	% Executado*
AC	16.751.365,05	5.213.351,20	31,1%	68,9%
AL	34.409.950,83	398.204,96	1,2%	98,8%
AM	45.511.023,07	584.220,69	1,3%	98,7%
AP	16.774.929,33	2.225.969,96	13,3%	86,7%
BA	117.183.112,80	21.147.741,15	18,0%	82,0%
CE	73.007.108,66	6.751.902,99	9,2%	90,8%
DF	19.203.292,00	4.415.966,92	23,0%	77,0%
ES	31.898.117,67	3.459.072,30	10,8%	89,2%
GO	59.928.662,23	52.199.579,78	87,1%	12,9%
MA	73.377.112,74	47.773.688,72	65,1%	34,9%
MG	153.088.889,30	41.970.766,44	27,4%	72,6%
MS	23.453.397,57	18.302.254,47	78,0%	22,0%
MT	30.016.809,05	1.322.476,23	4,4%	95,6%
PA	72.625.116,29	244.709,15	0,3%	99,7%
PB	36.615.270,22	19.271.640,41	52,6%	47,4%
PE	74.949.911,10	27.333.811,54	36,5%	63,5%
PI	35.640.045,84	4.939.817,43	13,9%	86,1%
PR	84.962.972,47	72.243.818,29	85,0%	15,0%
RJ	105.485.182,30	1.376.514,59	1,3%	98,7%
RN	33.243.428,85	7.431.605,83	22,4%	77,6%
RO	22.214.532,83	14.891.941,43	67,0%	33,0%
RR	11.332.085,82	25.183,25	0,2%	99,8%
RS	74.102.775,82	517.506,53	0,7%	99,3%
SC	48.215.510,43	30.290.314,08	62,8%	37,2%
SE	25.024.226,30	1.100.217,89	4,4%	95,6%
SP	277.975.159,20	30.554.957,33	11,0%	89,0%
TO	21.181.555,76	4.165.713,81	19,7%	80,3%

Fonte: Painel de Dados Lei Aldir Blanc - Sistema Nacional de Cultura (SNC).

“As alterações na Lei Aldir Blanc ampliaram os prazos previstos no seu texto original, permitindo que os recursos sejam programados até o dia 31 de outubro de 2021, antes de serem revertidos aos respectivos fundos de cultura estaduais.”



O papel da **Secretaria Especial de Cultura** e órgãos vinculados

A pandemia de COVID-19 atingiu o setor cultural de maneira particular e, desde o início da crise do coronavírus, praticamente todo o setor está em crise e paralisado. Segundo a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, em Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020, as atividades artísticas, criativas e de espetáculos foram as mais impactadas pela pandemia após a decretação de calamidade pública decorrente do Covid-19 no Brasil. Esta informação confirma a crise que já se anunciava desde março de 2020, quando salas de cinema, espetáculos cênicos (teatro, dança e circo), música e tantas outras manifestações artísticas e culturais tiveram que cancelar seus compromissos após o fechamento ao público de todos os estabelecimentos ligados à atividade cultural.

Além do aporte público da Lei Aldir Blanc, elenca-se diversos editais e chamamentos públicos que visam amenizar o impacto da pandemia no setor cultural. Os subsídios aos agentes culturais, festivais, espaços, empresas e associações se fazem necessários, pois trata-se de compensar a perda de receitas, intervir nos custos adicionais relacionados com as medidas de saúde, permitir honrar os contratos de espetáculos cancelados e apoiar a

reorganização das atividades durante o fechamento dos espaços físicos, por meio da transmissão digital, festivais online, espetáculos em formato remoto. Dada a diversidade dos agentes culturais nos diferentes territórios, os subsídios devem ser aplicados pelos artistas de maneira distinta, ou seja, desde a própria subsistência pessoal e familiar, até mesmo para honrar contratos de grupos artísticos.

Devido à gradual reabertura dos centros culturais, museus e cinemas desde o final do ano de 2020, verificou-se a busca por medidas específicas de ordem sanitária e de saúde pública para prevenção da transmissão do vírus nos diferentes tipos de espaços culturais, como bibliotecas, arquivos e cinemas. Várias comissões foram montadas em diversas instituições com a finalidade de assegurar uma avaliação e diagnóstico para adoção de providências para orientar o público e prevenir a disseminação do coronavírus, de acordo com as suas realidades. Tal conhecimento é visto como fundamental para os espaços de cultura se prepararem para a retomada presencial e segura de suas atividades, uma vez que já estamos vivenciando uma segunda onda da doença, inclusive com a presença de novas variantes do coronavírus.



Diante desse novo cenário, o adiamento da retomada de crescimento da economia da cultura agora se faz de maneira mais ordenada, com o acréscimo das avaliações de risco para reabertura ou não dos espaços culturais. Com o novo fechamento dessas instituições, sejam elas públicas ou privadas, é preciso pensar em planos de preservação de acervo, desenvolvimento de política de acesso aos bens culturais durante o distanciamento social, e manutenção e segurança dos espaços físicos, mesmo que sem público.

É válido notar que a Secretaria Especial de Cultura já vivia um momento de grande contingência orçamentária e passava por um momento de reestruturação de seu organograma, passando do Ministério da Cidadania para a estrutura do Ministério do Turismo.

O ano de 2021 representava um momento de retomada das atividades, porém, a segunda onda da doença e a presença de novas variantes do coronavírus fazem com que se adie ainda mais o processo de retomada de crescimento da economia da cultura.

Para uma avaliação mais detida sobre a economia criativa e os impactos da COVID-19 no setor cultural, está sendo realizada pesquisa sobre os indicadores da Economia Criativa e da Cultura no Brasil, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre a Secretaria de Economia Criativa e Diversidade Cultural, da Secretaria Especial da Cultura, e a Universidade do Rio Grande do Sul. Além de um estudo dos indicadores da economia criativa a parceria também prevê, em seu último produto, o "Estudo de impacto da epidemia de COVID-19 no setor cultural e criativo". Segundo o Plano de trabalho do TED, haverá a entrega de quatro produtos:

- Mercado de Trabalho: as variações no mercado de trabalho (número de trabalhadores formais e informais, remuneração média e demais variáveis pertinentes);
- Projeção de impacto fiscal para o setor, usando a metodologia da Matriz insumo produto;
- Impacto da Lei Aldir Blanc na distribuição de renda no setor cultural e criativo;
- Análise comparada das respostas internacionais às consequências da COVID-19 para o setor cultural e criativo.

No mesmo sentido, a Coordenação-Geral de Empreendedorismo e Inovação da Secretaria da Economia Criativa e Diversidade Cultural tem participado no âmbito latino-americano do "Projeto Regional de Medição dos Impactos da Covid-19 nas Indústrias Culturais e Criativas (ICC)". Com a participação de 11 países, o projeto trará informações dos órgãos nacionais de cultura e servirá como base para avaliação comparativa do impacto da pandemia no setor criativo.

Segundo Aldo Luiz Valentim, Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural, o projeto ainda está em andamento, mas ele afirma que:

"A pandemia provocou um colapso tanto na demanda como na oferta da economia em geral, com impacto ainda mais acentuado nas atividades vinculadas à economia criativa;

A pandemia também acelerou mudanças nos hábitos de consumo cultural, processo que já vinha se manifestando nos últimos anos, mas que foi rapidamente intensificado durante a pandemia;

O cancelamento de atividades alcançou mais de 83% dos espaços e equipamentos culturais da região latino-americana;

Ao menos 2.647.000 postos de trabalhos do ecossistema cultural foram impactados em toda a região. No Brasil, estima-se uma participação de ao menos 1,2% dos empregos das indústrias culturais no total de empregos, índice que se viu fortemente impactado ao longo do período de análise do estudo (1º trimestre 2019 - 2º trimestre 2020), segundo dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) do IBGE;

A pandemia ressaltou a existência de uma "brecha digital" referente ao acesso à internet pela população da região, que acentua o cenário de exclusão digital e limita o crescimento do mercado digital das indústrias culturais e criativas (...)."

Com a finalidade de apoiar artistas, técnicos, empresas, organizações sem fins lucrativos e coletivos que participam da diversidade cultural no Brasil, medidas diretas estão sendo postas em prática pela Secretaria Especial da Cultura e seus órgãos vinculados, além de esforços para dar continuidade a ações anteriores à crise sanitária. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) divulgou, em fevereiro de 2021, uma campanha de fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial, visando a promover bens já registrados e produtos associados.

“ O ano de 2021 representava um momento de retomada das atividades, porém, a segunda onda da doença e a presença de novas variantes do coronavírus fazem com que se adie ainda mais o processo de retomada de crescimento da economia da cultura”.



Para a área de Desenvolvimento, Análise, Gestão e Monitoramento da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural (SEDEC), foi fundamental a publicação da Portaria nº 817, de 23 de dezembro de 2020, que prorrogou os instrumentos de transferência voluntária, permitindo a continuidade de 73 termos de compromisso, 34 convênios e pouco mais de 200 contratos de repasse. O Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DLLLLB, da Secretaria da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDC) foi responsável pela entrega da obra de reforma da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles. A biblioteca teve o aporte de R\$ 2.111.234,25 para reforma e compra de novo mobiliário, e foram disponibilizados R\$ 1.200.000,00 em edital para sua programação cultural em 2021.

Edital de Programação Cultural da Biblioteca Demonstrativa do Brasil - BDB

R\$ 1.200.000,00

Secretaria Especial da Cultura/Ministério do Turismo

Ainda na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas, o DLLLLB mobilizou o investimento de R\$ 6.900.000,00 por meio de 27 projetos, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Assim como outros eventos apoiados pelo Departamento, foi realizado de forma virtual, em dezembro de 2020, o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. O departamento também participou do Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas, conhecido por IBERBIBLIOTECAS, exercendo a presidência nos anos de 2019 a 2021.

A área do DLLLLB sinalizou para o impacto do fechamento das bibliotecas para seus usuários, que não só podem ter acesso aos livros e aos locais de estudo, mas também acesso às redes de internet, tão importante nesse momento de pandemia.

A Coordenação-Geral de Gestão Compartilhada (CGGEC), que coordena as atividades culturais das Estações Cidadania-Cultura, imediatamente após o

fechamento das unidades imposto pela pandemia, intermediou as demandas dos diversos gestores das unidades, estabelecendo novas soluções para o enfrentamento da crise. Nesse sentido, foi criada a plataforma e-Praças, que serve como uma maneira de conectar e cadastrar as informações das Praças. O portal, assim, incentiva o desenvolvimento de atividades que obedecem aos limites sanitários, apoiando, por exemplo, projetos de educação à distância e atividades culturais virtuais.

Segundo a Secretaria Nacional do Audiovisual, em 2021, haverá o lançamento de editais com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), conforme aprovado por seu Comitê Gestor. O recurso, com linha de crédito emergencial, se destina ao setor produtivo e à geração de emprego e renda.

Linha de Crédito Emergencial do Fundo Setorial do Audiovisual

R\$ 400.000.000,00

Agência Nacional do Cinema (ANCINE) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

A Agência Nacional do Cinema (ANCINE), a partir de dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual²⁰, atualizados em fevereiro de 2021, afirma que o segmento de salas de exibição continua sendo sensivelmente impactado pela pandemia. Nesse sentido e a fim de mitigar os efeitos da pandemia, a ANCINE divulgou a iniciativa de auxílio emergencial proveniente do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor (PEAPE)

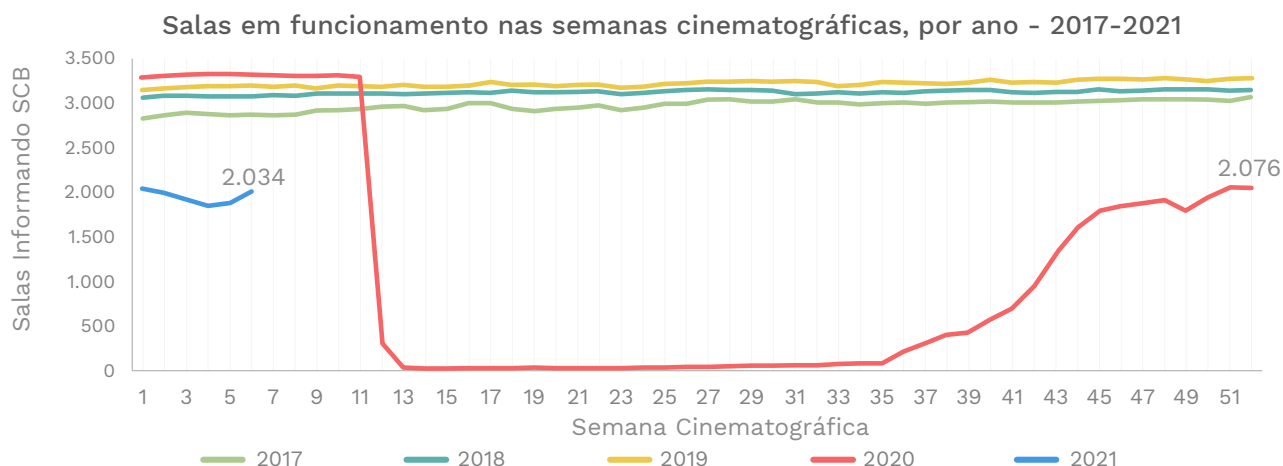
R\$ 8.500.000,00

Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

20. Painéis Interativos do Observatório Brasileiro do Cinema e Audiovisual (OCA).

Mesmo com a reabertura das salas em algumas regiões do país desde novembro de 2020, o número de salas em funcionamento diminuiu nas primeiras semanas de 2021 e a arrecadação das bilheterias

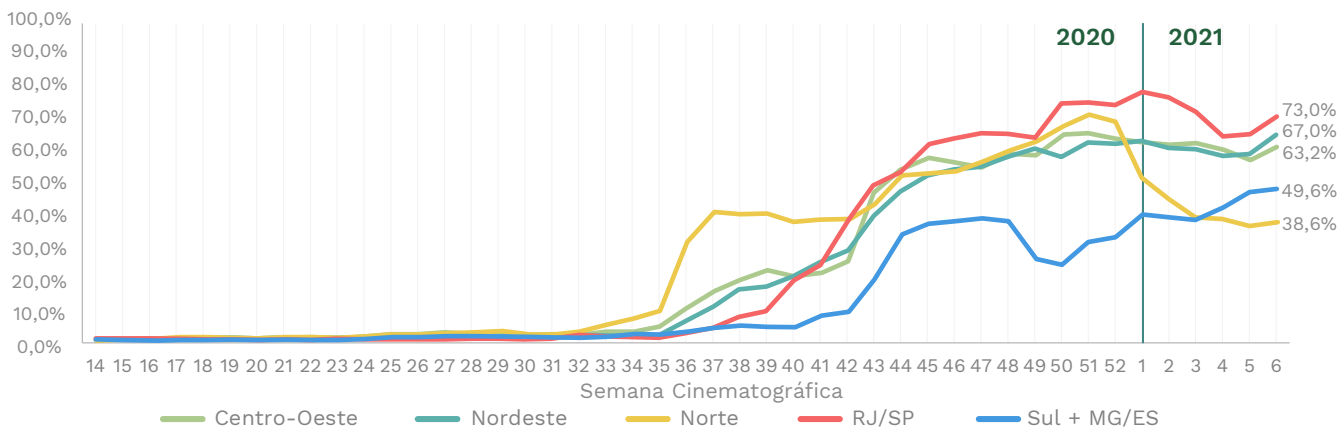
também sofreu com baixas neste mesmo período. Alguns gráficos ilustram o comportamento do setor frente à crise sanitária.



É notória a proporcionalidade que a crise sanitária ocasiona no setor. Mesmo que antes da pandemia, cada região brasileira já reagisse de maneira diferente, agora, a depender da gravidade da pandemia em determinado período e local, a curva se acentua de maneira bastante visível.

Destaca-se a região Norte que sofreu sobremaneira com o segundo pico da doença, onde se verifica acentuada queda, a partir do final do ano de 2020 e início de 2021, no percentual de salas abertas com relação ao ano de 2019.

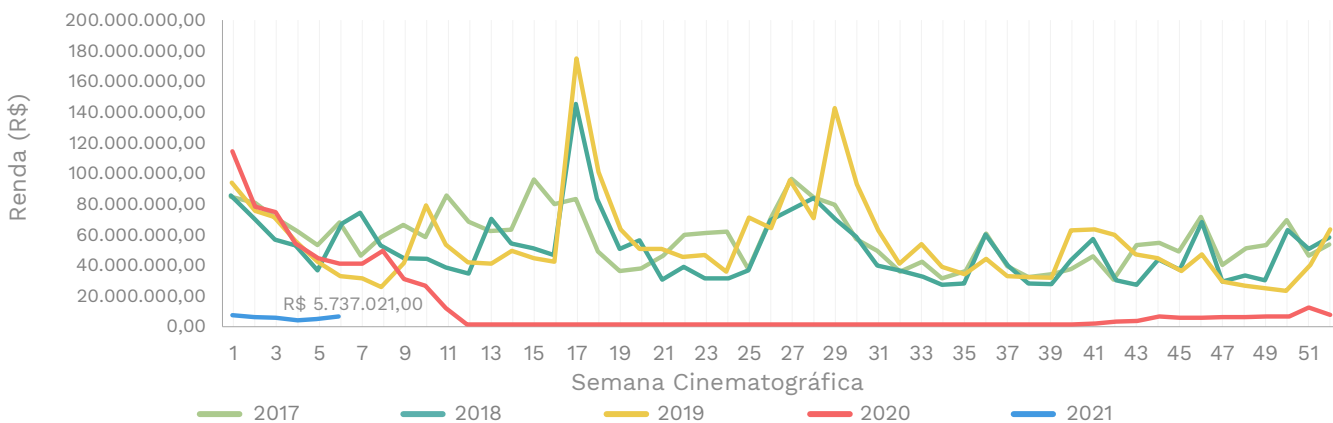
Percentual das salas abertas, nas semanas cinematográficas, em relação a 2019, por macrorregião/UF



Os números indicam que ainda é cedo para falar em uma recuperação do setor, uma vez que boa parte dos indicadores vem se mantendo estáveis ou com tendência de queda, destaca a ANCINE.

Quanto à recomposição da renda real por semana cinematográfica, percebe-se que ela continua muito aquém do registrado nos anos anteriores.

Percentual das salas abertas, nas semanas cinematográficas, em relação a 2019, por macrorregião/UF



No Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), as medidas iniciais adotadas para amenizar o impacto da pandemia foram a Campanha de Conscientização da área de gestão de pessoas, junto com o Plano de Contingência elaborado por grupo de trabalho específico para adoção de medidas estratégicas de prevenção ao coronavírus.

O Programa Saber Museu foi amplamente divulgado durante a pandemia, uma vez que possui extenso acervo sobre a área de museus e museologia. O programa, inclusive, alcançou a marca de 47 mil inscritos nos cursos disponibilizados na Escola Virtual de Governo, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Outra ação que vincula a comunidade ao público de museus é a participação do Museu da República na rede de vacinação contra a Covid-19, na cidade do Rio de Janeiro.

O Instituto, juntamente com 12 museus brasileiros, também participou da semana dedicada aos museus na plataforma TikTok, entre os dias 27 de julho e 2 de agosto de 2020, com a campanha #MuseuSemFronteiras. A iniciativa inovadora visou a divulgação das ações dos museus mesmo com as instituições fechadas. Buscando maior integração com o público, foi criado o Projeto Ibram Compartilhando, que promove atividades diversificadas em formato digital. Em 2020, foram

realizados 22 encontros virtuais para discussão de assuntos da área museal. Também de maneira virtual ocorreu a 18ª Semana Nacional de Museus, com a temática “Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão”. Ainda em 2020, ocorreu a 14ª Primavera dos Museus com o tema “Mundo Digital: Museus em transformação”, tendo participado 520 museus com 1.385 atividades. Está programado para ocorrer em maio de 2021 a 19ª Semana Nacional de Museus, com o tema “O Futuro dos Museus: Recuperar e Reimaginar”.

Em fevereiro de 2021, o Ibram lançou chamamento para a 19ª Semana Nacional de Museus, realizada em maio com o objetivo de promover uma discussão sobre novas abordagens para o campo museológico, assunto pertinente para a atualidade. O Ibram publicou também uma nova portaria do Programa Acervo em Rede, Portaria IBRAM nº 265 de 23 de março de 2021.

Visando a integração dos museus com seu público, o Ibram ampliou o Programa Acervo em Rede com o Projeto Tainacan. Contabilizam-se 200.000 itens catalogados e 15.000 itens para consulta online. Durante a pandemia foram disponibilizados virtualmente os acervos do Museu Casa Histórica de Alcântara, Museu Casa da Hera e o Museu de Arte Tradicional e Religiosa.



Museu da República - Palácio do Catete - Rio de Janeiro-RJ - Brasil - Fernando Frazão/Agência Brasil.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) também sinalizou para a diminuição das atividades e dos participantes em várias iniciativas promovidas pela instituição, principalmente das feiras literárias e workshops de empreendedorismo afro-brasileiro. O Projeto "Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil" também foi diretamente impactado pela pandemia, pois houve interrupção das adesões dos municípios, já que prevê etapa presencial, inclusive com entrega de material físico. O acesso turístico à Serra da Barriga, em Alagoas, foi drasticamente restringido para evitar maior contágio da população ali residente. O edital "Arte no Quilombo" também foi prejudicado, já que a migração para o formato digital não consegue abranger o seu público de forma satisfatória.

Edital Arte do Quilombo

R\$ 688.000,00

Fundação Cultural Palmares (FCP)

O processo de Certificação de Comunidades Remanescentes de Quilombo também foi impactado pela pandemia. A FCP recebeu e tratou

as 42 demandas por Certificação. Desse total, 15 foram deferidas e emitidas; 5 foram indeferidas por não apresentarem a documentação completa; e 12 delas ainda aguardam visitas técnicas que ainda não ocorreram devido às restrições de acesso a essas comunidades.

O ICP intermediou a entrega de 64.000 cestas de alimentos às comunidades em grau de insegurança alimentar alto ou muito alto e, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2020, com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, distribuiu mais 81.159 cestas de alimentos, beneficiando cerca de 72.534 famílias quilombolas.

As ações da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) por meio de editais e prêmios em 2020 tiveram ainda mais o papel de mitigar os efeitos da crise entre artistas e agentes culturais nas diferentes linguagens artísticas. Os espaços da FUNARTE, tanto na cidade do Rio de Janeiro, quanto nas representações regionais, puderam sediar gravações e espetáculos on-line.

No campo da inovação, a Funarte aderiu ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), que tem como objetivo avaliar e modernizar a gestão estratégica dos órgãos integrantes da administração pública federal.

Ações da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE)

Prêmio Funarte Festivais de Música 2020

R\$ 1.000.000,00

Prêmio Funarte de Apoio ao Espetáculo Circense 2020

R\$ 900.000,00

Edital Funarte Arte em Toda Parte

R\$ 2.084.000,00

Prêmio Festival Funarte Acessibilidade Virtual 2020

R\$ 1.000.000,00

Prêmio Funarte Artes Visuais 2020/2021

R\$ 725.000,00

Prêmio Funarte Festival de Teatro Virtual 2020

R\$ 870.000,00

Edital Bolsa Funarte de Estímulo à Conservação Fotográfica Solange Zúñiga

R\$ 260.000,00

Prêmio Funarte RespirArte

R\$ 4.072.000,00



Teatro Amazonas - Manaus - Amazonas - Brasil - Divulgação/Banco de imagens MTur.



O setor cultural e sua contribuição para o processo de retomada

Elton Medeiros²¹

A pandemia de COVID-19 assolou e ainda assola o mundo em diferentes níveis, exigindo de governos, iniciativa privada e sociedade a adoção de medidas para mitigar os efeitos socioeconômicos da pandemia.

Passaram a integrar o vocabulário cotidiano termos técnicos, científicos e médicos e a sociedade compreendeu mais claramente os diferentes tipos de máscaras de proteção, a dimensão do distanciamento social, além de outras medidas para evitar a exposição ao vírus.

Nesse contexto, o mundo se viu privado de dois bens preciosos para o bem-estar dos indivíduos: o turismo e a cultura. Ambas as atividades possuem forte correlação com o necessário contato entre as pessoas que consomem cultura e produtos turísticos e, diante do cenário, foram diretamente impactadas com as medidas necessárias para conter o avanço do vírus.

Hoje, após um pouco mais de um ano de pandemia, com a consolidação de campanhas de vacinação e a retomada lenta e gradual de diferentes setores da economia, é importante materializar o modelo de retomada do setor cultural, considerando os efeitos práticos da pandemia sobre o setor.

Para que seja possível desenvolver um modelo exequível e adequado à realidade do setor é fundamental, inicialmente, aprofundar-se sobre os dados disponíveis sobre a política cultural. Nesse sentido, é oportuno destacar o longo caminho a ser percorrido, tendo em vista que não há hoje um estudo unificado e abrangente sobre o tema, e os dados eventualmente divulgados são produtos de pesquisas e estudos pontuais ou específicos, quase sempre abordando um determinado tema da política cultural.

Para além dos dados, é imprescindível debater o impacto da pandemia e a utilização de novas tecnologias para fruição da cultura no ambiente de distanciamento social. Buscar novas formas de consumir produtos culturais pode ser um objetivo a ser almejado no processo de retomada gradual do setor, especialmente para os segmentos de museus, pinacotecas e instituições culturais possuidoras de acervo.

Outro debate que deve ser compreendido nessa esteira é o acesso a teatros e cinemas, espaços profundamente impactados em razão de sua

concepção e que neste processo inicial de reabertura tem comportado, em média, um terço da capacidade total de suas salas previstas a fim de cumprir com os protocolos de biossegurança. A restrição de acesso aos ambientes prejudicou sobremaneira o lançamento de novos filmes, bem como impediu a circulação de peças como inicialmente previsto.

Contudo, em que pese os efeitos nefastos da pandemia sobre os segmentos culturais, ainda é possível visualizar um cenário positivo para o segmento literário. Conforme aponta o 11º Painel do Varejo de Livros no Brasil de 2020, divulgado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), houve um aumento de 25% em volume e 22% em valor dos livros vendidos, comparado ao mesmo período de 2019²².

Esse crescimento verificado pode ser compreendido sobre a perspectiva de busca dos indivíduos por alternativas para lidar com os efeitos do isolamento social²³.

“... É imprescindível debater o impacto da pandemia e a utilização de novas tecnologias para fruição da cultura no ambiente de distanciamento social. Buscar novas formas de consumir produtos culturais pode ser um objetivo a ser almejado no processo de retomada gradual do setor”.

21. Elton Medeiros, Gestor de Políticas Públicas, com especialização em Ciência Política e com MPA em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração, atualmente ocupa o cargo de Coordenador-Geral de Dados e Informações no Ministério do Turismo, tendo passagem por diferentes setores do Ministério da Cultura.

22. Vendas de livros no País crescem e pesquisa aponta para mais leitura na pandemia (Revista ISTOÉ).

23. A importância da leitura em tempos de isolamento (G1 - Radar do Comércio).

Diante desse cenário, é importante que a cultura seja compreendida sob o seu aspecto econômico, tendo em conta o impacto que ela exerce sobre a economia e a sua parcela de composição no Produto Interno Bruto. Para tanto, é necessário compreender o setor a partir do conceito de economia criativa e o valor gerado a partir do processo criativo.

O produto derivado do processo criativo impacta não somente o espaço onde ele está compreendido ou é realizado, mas também o ambiente ao redor, a localidade, promovendo mudanças no espaço físico e na população dos locais em que eles se encontram ou são realizados.

É importante também observar a cultura sob a perspectiva simbólica, ou seja, sob o aspecto da criação, de transcender o indivíduo. É no processo criativo que o indivíduo busca refúgio ou formas de alterar a percepção da realidade, especialmente em momentos complexos, como estes da pandemia.

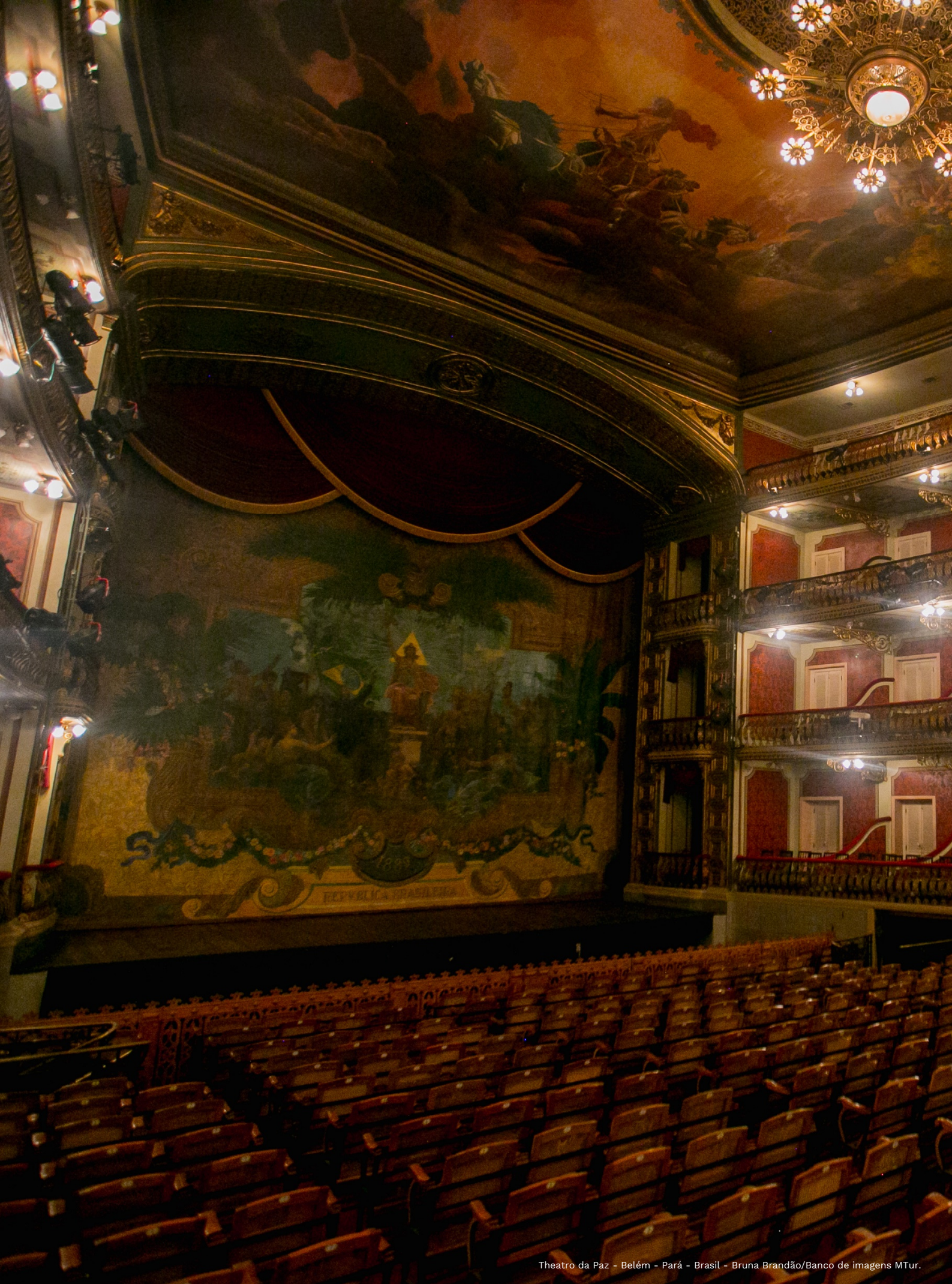
É por meio da cultura, por meio do acesso aos bens culturais que será possível mitigar os efeitos econômicos da pandemia, a partir da comercialização de bens culturais, e também os efeitos individuais, tendo em vista que por meio da criação, da transcendência será possível para o indivíduo acessar recantos da alma e da mente.

Cultura, no momento de pandemia pelo qual o mundo atravessa, é não só o alimento da alma, mas também de quem produz, de quem comercializa e de quem distribui. Manter o ciclo produtivo é fundamental para o mercado e para a sociedade. ■

“ ... É por meio da cultura, por meio do acesso aos bens culturais que será possível mitigar os efeitos econômicos da pandemia, a partir da comercialização de bens culturais, e também os efeitos individuais”.



Cerâmica Serra da Capivara - São Raimundo Nonato - Piauí - Brasil - Maurício Pokemon/Banco de imagens MTur.



Theatro da Paz - Belém - Pará - Brasil - Bruna Brandão/Banco de imagens MTur.

O impacto da pandemia de COVID-19 sobre as Atividades Características do Turismo

O turismo tem sido um dos setores da economia fortemente impactado pela pandemia, pois as medidas restritivas de isolamento social sugeridas pelos organismos de saúde impedem de maneira significativa a mobilidade das pessoas e, assim, tornam as viagens bem menos frequentes. Estudos e pesquisas já publicados no Brasil e no exterior têm mostrado a forte queda da atividade, no entanto, uma retomada tímida tem sido observada.

O setor de turismo é subdividido em oito Atividades Características do Turismo (ACTs) que foram definidas a partir das Recomendações Internacionais para Estatísticas de Turismo (RIET-2008), documento que é a base metodológica mundial para definições de estatísticas do setor. Essas ACTs são subdivididas em Alojamento, Agências de Viagem, Transporte Aéreo, Transporte Terrestre, Transporte Aquaviário, Aluguel de Transporte, Alimentação, Cultura e Lazer, o que possibilita ter um panorama de várias atividades que compõem o setor. Além disso, a divisão permite identificar quais dessas atividades são mais relevantes para a economia, tanto em nível nacional quanto em macrorregião, Unidade da Federação e município.

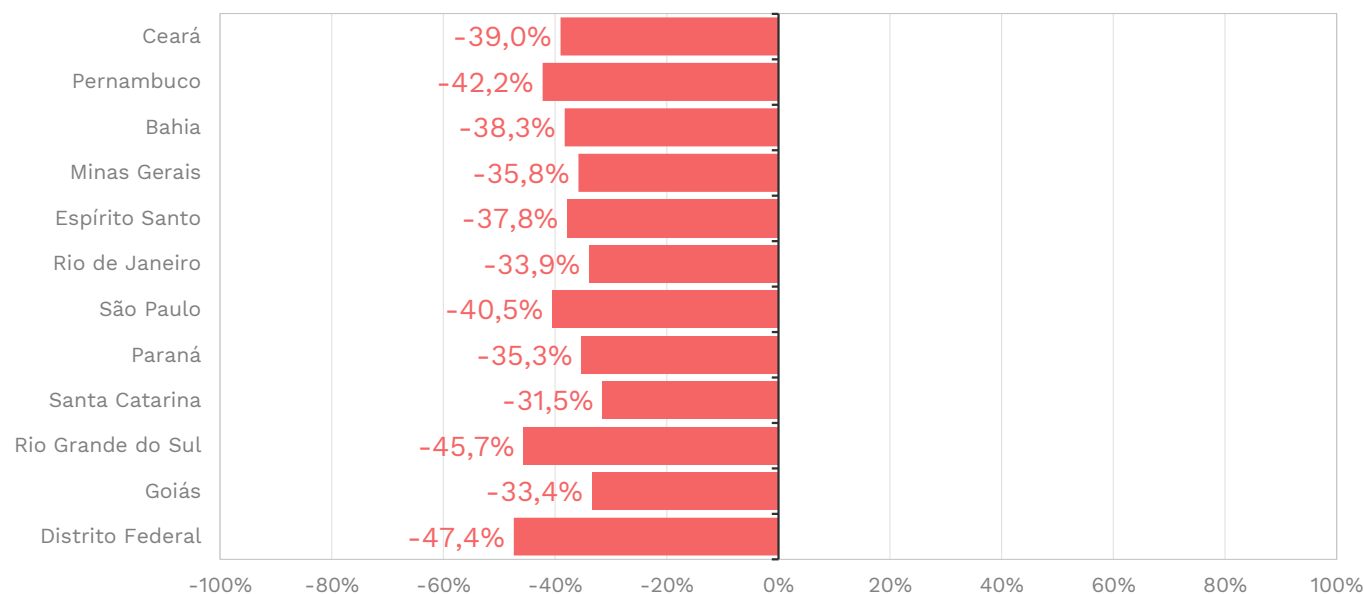
Com o objetivo de permitir maior clareza na análise do setor de turismo, as avaliações presentes na publicação estão baseadas na segmentação por Atividades Características do Turismo, conforme preconizado pelas Recomendações.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural desse setor no país, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação²⁴. Ademais, essa pesquisa apresenta resultados para as Atividades Características do Turismo no Brasil, tanto para a variável Receita Nominal quanto para Volume das Atividades, onde este, segundo o IBGE, é o resultado da deflação dos valores nominais correntes, na receita bruta de serviços prestados, por índice de preços específicos para cada Unidade da Federação, construídos a partir dos relativos preços do IPCA.

Portanto, segundo a PMS, a Receita Nominal das Atividades Turísticas sofreu queda de 38,1% em 2020 quando comparada a 2019. As Unidades da Federação que apresentaram as maiores quedas foram Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco, com diminuição na receita em 47,4%, 45,7% e 42,2%, respectivamente. Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro tiveram as menores quedas, com 31,5%, 33,4% e 33,9%, respectivamente.

24. IBGE/Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Varição Anual na Receita Nominal das Atividades Turísticas, por Unidade da Federação - 2020/2019

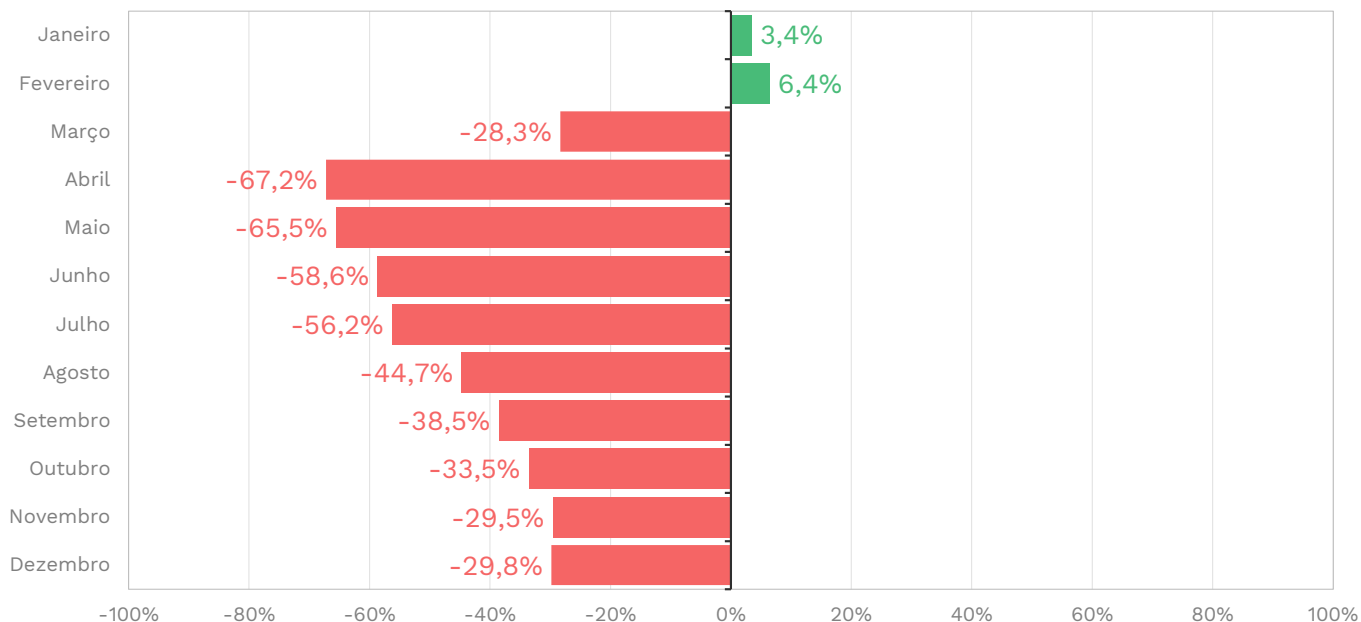


Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

O mês de abril foi o pico de maior queda na Receita Nominal das Atividades Turísticas, em comparação tanto com o mesmo mês do ano de 2019, -67,8%, quanto com março de 2020, -54,3%. Considerando a variação da receita nominal com os mesmos meses do ano de 2019, a atividade turística

apresentou aumento somente nos meses de janeiro e fevereiro, no entanto, quando comparada com o mês imediatamente anterior, foi observado aumento de maio a dezembro, o que pode representar uma retomada do setor, apesar de tímida.

Varição da Receita Nominal das Atividades Turísticas comparado com o mesmo mês do ano anterior - 2020

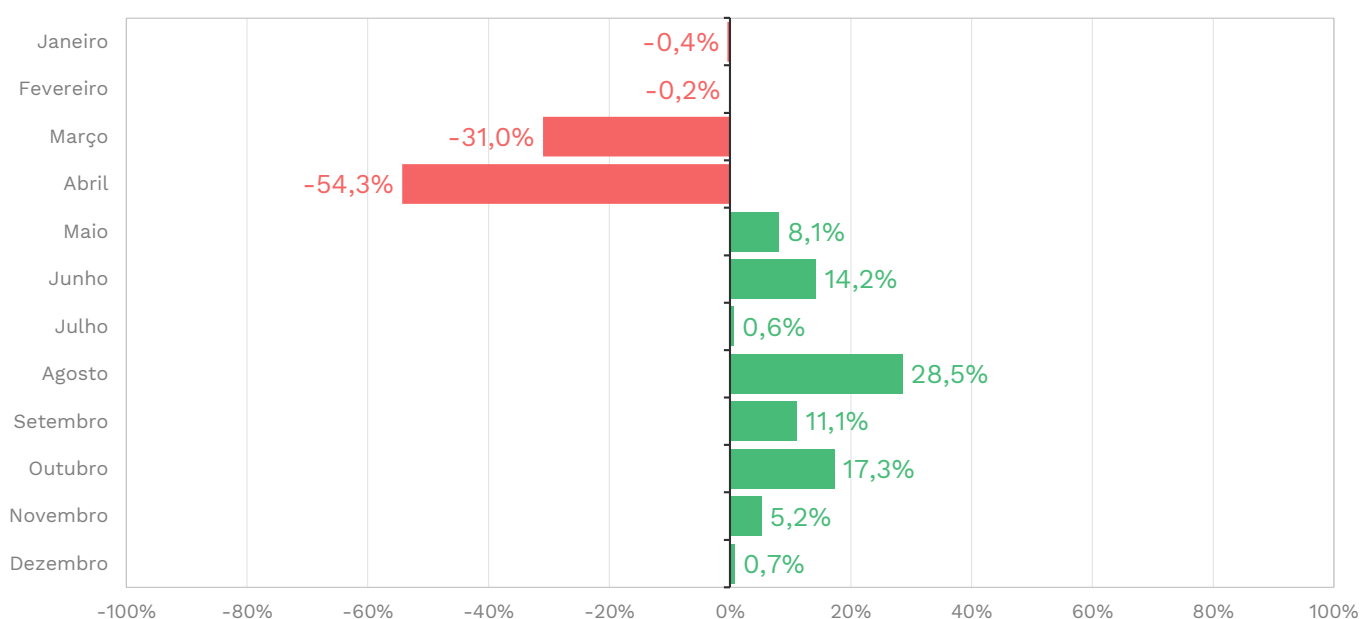


Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

O mês de abril foi o pico de maior queda na Receita Nominal das Atividades Turísticas, em comparação tanto com o mesmo mês do ano de 2019, -67,8%, quanto com março de 2020, -54,3%. Considerando a variação da receita nominal com os mesmos meses do ano de 2019, a atividade turística

apresentou aumento somente nos meses de janeiro e fevereiro, no entanto, quando comparada com o mês imediatamente anterior, foi observado aumento de maio a dezembro, o que pode representar uma retomada do setor, apesar de tímida.

Varição da Receita Nominal das Atividades Turísticas comparado com o mês imediatamente anterior - 2020

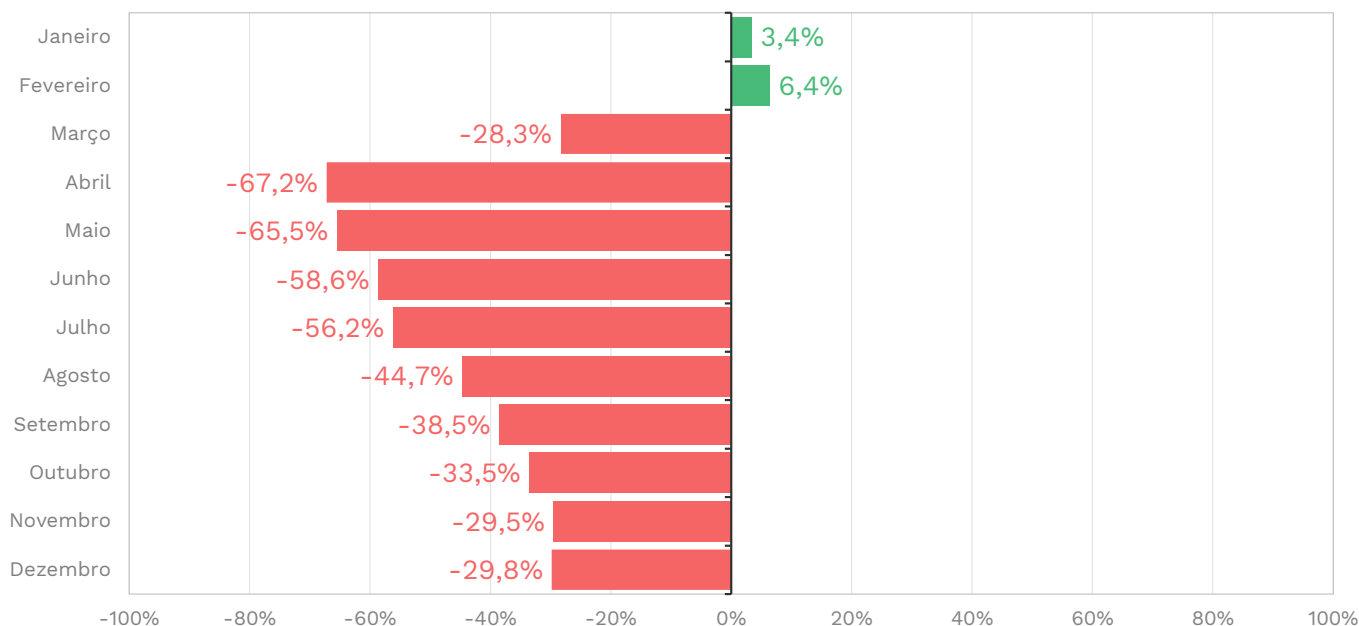


Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

No mesmo sentido, o Volume das Atividades Turísticas também apresentou queda em 36,7% no ano de 2020 em relação a 2019. Também foi possível observar comportamento semelhante da Receita

Nominal das Atividades Turísticas durante o ano, com recuperação tímida após o pico da queda de abril.

Variação do Volume das Atividades Turísticas comparado com o mesmo mês do ano anterior - 2020



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Além dos resultados da PMS, é importante utilizar outros dados para obter um cenário mais amplo da participação da atividade do setor na economia brasileira. Para este fim, os dados referentes à arrecadação federal podem também contribuir para as análises das ACTs.

Diante disso, a Receita Federal disponibilizou informações referentes à arrecadação de tributos federais, onde estão inclusos IRPJ, CSLL, CONFINS, PIS/PASEP, Impostos de Renda na Fonte e Receita Previdenciária (tanto a parte do empregado quanto das empresas) dos estabelecimentos do setor de turismo²⁵.

São dados que têm correlação direta com o faturamento do setor, portanto, podem ser importantes indicadores econômicos. No entanto, é oportuno destacar que a arrecadação federal pode não estar vinculada ao faturamento do estabelecimento no mês que ela informa, pois, a Receita Federal computa o mês que foi arrecadado, que pode estar vinculado ao faturamento de outro mês, tendo em vista que o estabelecimento tem prazo para pagar os impostos.

25. Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.



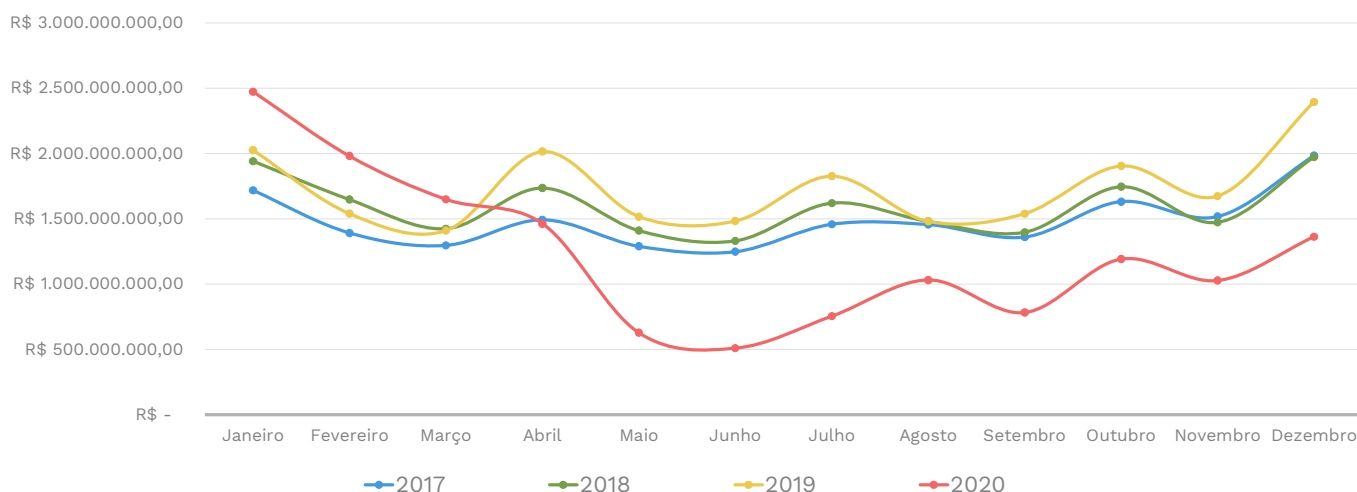
Praia do Leblon - Rio de Janeiro-RJ - Brasil - Tânia Rêgo/Agência Brasil.

Em 2020, a arrecadação no setor de turismo diminuiu 28,6% em relação ao ano anterior, com destaque para as Atividades Características do Turismo Transporte Aéreo e Alojamento, que apresentaram queda de 47,1% e 40,4%, respectivamente. Já o Núcleo do Turismo composto pelas ACTs Alojamento, Transporte Aéreo e Agências de Viagem, apresentaram diminuição de 42,0% na arrecadação em 2020. Essas três ACTs possuem

clientes majoritariamente compostos por turistas, de forma que agregadas elas podem refletir de maneira mais assertiva a dinâmica do setor de turismo.

O mês de junho de 2020 foi o que apresentou a menor arrecadação do ano, 65,7% menos que o mesmo período do ano anterior. Nos meses seguintes, pode ser observada uma pequena retomada em níveis mais baixos.

Arrecadação Federal no Setor de Turismo, por mês e ano - 2017-2020



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Além das variáveis relacionadas ao faturamento do setor, é importante o monitoramento do mercado de trabalho no setor de turismo, no sentido de avaliar a importância socioeconômica do turismo no conjunto da economia, identificar o perfil da mão de obra e, assim, contribuir para diagnósticos mais precisos do desempenho das ACTs.

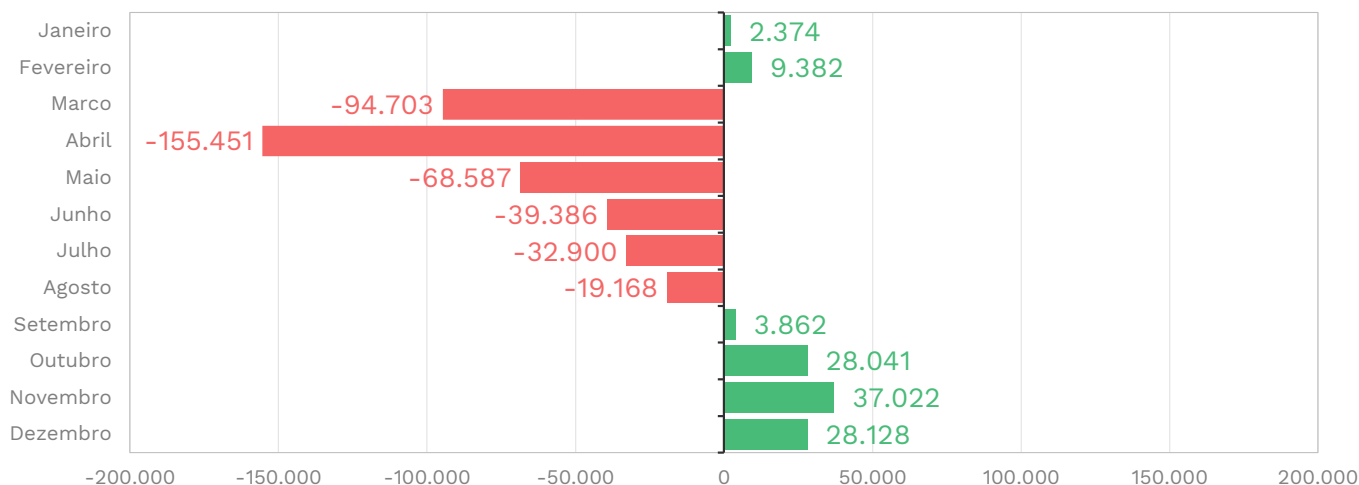
Sendo assim, o Ministério da Economia, por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)²⁶, disponibiliza informações referentes ao saldo de contratações e demissões dos empregados do setor turismo, nos quais são coletados mensalmente, por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Além disso, informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹¹ referentes às ocupações formais também são disponibilizadas pelo mesmo ministério e, apesar dos dados mais

atuais serem de 2019, continuam sendo referência para complementar as análises do mercado de trabalho.

Diante do exposto, em 2020, 301.386 postos de trabalho no setor de turismo deixaram de existir, conforme dados do CAGED, sendo que o pico da queda ocorreu em abril, com saldo negativo de 155.451 demissões. O destaque ficou para a ACT Alimentação, com cerca de 96.027 demissões no mês. Essa ACT corresponde a 62,5% das ocupações formais no turismo, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019. Em direção oposta, a ACT Aluguel de transporte apresentou saldo positivo de 2.563 novos postos de trabalho em 2020.

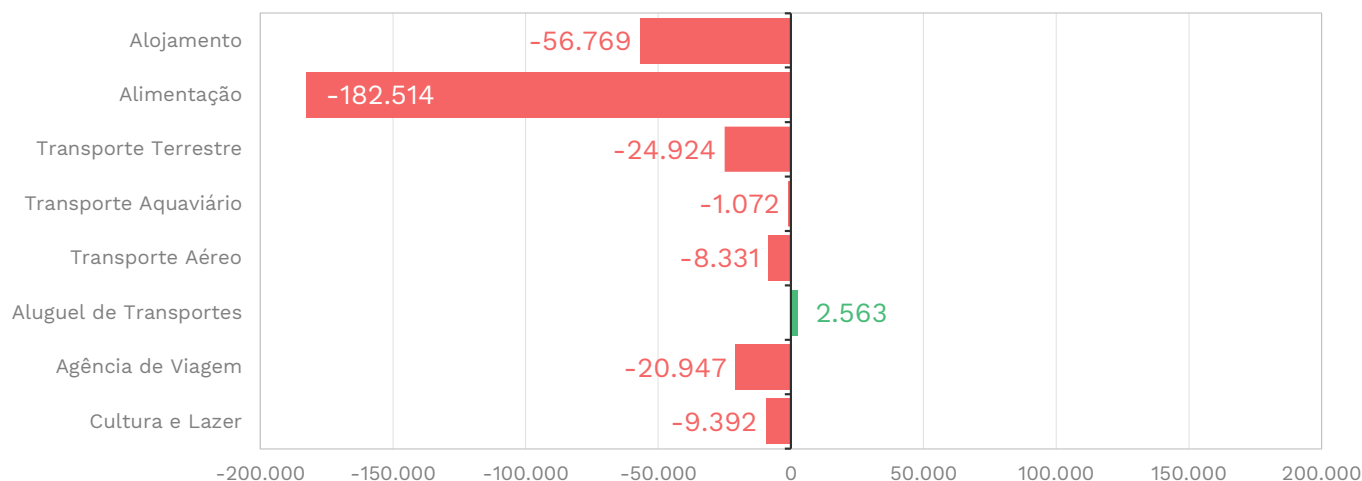
26. Ministério da Economia, Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Saldo de Contratações e Demissões no Turismo do Brasil - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Saldo de Contratações e Demissões nas Atividades Características do Turismo - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Já o Núcleo do Turismo composto pelas ACTs Alojamento, Transporte Aéreo e Agências de Viagem apresentou diminuição de 86.047 postos de trabalho formal em 2020, o que representou 28,6% do saldo negativo no ano.

Em termos proporcionais, o Sudeste apresentou 59,8% do saldo de demissões no país, enquanto o Norte representou 1,6%. Por outro lado, de acordo

com dados da RAIS de 2019, o Sudeste continha 54,4% das ocupações formais do setor de turismo no Brasil, enquanto que o Norte possuía apenas 3,7%.

A macrorregião Sudeste foi a que apresentou a maior queda no saldo de contratações e demissões em 2020, somando 180.175. Já o Norte foi a que apresentou a menor queda, 4.897.

Saldo de Contratações e Demissões nas Atividades Características do Turismo - 2020

Macrorregião	Saldo	Representatividade	
		CAGED (2020)	RAIS (2019)
Norte	-4.897	1,6%	3,7%
Nordeste	-42.827	14,2%	17,2%
Sudeste	-180.175	59,8%	54,4%
Sul	-53.492	17,7%	16,5%
Centro-Oeste	-19.995	6,6%	8,3%
Brasil	-301.386	-	-

Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Segundo o CAGED, dos 301.386 postos de trabalho perdidos em 2020, 55% foram referentes a trabalhadores que tinham até o ensino médio completo, e 30,1% até o fundamental completo.

Essa representatividade está próxima dos dados da RAIS de 2019, onde 62,3% correspondiam aos trabalhadores com até o ensino médio completo e 24,7% aos com até o fundamental completo.

Saldo de Contratações e Demissões nas Atividades Características do Turismo - 2020

Macrorregião	Saldo	Representatividade	
		CAGED (2020)	RAIS (2019)
Até 5º ano	-12.451	4,1%	3,9%
Fundamental completo	-90.796	30,1%	24,7%
Ensino médio	-165.827	55,0%	62,3%
Ensino superior incompleto	-10.394	3,4%	2,9%
Superior completo	-20.679	6,9%	6,1%
Pós graduação	-1.239	0,4%	0,1%
Total	-301.386	-	-

Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

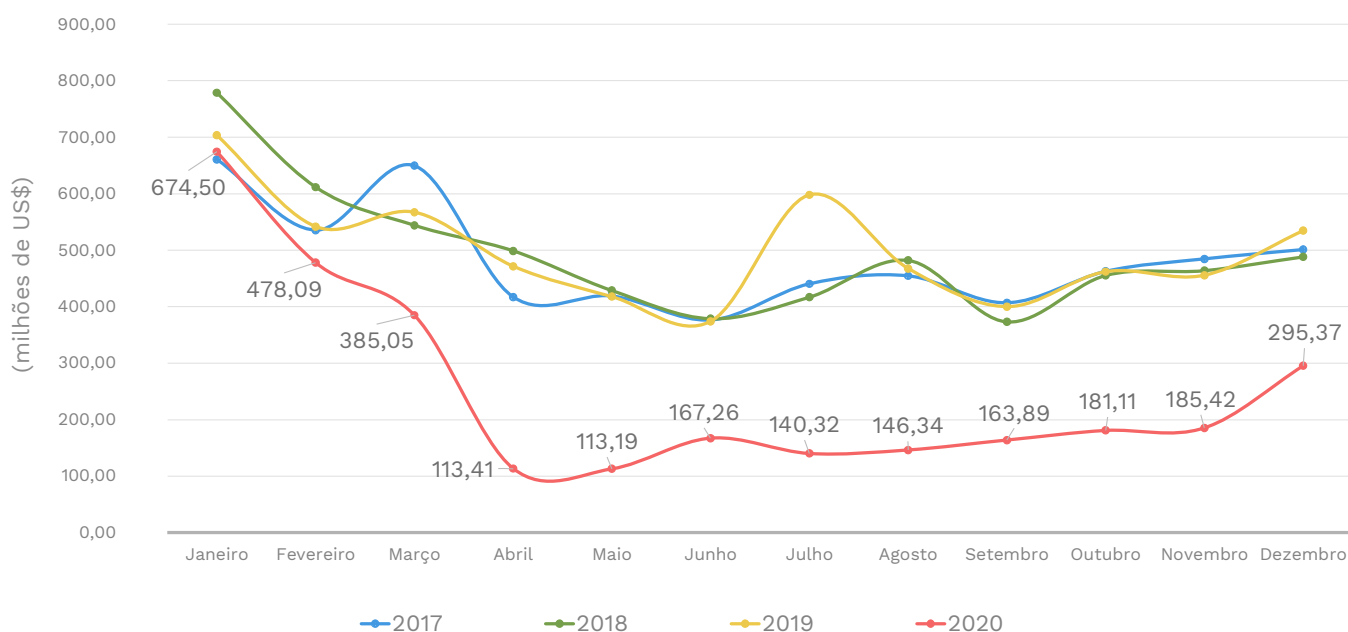
Outra consequência advinda das medidas restritivas de circulação de pessoas devido à pandemia foi o fechamento das fronteiras, que impactou diretamente o fluxo internacional de turistas, tanto os receptivos quanto os emissivos.

O Banco Central do Brasil disponibiliza dados referentes à Receita e Despesa Cambial Turísticas²⁷, que estão diretamente relacionados com o gasto em moeda estrangeira em bens e serviços adquiridos no Brasil (Receita) e em moeda nacional no exterior (Despesa). Essas informações têm forte correlação com os gastos em viagens dos turistas receptivos no Brasil (Receita Cambial Turística).

Em 2020, fica evidente o impacto do fechamento das fronteiras e das medidas restritivas de circulação de pessoas em nível mundial, pois a Receita Cambial Turística apresentou queda de 49,2% quando comparada ao ano anterior. Na mesma direção, porém mais intensa, a Despesa Cambial Turística diminuiu 69,3%. Observa-se ao longo do ano que a recuperação ainda está bastante tímida e bem abaixo dos patamares de anos anteriores.

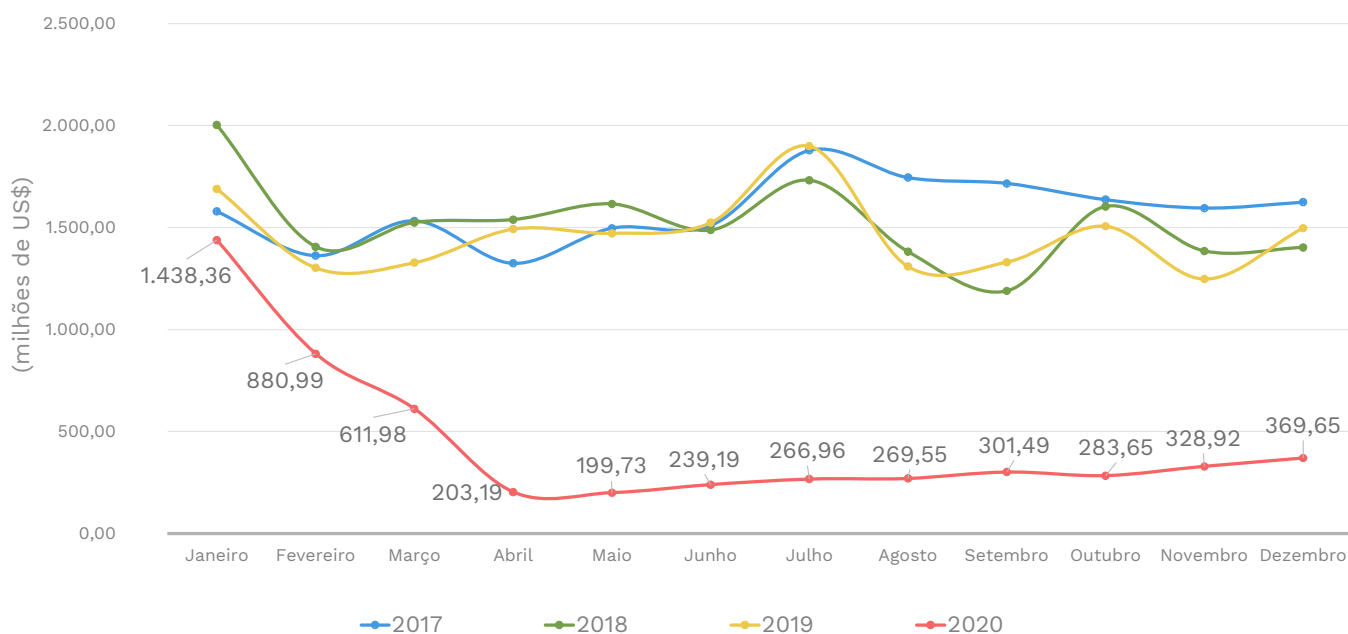
27. Estatísticas - Banco Central do Brasil (Bacen).

Receita Cambial Turística no Brasil, segundo os meses, por ano - 2017-2020 (milhões de US\$)



Fonte: Estatísticas - Banco Central do Brasil (Bacen).

Despesa Cambial Turística no Brasil, segundo os meses, por ano - 2017-2020 (milhões de US\$)



Fonte: Estatísticas - Banco Central do Brasil (Bacen).



Petro de Galinhas - Pernambuco - Brasil - Divulgação/Banco de imagens MTur.

Análise detalhada para as **Atividades Características do Turismo**

A seguir será apresentada uma análise um pouco mais detalhada para cada Atividade Característica do Turismo, a partir das bases de dados disponíveis, de forma a ter um panorama mais ampliado dos setores do turismo, que permita traçar cenários mais assertivos.

- Alojamento
- Alimentação
- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Aluguel de transporte
- Agências de viagem
- Cultura e lazer





Alojamento

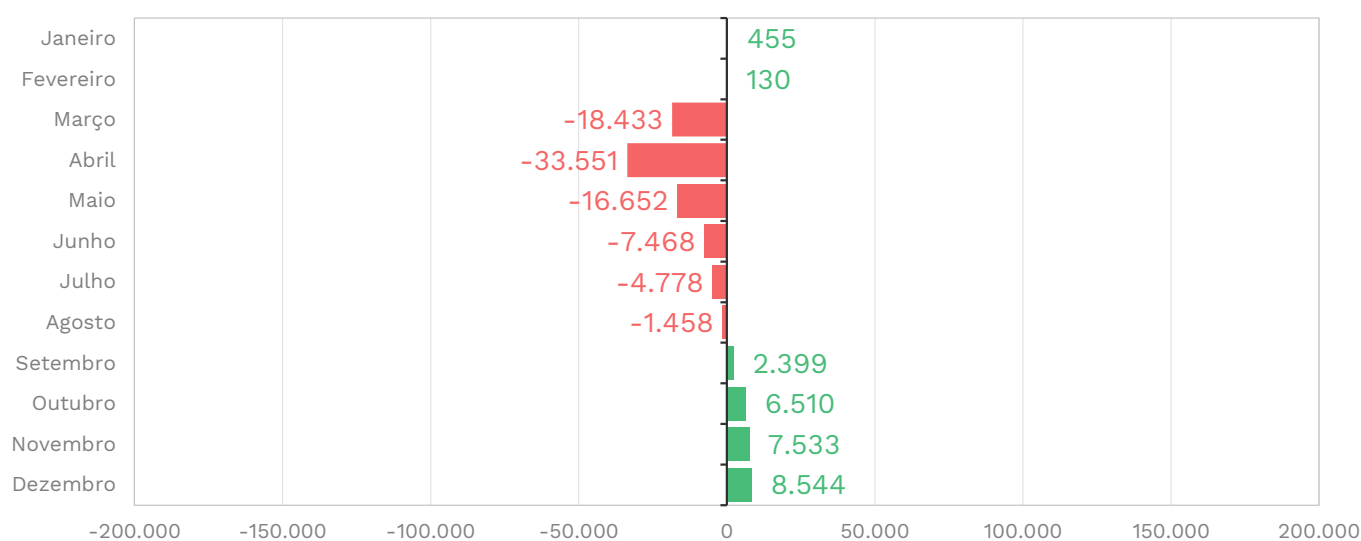
A Atividade Característica do Turismo Alojamento é uma das principais do setor de turismo, tendo em vista que quase toda a sua clientela é composta por turistas. Além disso, as despesas com hospedagem nas viagens, quando ocorrem, costumam ser bastante significativas e assim contribuem para a cadeia produtiva do setor.

Essa ACT pode refletir o desempenho da atividade turística no destino, tendo em vista que o estabelecimento que presta o serviço está no local de visita do turista, diferente, por exemplo, de uma empresa de transporte que pode prestar serviço em seu destino, mas seu estabelecimento de origem ser de outra localidade.

A ACT Alojamento apresentou a segunda maior queda de postos de trabalho formais do setor no acumulado do ano de 2020, com 56.769 empregos a menos, conforme os dados do CAGED disponibilizados pelo Ministério da Economia. A atividade é a segunda maior em número de ocupações relacionadas ao turismo, representando cerca de 16,0% do total, segundo a RAIS de 2019.

Observa-se que o maior saldo negativo ocorreu no mês de abril, quando foram perdidos 33.551 postos de trabalho. A retomada iniciou-se no mês de setembro, mês em que a atividade passou a apresentar saldos positivos de emprego, chegando a gerar 8.544 novos empregos no mês de dezembro.

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Alojamento, por mês - 2020

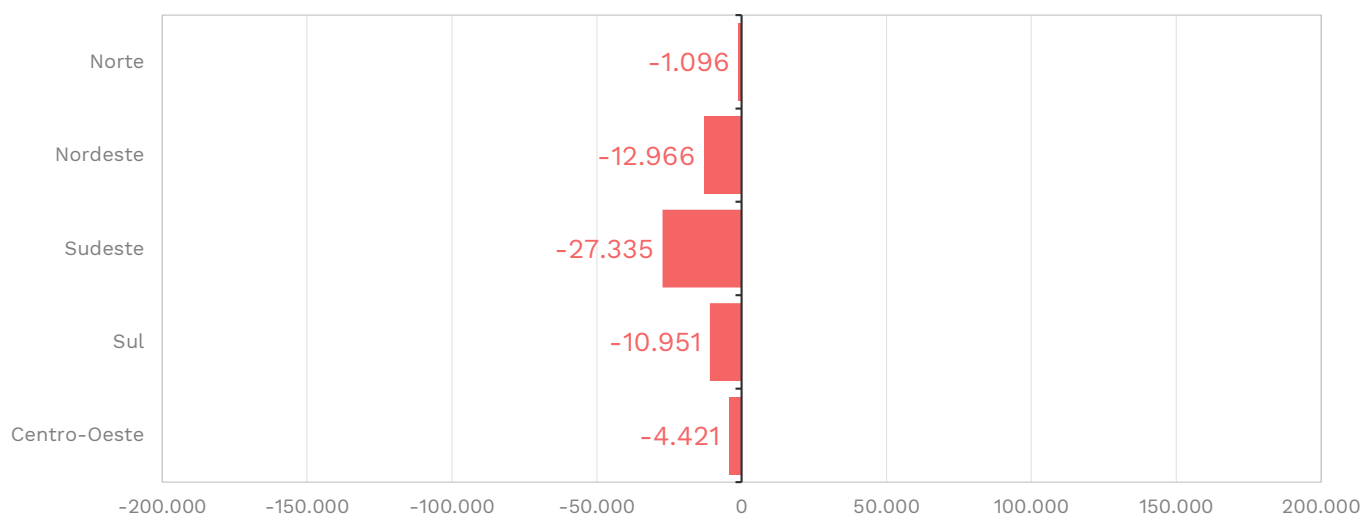


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Em termos regionais, a macrorregião Sudeste apresentou a maior queda em postos de trabalho formais, com um saldo negativo na ACT Alojamento de 27.335, seguida da macrorregião Nordeste,

com -12.966, e da macrorregião Sul, com -10.951. O menor decréscimo ocorreu na macrorregião Norte, com perda de 1.096 postos de trabalho.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Alojamento, por macrorregião - 2020

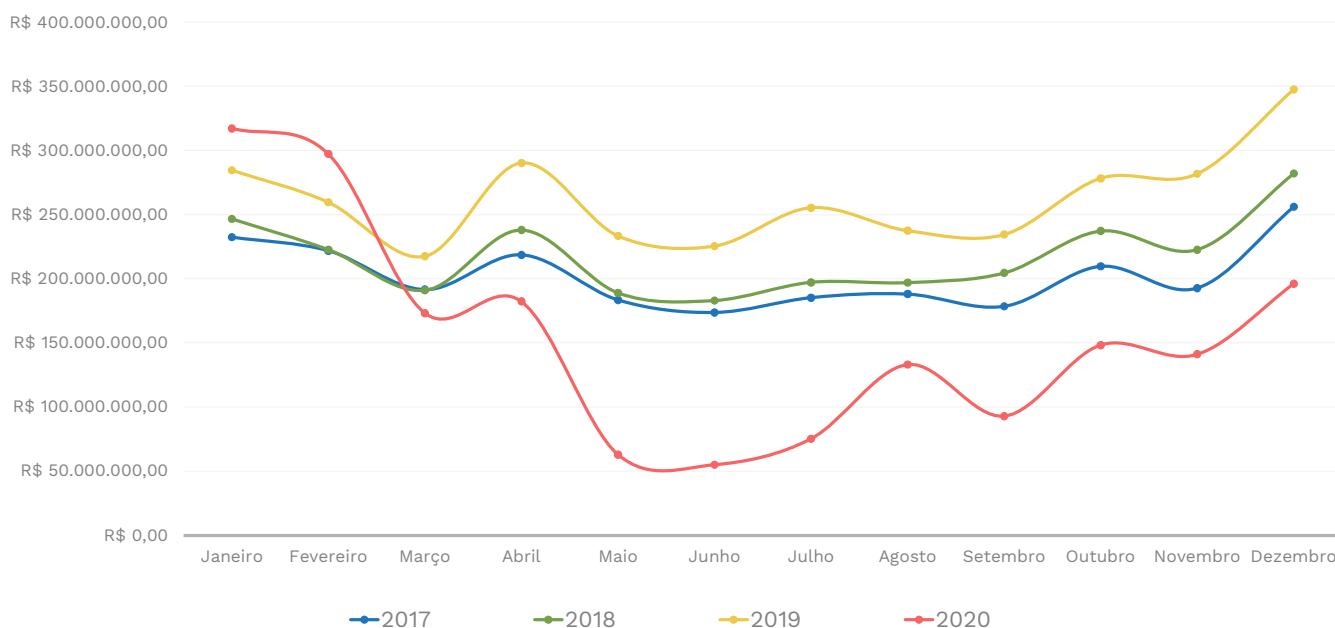


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Com relação à Arrecadação Federal, a atividade de Alojamento apresentou uma queda de R\$ 1,3 bilhão, equivalente a 40,4% em relação ao montante arrecadado em 2019. A maior redução ocorreu no mês de junho, com 75,6% a menos que no mesmo

mês do ano anterior. Nesse sentido, observa-se que, a exemplo da ACT Alimentação, o ramo de Alojamento ainda não alcançou o patamar de arrecadação verificado nos três anos anteriores.

Arrecadação Federal para a ACT Alojamento, segundo os meses, por ano - 2017-2020

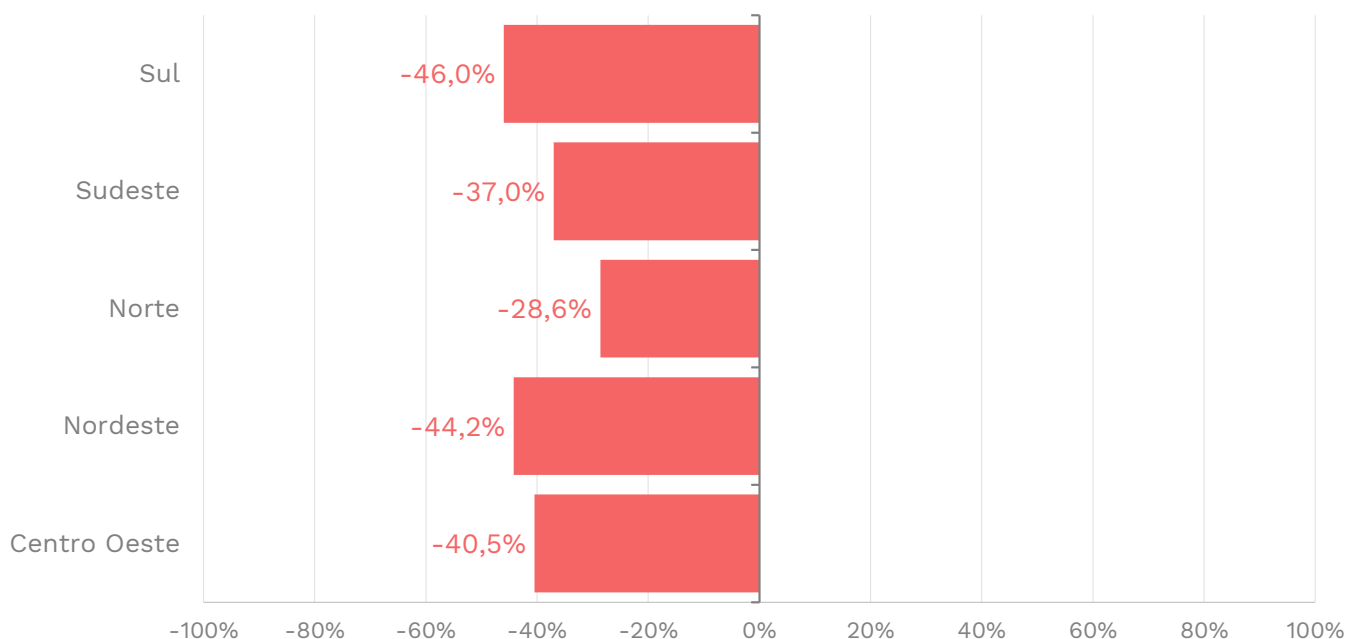


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Considerando as macrorregiões do País, a maior queda relativa da arrecadação federal sobre a ACT Alojamento ocorreu na macrorregião Sul, com cerca de 46,0% a menos que o montante arrecadado em 2019, seguida pelas macrorregiões Nordeste e Centro-Oeste, com reduções de 44,2% e 40,5%,

respectivamente. Em termos absolutos, a macrorregião Sudeste, que respondeu por cerca de 54,3% da arrecadação em 2020, apresentou a maior queda, com R\$ 598,8 milhões a menos que no ano anterior.

Varição na Arrecadação Federal de 2019 para 2020 na ACT Alojamento, por macrorregião



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

A Pesquisa de Sondagem Empresarial²⁸, realizada semestralmente pelo Ministério do Turismo, é outra fonte de informações relevante para o diagnóstico do ramo de alojamento. A pesquisa busca identificar a expectativa dos empresários, a partir da situação de seus empreendimentos, avaliando as seguintes variáveis: desempenho e perspectivas dos estabelecimentos, desempenho e perspectivas dos destinos turísticos; e pretensão de investimento no estabelecimento para os próximos seis meses.

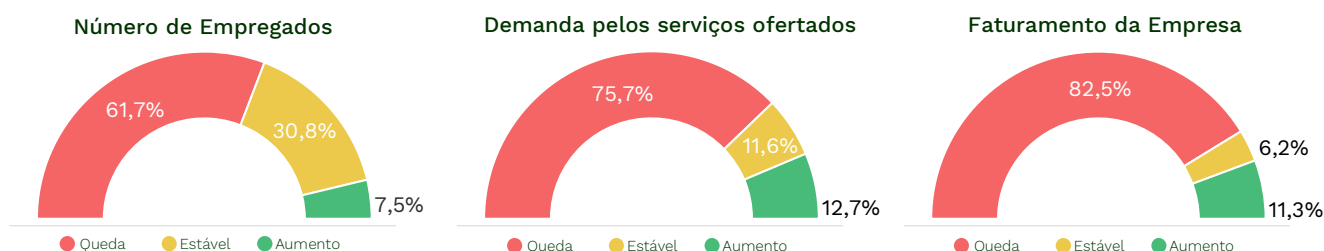
Os últimos resultados da Pesquisa permitem comparar os dados do segundo semestre de 2020 com o mesmo período de 2019, de modo a perceber as expectativas dos empresários no contexto da

pandemia. Para 61,7% dos empresários desse seguimento que responderam à pesquisa, houve queda no número de empregados, enquanto 30,8% informaram estabilidade. Quanto à demanda pelos serviços ofertados, 75,7% afirmaram que houve queda, enquanto 11,6% informaram estabilidade e 12,7%, aumento.

Outro dado importante – e preocupante – para a economia desse ramo de atividade, refere-se à avaliação sobre o faturamento da empresa: 82,5% dos respondentes informaram queda, enquanto 6,2% indicaram que houve estabilidade e somente 11,3%, aumento.

28. Ministério do Turismo - Sondagem Empresarial.

Desempenho dos estabelecimentos do setor de meios de hospedagem do Brasil, segundo os empresários, no 2º semestre de 2020 comparado ao mesmo período de 2019 (%)

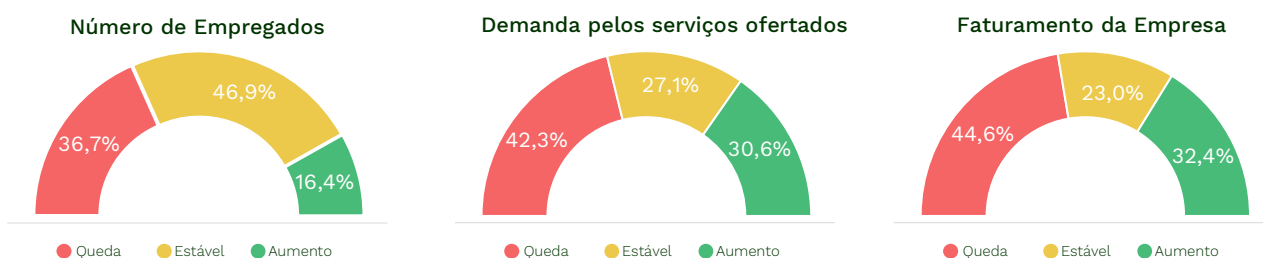


Fonte: Ministério do Turismo - Sondagem Empresarial.

Quanto à perspectiva desses empresários para os próximos seis meses, houve predomínio do cenário pessimista, dada a incerteza quanto à evolução da pandemia no Brasil. Para 46,9% o número de empregados se manterá estável, porém, são esperadas quedas de 42,3% na demanda pelos serviços e de 44,6% no faturamento das empresas.

Infelizmente, o cenário dos destinos turísticos para os próximos seis meses é o mesmo, seguindo o padrão de queda. A expectativa dos empresários aponta redução de 46,8% na rentabilidade, 45,0% na procura pelo destino e 47,0% no gasto do turista no destino.

Perspectiva para o primeiro semestre de 2021, segundo os empresários dos estabelecimentos do setor de meios de hospedagem do Brasil (%)

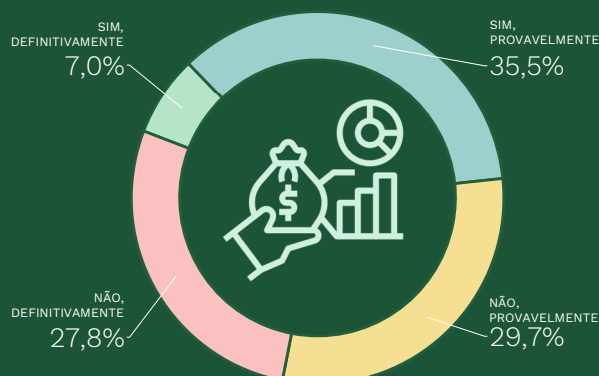


Fonte: Ministério do Turismo - Sondagem Empresarial.

Pretensão de investimento no estabelecimento, no primeiro semestre de 2021, segundo os empresários do setor de meios de hospedagem do Brasil (%)



Como resultado desse quadro pandêmico, 57,5% dos empresários do setor hoteleiro indicaram que não têm pretensão de realizar novos investimentos nos seus estabelecimentos no primeiro semestre de 2021.



Fonte: Ministério do Turismo - Sondagem Empresarial.



Alimentação

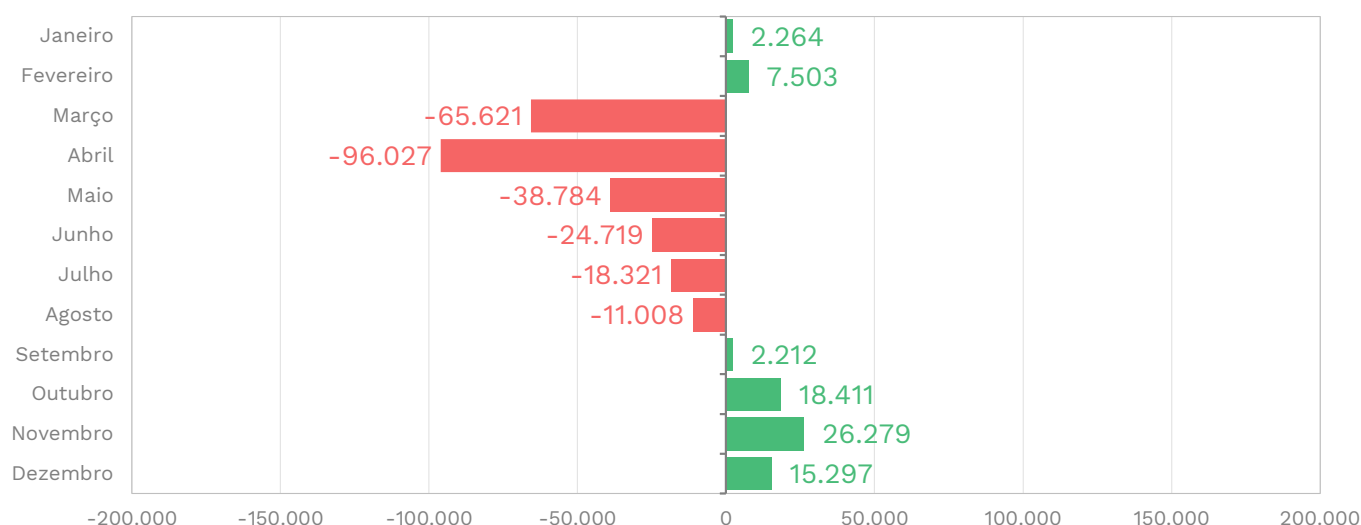
A ACT Alimentação é bastante relevante para a economia do turismo, pois normalmente o consumo de alimentos constitui um valor considerável nos gastos das viagens dos turistas. Inclusive, o turismo gastronômico faz com que alguns destinos se destaquem por sua culinária, sendo bastante explorados pelos visitantes. É importante destacar que em algumas localidades a maior parte da clientela é de residentes, já em outras de turistas, portanto, é necessário ter isso em mente nas análises desse setor.

Essa ACT apresentou a maior queda de postos de trabalho formais do setor no acumulado de 2020, com 182.514 empregos a menos, conforme os dados

do CAGED divulgados pelo Ministério da Economia. Este resultado é ainda mais significativo, considerando que a atividade de Alimentação, segundo a RAIS de 2019, responde pelo maior número de ocupações relacionadas ao turismo, correspondendo a 62,5% do total de postos de trabalho do setor.

Ao longo do ano passado, o maior saldo negativo ocorreu no mês de abril, com perda de 96.027 postos de trabalho. Somente a partir do mês de setembro a atividade passou a apresentar saldo positivo de empregos, atingindo um pico de 26.279 novos empregos, no mês de novembro.

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Alimentação, por mês - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

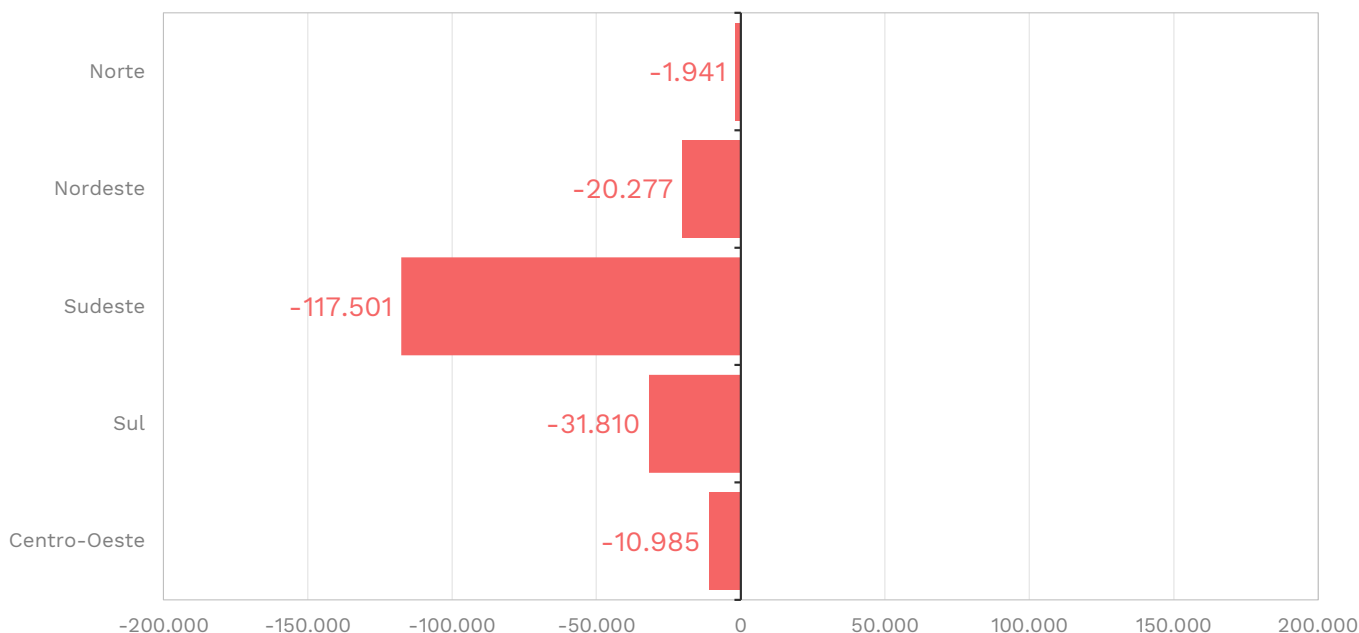


Tânia Rêgo/Agência Brasil.

Todas as macrorregiões do País apresentaram saldos negativos do emprego formal no ano de 2020, as maiores perdas dos postos de trabalho formais

ocorreram na Região Sudeste (-117.501), seguida das Regiões Sul (-31.810) e Nordeste (-20.277).

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Alimentação, por macrorregião - 2020

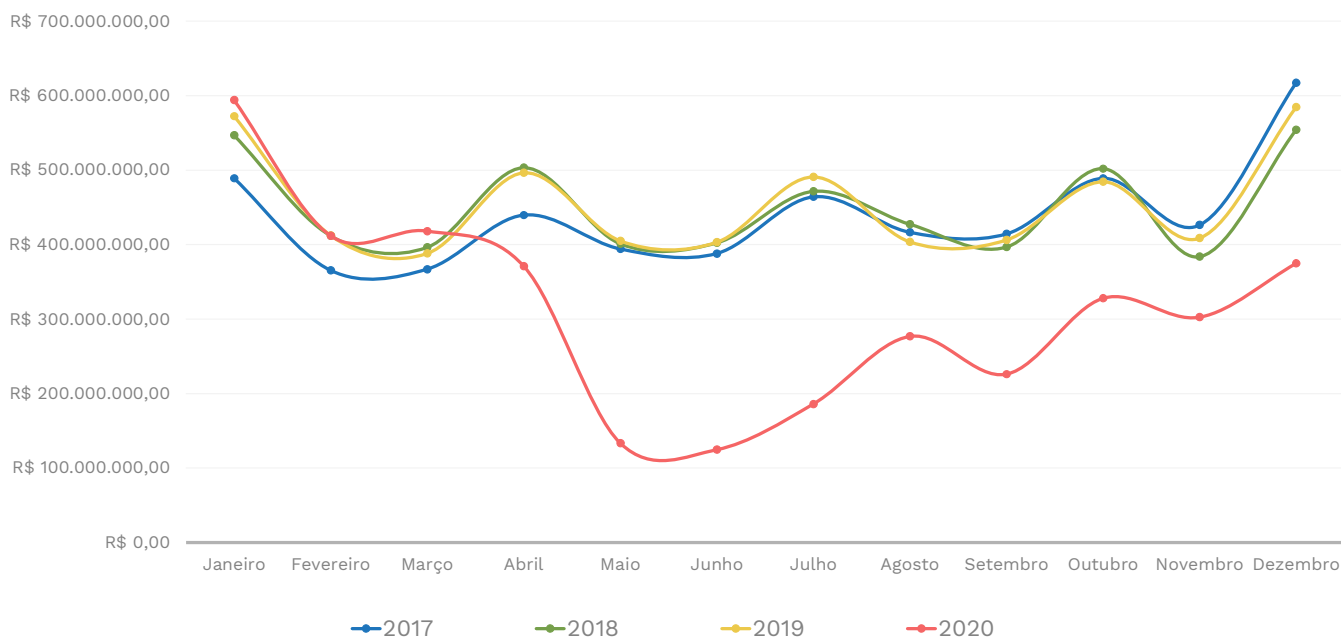


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Com relação à arrecadação federal, a ACT Alimentação confirma o desempenho negativo, conforme os dados disponibilizados pela Receita Federal. No acumulado do ano passado, verificou-se uma queda de R\$ 1,7 bilhão, correspondente a menos 31,3% em relação ao total arrecadado em 2019. Além disso, o volume da arrecadação na atividade de Alimentação, em 2020, permaneceu em

patamar inferior a iguais meses dos três anos anteriores, durante todo o período de abril a dezembro, como mostra o gráfico abaixo. Os dados de queda da arrecadação indicam que provavelmente o faturamento do setor ainda não alcançou os níveis anteriores ao advento da pandemia.

Arrecadação Federal para a ACT Alimentação, segundo os meses, por ano - 2017-2020



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

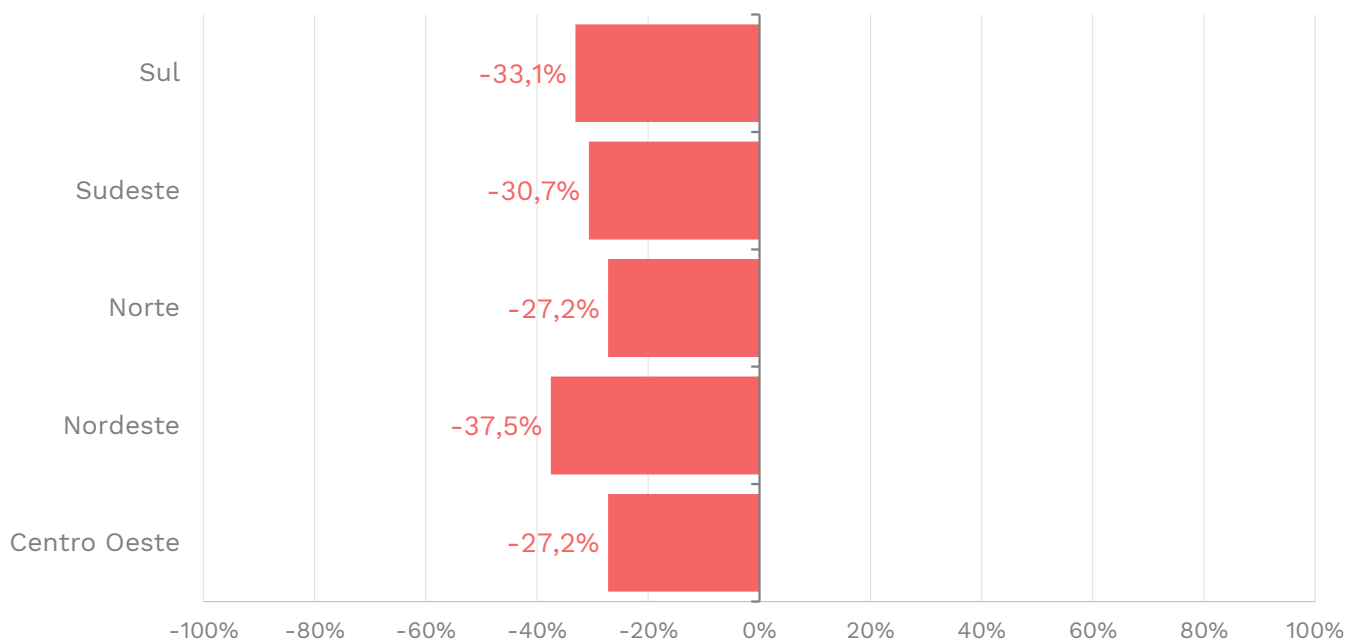


Tomaz Silva/Agência Brasil.

Em termos relativos, a região Nordeste apresentou a maior queda na arrecadação federal em relação a 2019 (37,5%), seguida das regiões Sul e Sudeste (33,1% e 30,7%, respectivamente). Em termos absolutos, a região Sudeste, que

respondeu por 75,8% da arrecadação em 2020, sofreu a maior queda no volume arrecadado, com um saldo negativo de R\$ 1,3 bilhão em relação ao ano anterior.

Varição na Arrecadação Federal de 2019 para 2020 na ACT Alimentação, por macrorregião



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.



Reserva Biológica - Linhares - Espírito Santo - Brasil, Vítor Jubini/Banco de Imagens MTur, Destinos

Transporte Terrestre

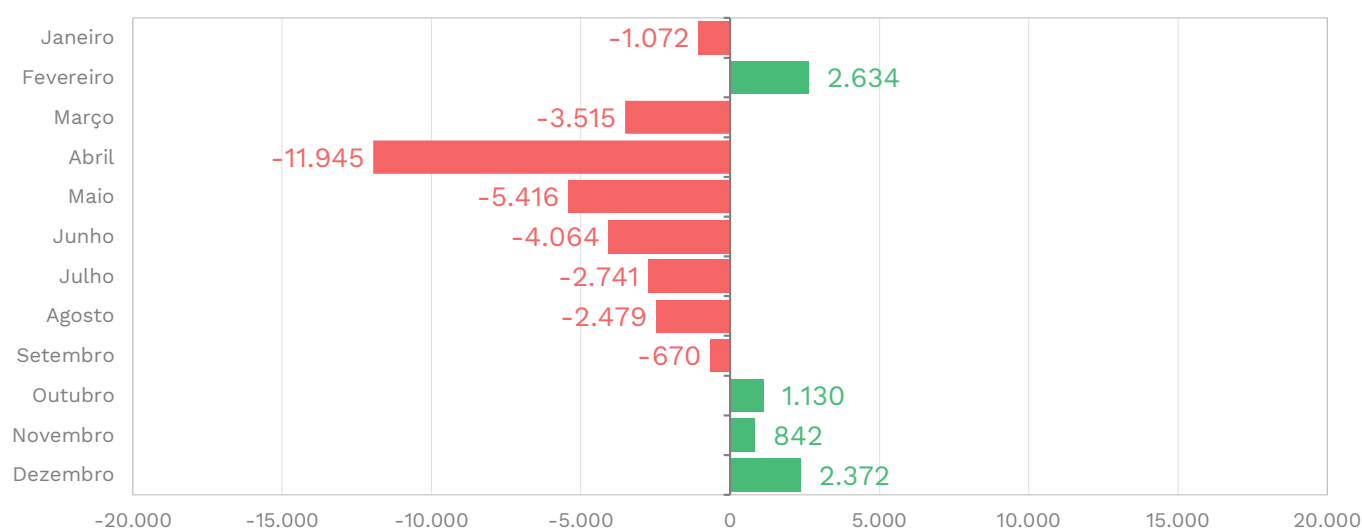
O transporte é um dos componentes mais importantes no turismo, tendo em vista que o turista precisa se deslocar do seu entorno habitual para o destino pretendido. A Atividade Característica do Turismo Transporte Terrestre é um setor bastante relevante porque uma parte considerável dos deslocamentos dos visitantes no Brasil se dão pelas rodovias, devido às diversas conexões existentes entre municípios do país. Além disso, há uma utilização expressiva dos serviços de transporte terrestre pelos turistas.

A ACT Transporte Terrestre, que engloba desde atividades como transporte rodoviário de táxi a transporte rodoviário coletivo de passageiros, sofreu

queda de 24.924 postos de trabalho no ano de 2020, de acordo com os dados do CAGED do Ministério da Economia. Dentre as oito ACTs, esta foi a terceira atividade que mais empregou em 2019 – com 9,2% dos postos de trabalho, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia.

Devido às restrições impostas pela crise sanitária em março de 2020, e a consequente queda na circulação de passageiros, o mês de abril foi o que apresentou o maior saldo negativo de contratações, totalizando 11.945 baixas. Uma modesta recuperação só ocorreu em dezembro do mesmo ano, com 2.372 novos postos de trabalho.

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Transporte Terrestre, por mês - 2020

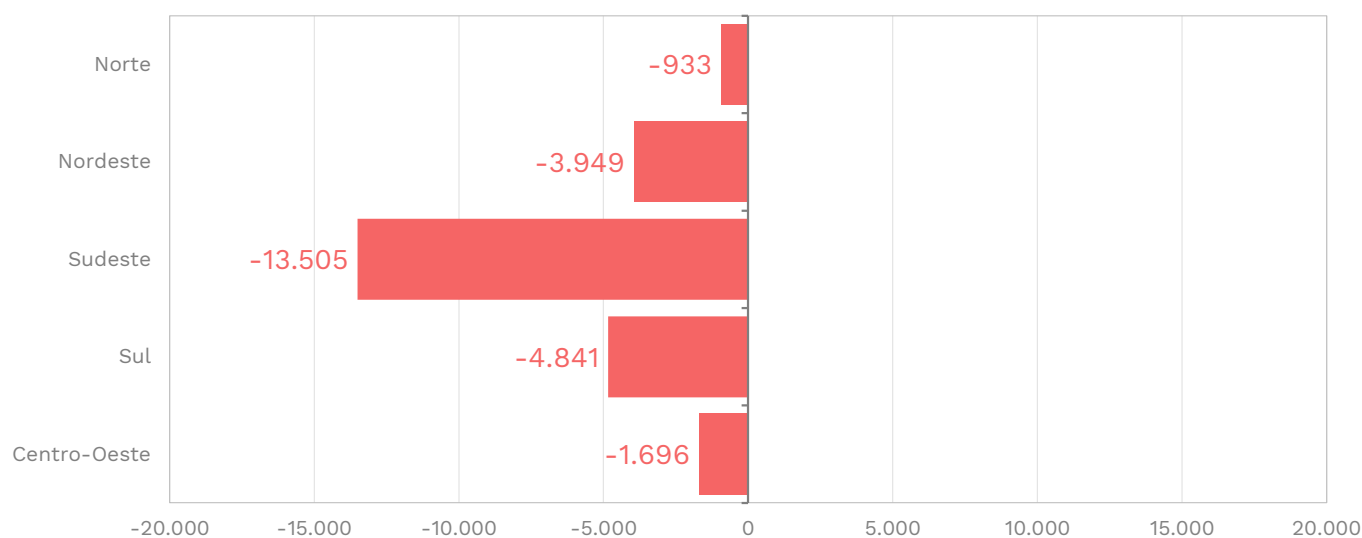


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

No âmbito das macrorregiões, a que apresentou a maior queda no número de empregos na ACT Transporte Terrestre, em 2020, foi a Sudeste,

com 13.505, seguida pela Sul, com 4.841, e a macrorregião Nordeste, com 3.949 baixas em postos de trabalho.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Transporte Terrestre, por macrorregião - 2020

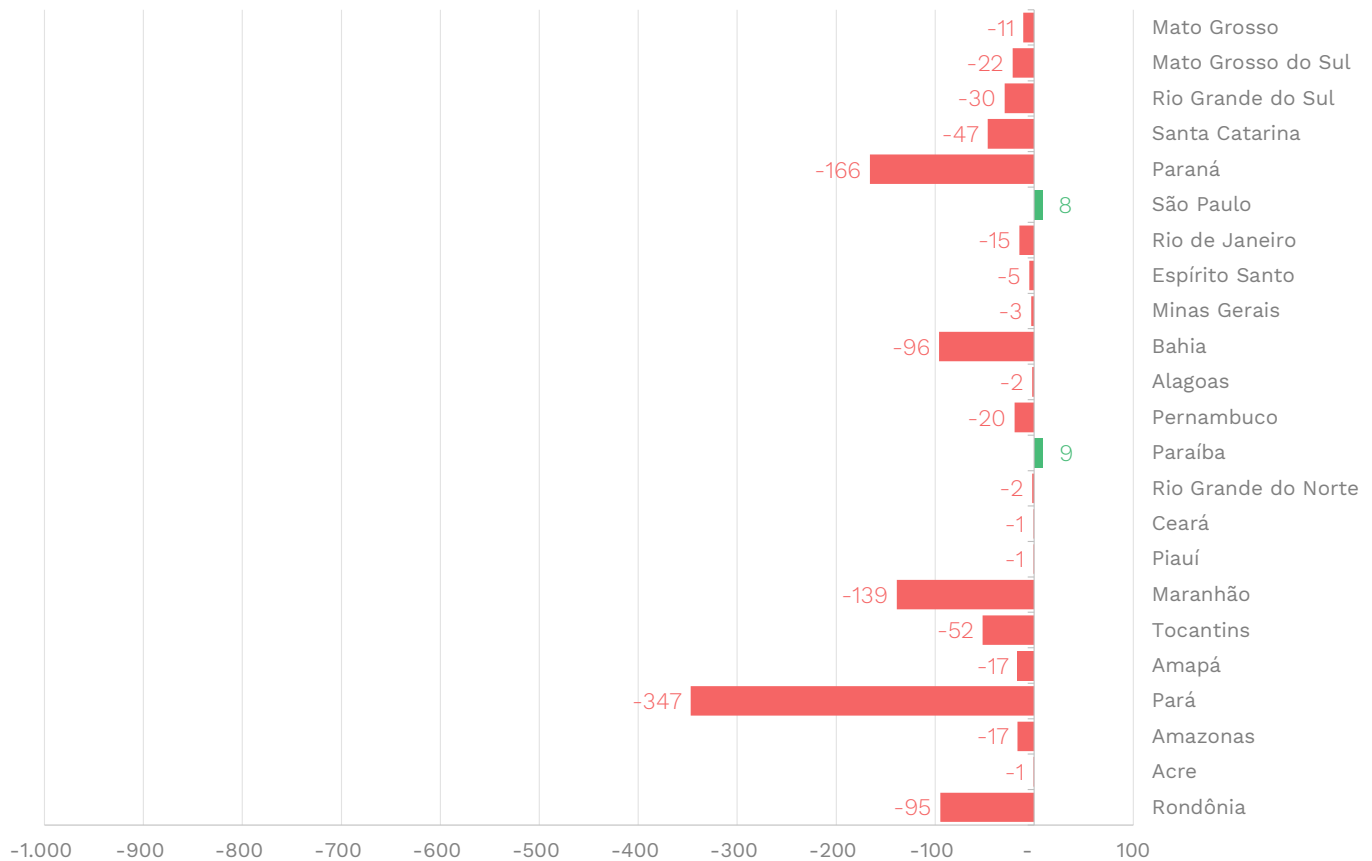


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Com o foco no saldo de contratações e demissões no recorte estadual, o estado que apresentou maior número de demissões foi São Paulo, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 6.401, 3.325 e 2.468 perdas de postos de trabalho, respectivamente. Todas as Unidades da

Federação apresentaram queda no número de empregos nos meses de abril e maio de 2020. Verifica-se o início de uma tímida recuperação a partir de outubro, contudo, 2020 encerrou-se com saldos de contratações inferiores aos das demissões registradas no período.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Transporte Terrestre por Unidade da Federação - 2020

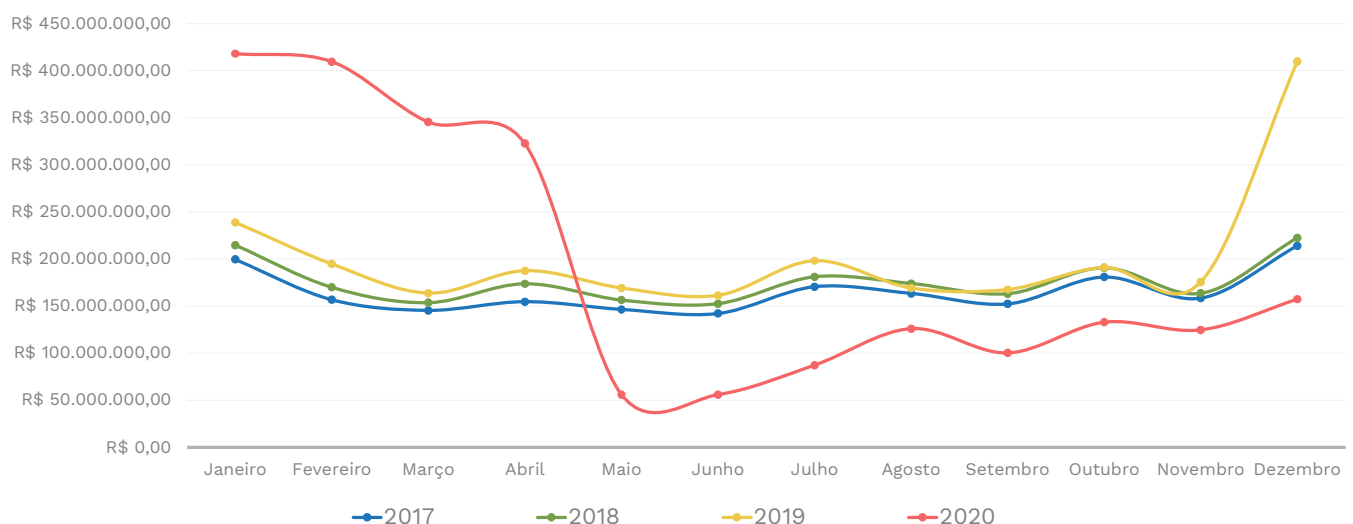


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Quanto à Arrecadação Federal, o mês em 2020 em que a ACT Transporte Terrestre apresentou a maior queda foi maio, com 66,9% a menos que o mesmo período em 2019, de acordo com os dados

disponibilizados pela Receita Federal. Mesmo que a ACT tenha apresentado recuperação por volta do mês de julho de 2020, os valores ainda estão aquém se comparados aos anos anteriores.

Arrecadação Federal para a ACT Transporte Terrestre, segundo os meses, por ano - 2017-2020



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

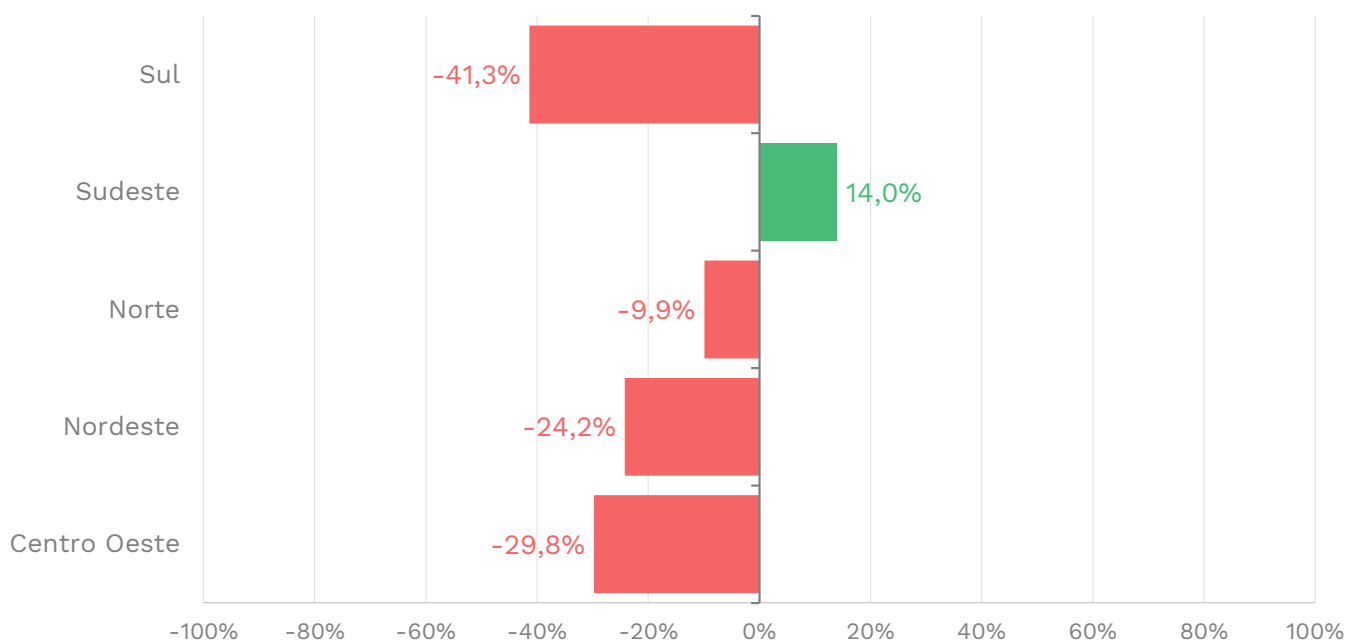


Ponte JK - Brasília - Distrito Federal - Brasil - Marcello Casal Jr/Agência Brasil.

A macrorregião Sul foi a que apresentou maior queda relativa na arrecadação federal, com cerca de 41,3% em comparação a 2019. Em seguida, as macrorregiões Centro-Oeste e Nordeste também apresentaram, respectivamente, quedas de 29,8%

e 24,2% no mesmo período. O Sudeste foi a única macrorregião a apresentar saldo positivo, com destaque para o primeiro quadrimestre do ano de 2020, o que permitiu o aumento na arrecadação em R\$ 209,5 milhões em impostos federais.

Varição na Arrecadação Federal de 2019 para 2020 na ACT Transporte Terrestre, por macrorregião



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Analisou-se, também, a quantidade de assentos ofertados e de passageiros que utilizam empresas de transporte coletivo com itinerário fixo interestadual e internacional e com recorte por regiões, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)²⁹. É importante destacar que para as análises a seguir não foram consideradas viagens do transporte regular semiurbano, tendo em vista que essas informações contemplam em sua maioria o deslocamento de residentes.

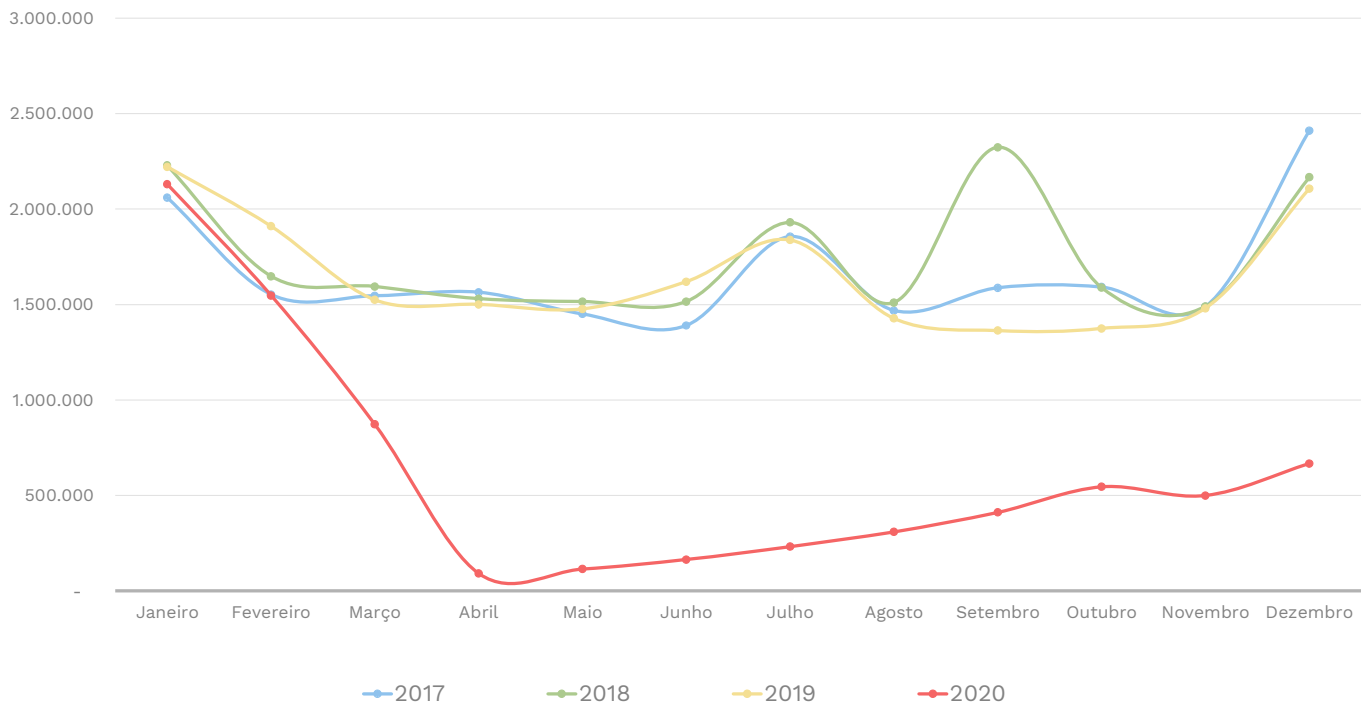
Além disso, serão apresentadas apenas as informações referentes às viagens de ida, pois as viagens de volta possuem resultados bastante semelhantes.

Segundo os dados da ANTT, nota-se o declínio incomum no fluxo de passageiros entre os meses de fevereiro e abril de 2020. De acordo com aquela Agência, fevereiro registrou movimentação em viagens de ida de 1,5 milhões de passageiros.

Após a declaração de pandemia, em março, o volume de viajantes caiu para cerca de 874 mil, enquanto em abril foi registrado o fluxo de 92 mil passageiros transportados. Nota-se uma tímida recuperação a partir de maio, contudo, o volume de passageiros em dezembro de 2020 é notoriamente inferior ao mesmo período em anos anteriores.

29. Dados abertos - Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Passageiros de ida, nas viagens rodoviárias interestaduais do Brasil, segundo os meses, por ano - 2017-2020

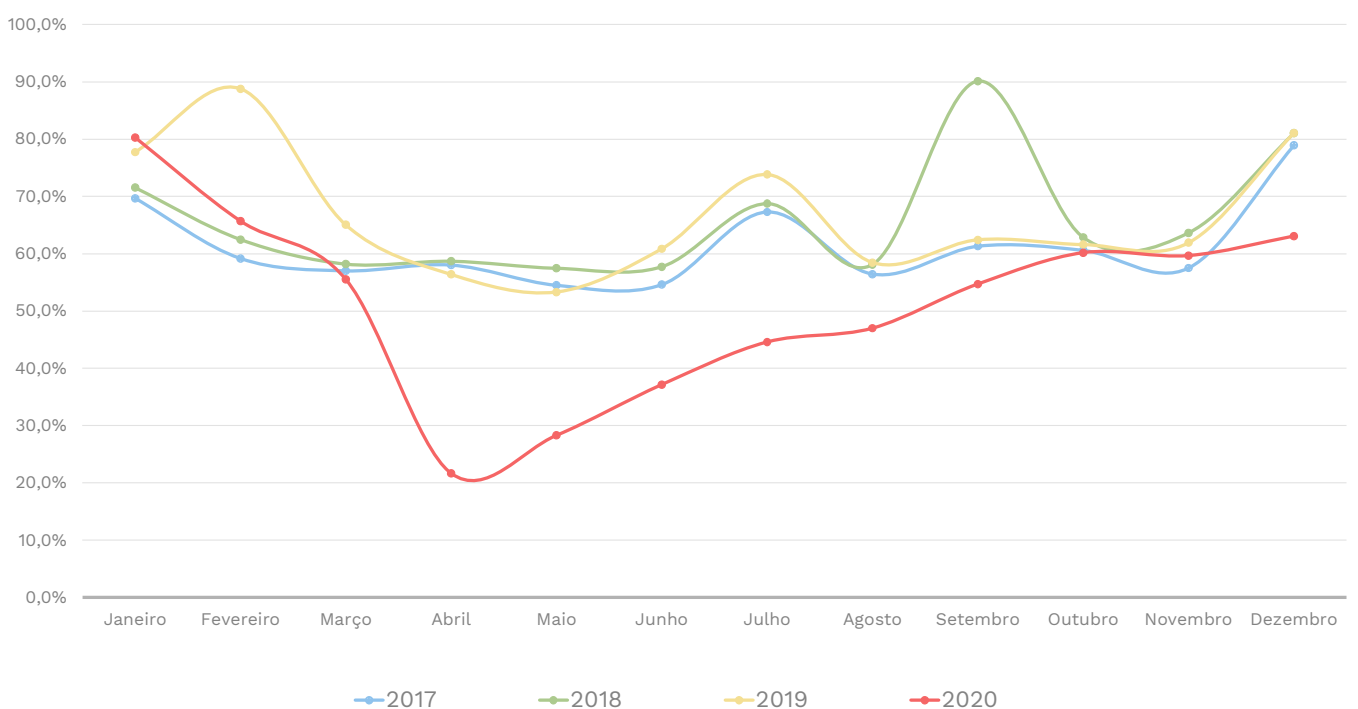


Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Percebe-se ainda que a razão entre a quantidade de passageiros e assentos ofertados nas viagens de transporte rodoviário regular interestadual apresentou um acentuado declínio em abril de 2020, chegando a 0,22. Essa informação tem relação direta

com a taxa de ocupação dos veículos de transporte terrestre, ou seja, a taxa de ocupação chegou a níveis de 22%. Essa razão atingiu o equilíbrio por volta do mês de outubro, quando chegou a níveis de anos anteriores.

Razão entre passageiros e assentos ofertados nas viagens rodoviárias interestaduais do Brasil, segundo os meses, por ano - 2017-2020

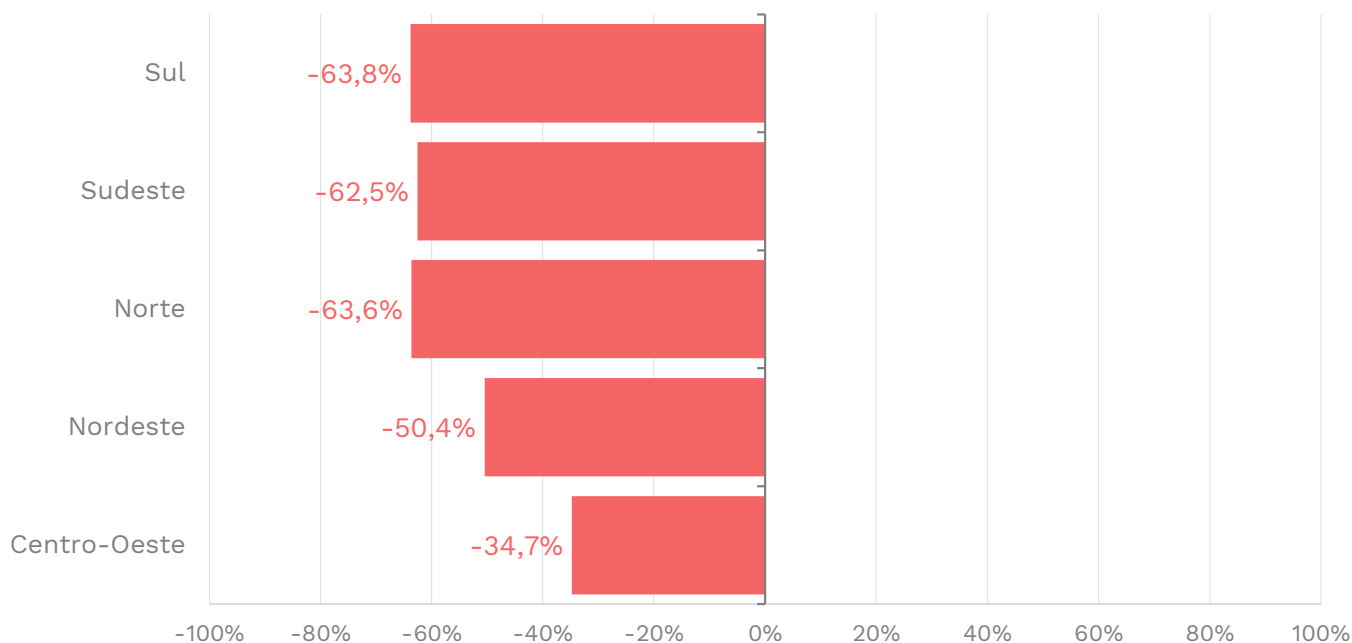


Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Na sequência, são apresentados dados da variação na quantidade de passageiros em viagens interestaduais de ida entre os anos de 2019 e 2020 por macrorregião. Observa-se que a macrorregião Sul foi a que apresentou a maior variação negativa,

de 2,8 milhões de passageiros em 2019, para 1,0 milhão em 2020. Já o Centro-Oeste foi o que apresentou a menor oscilação, 34,7%, ou seja, de aproximadamente 395 mil viajantes em 2019 para 258 mil em 2020.

Variação na quantidade de passageiros nas viagens rodoviárias interestaduais de ida no Brasil, por macrorregião - 2020/2019

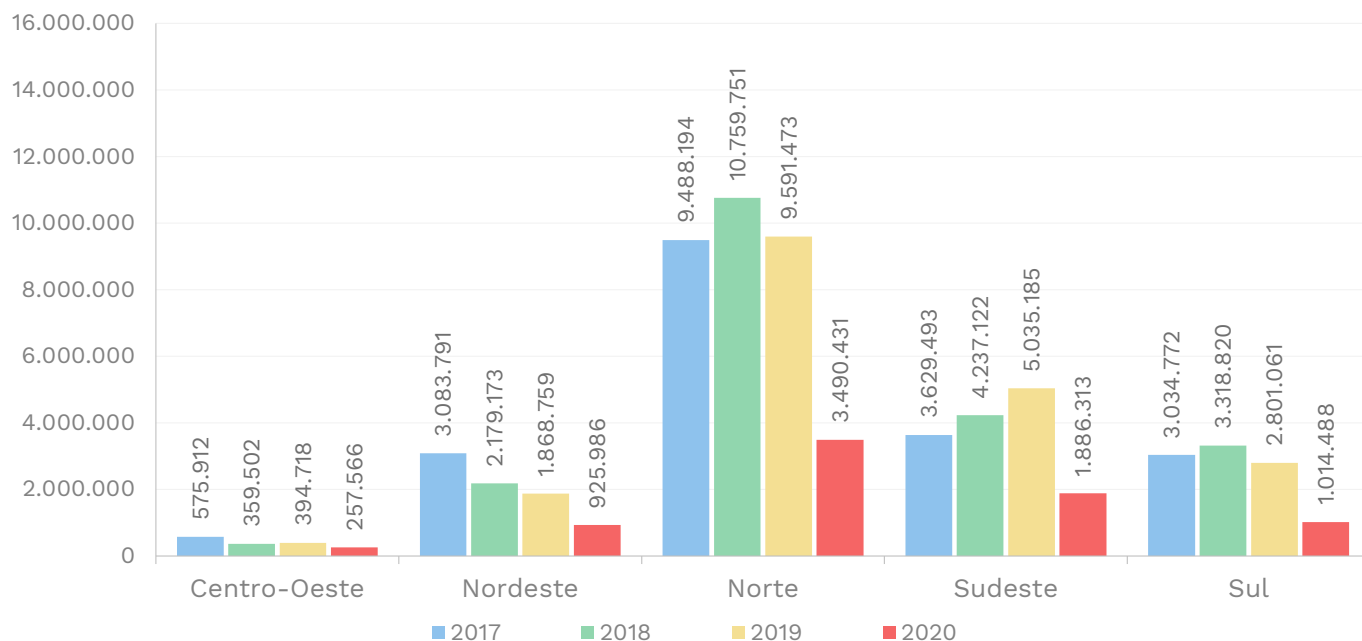


Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Na análise por macrorregião e ano, percebe-se os efeitos da pandemia sobre a ACT Transportes Terrestres na comparação entre os anos 2017 e 2020. No caso da Região Norte, nota-se uma

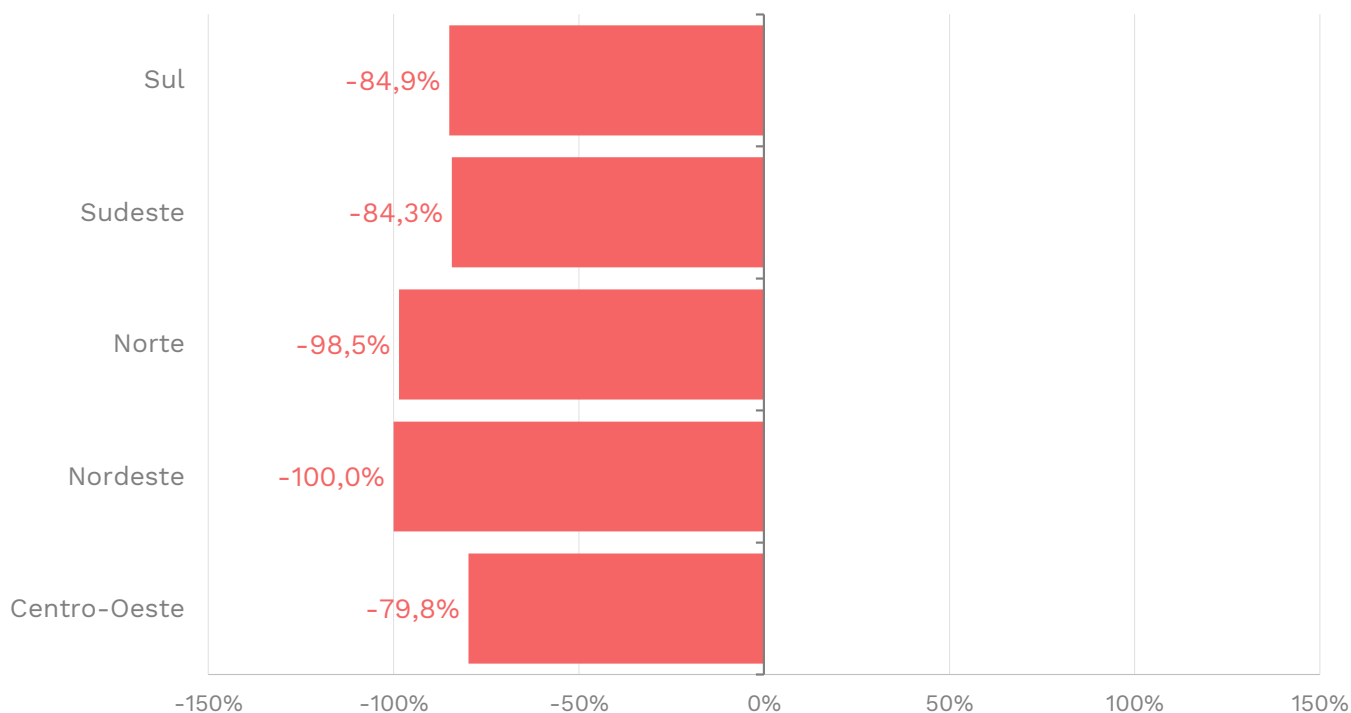
discreta variação entre 2017 e 2019, seguida de uma brusca queda no número de viajantes em 2020.

Passageiros nas viagens rodoviárias interestaduais de ida no Brasil, por região e ano - 2017-2020



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Varição na quantidade de passageiros nas viagens rodoviárias internacionais de ida no Brasil, por macrorregião - 2020/2019

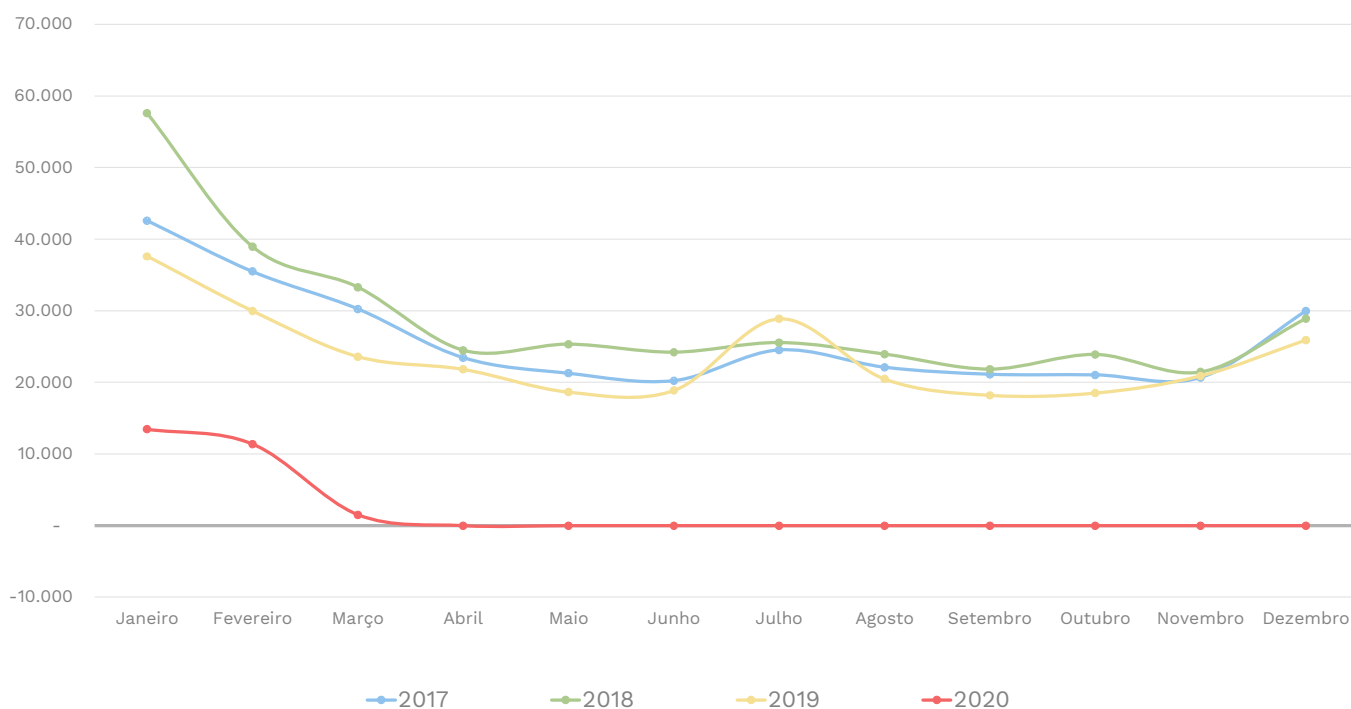


Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A pandemia de coronavírus também exerceu um forte impacto no fluxo de passageiros internacionais, com medidas de restrição temporária de entrada e saída do Brasil por via terrestre. As Regiões Norte e

Sul, devido ao tradicional fluxo de transporte rodoviário internacional de passageiros, tiveram variação negativa de 98,5% e 84,9%, respectivamente, de 2019 para 2020.

Assentos ofertados em viagens rodoviárias internacionais de ida, por mês e ano - 2017-2020



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

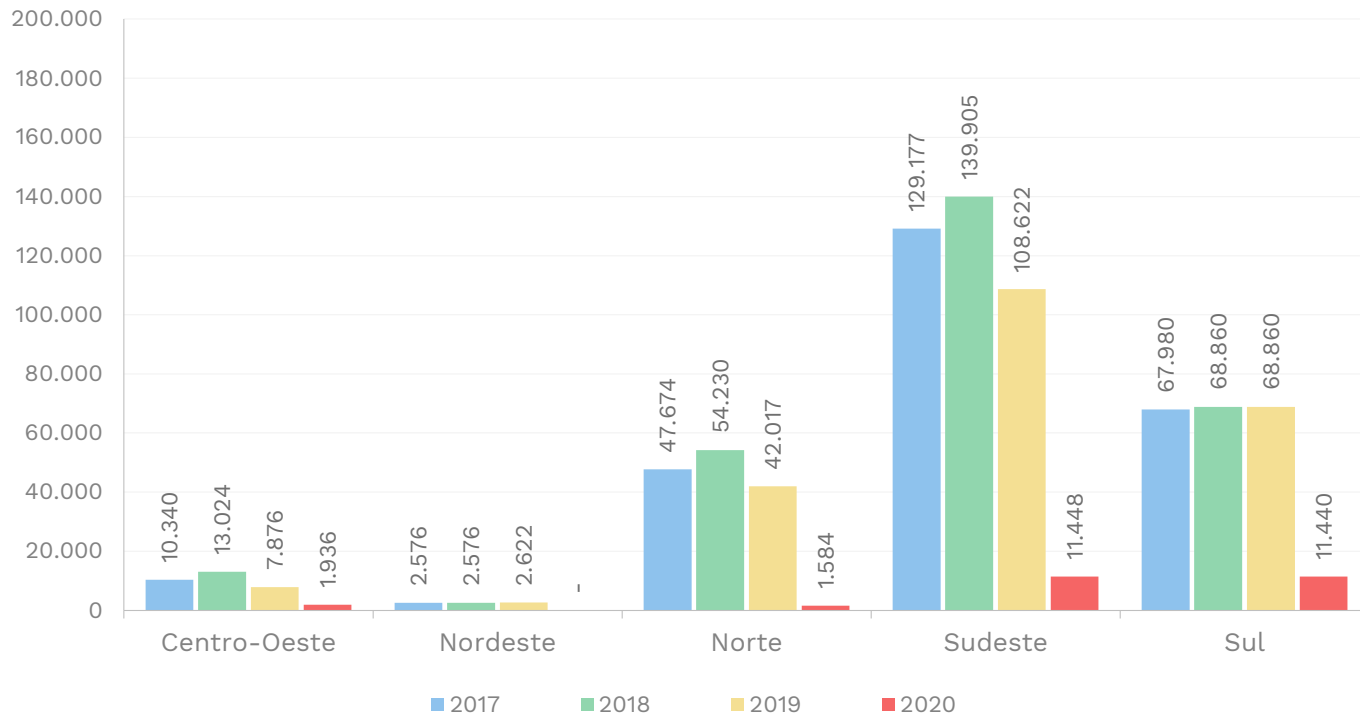
Na análise de viagens internacionais por região e ano, o Sudeste foi a única região que não apresentou aumento no fluxo de passageiros no intervalo entre 2017 e 2020.

As maiores oscilações foram observadas entre os períodos de 2017-2018, quando houve queda

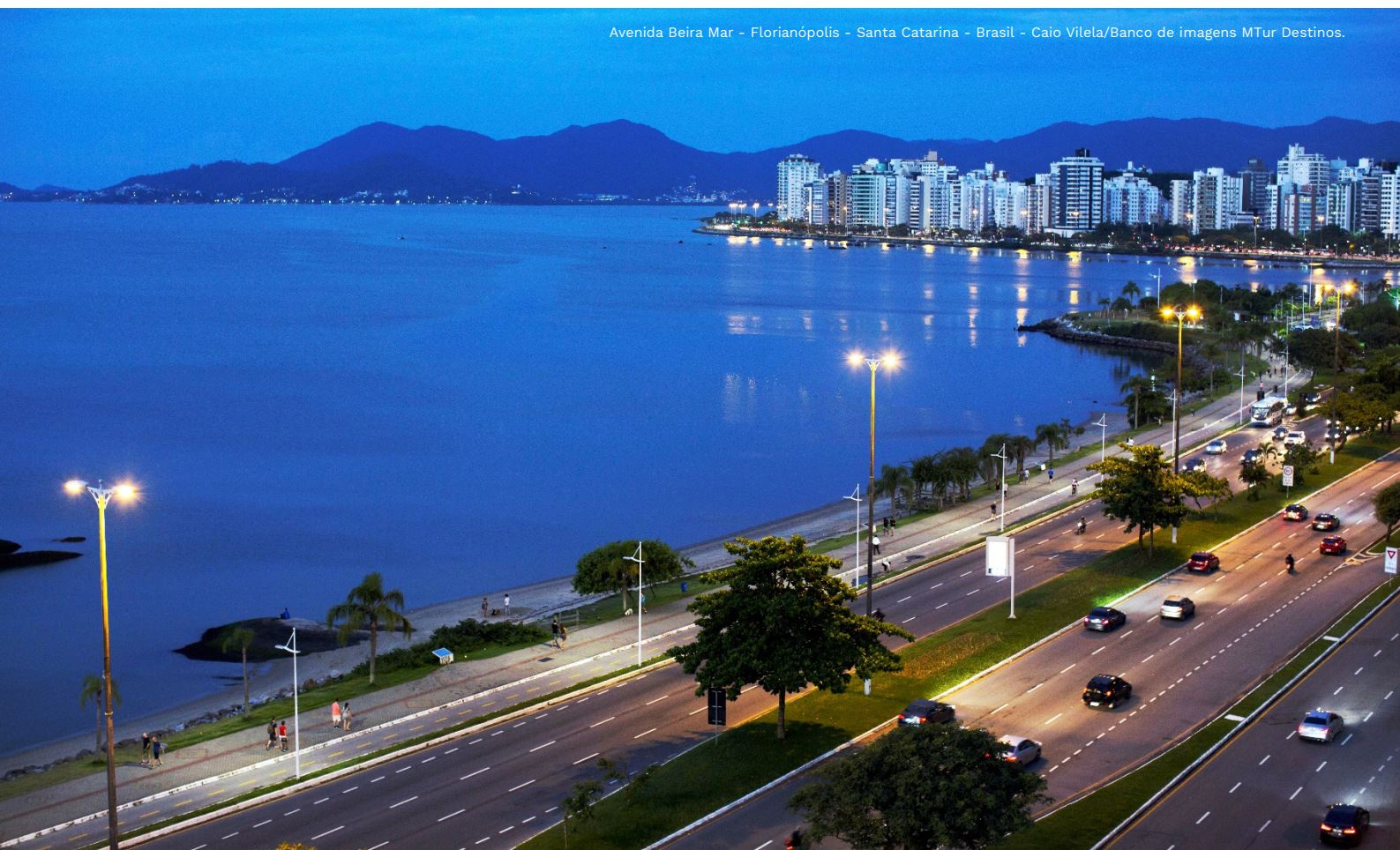
de 23,6%, e de 2019-2020, período em que o número de viajantes passou de 30.406 para 4.782.

Além disso, é importante destacar que a oferta de assentos no transporte rodoviário internacional foi cessada a partir de abril, conforme demonstram os dados da ANTT.

Assentos ofertados em viagens rodoviárias internacionais de ida, por região e ano - 2017-2020



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



Avenida Beira Mar - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil - Caio Vilela/Banco de imagens MTur Destinos.

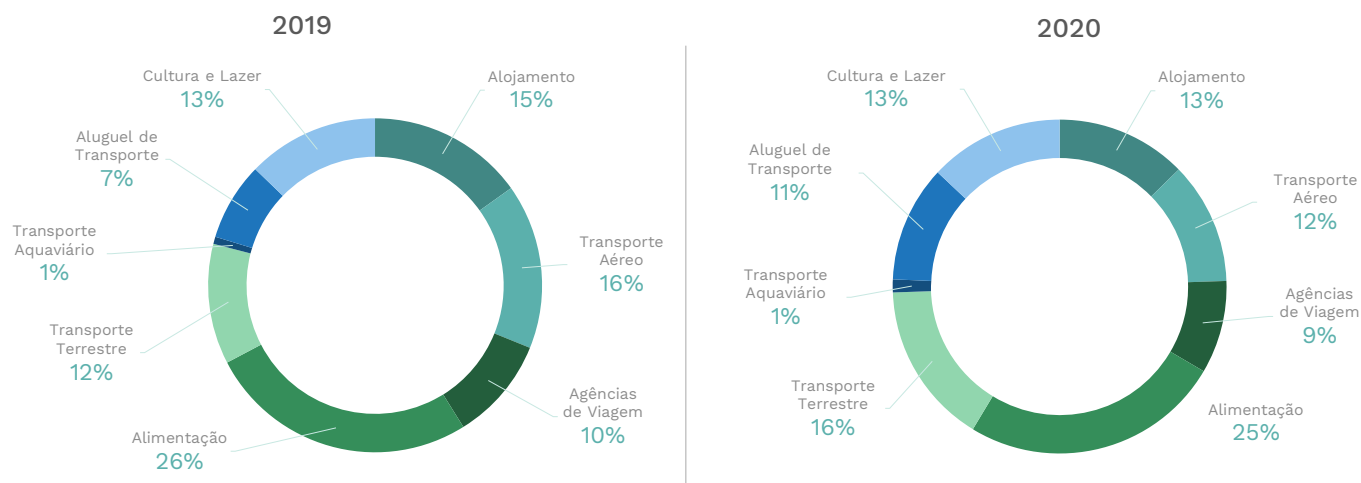


Transporte Aquaviário

A Atividade Característica do Turismo Transporte Aquaviário ainda é pouco explorada pelo turismo brasileiro. No entanto, o monitoramento desse setor é importante e o seu desenvolvimento pode contribuir de maneira significativa para a economia do turismo no Brasil, principalmente para algumas localidades no país que possuem as condições naturais favoráveis.

Segundo os dados disponibilizados pela Receita Federal, a ACT Transporte Aquaviário representa apenas 1% do total arrecadado em tributos federais do Setor do Turismo, e essa realidade não sofreu alteração entre 2019 e 2020.

Turismo por Atividade Característica do Turismo

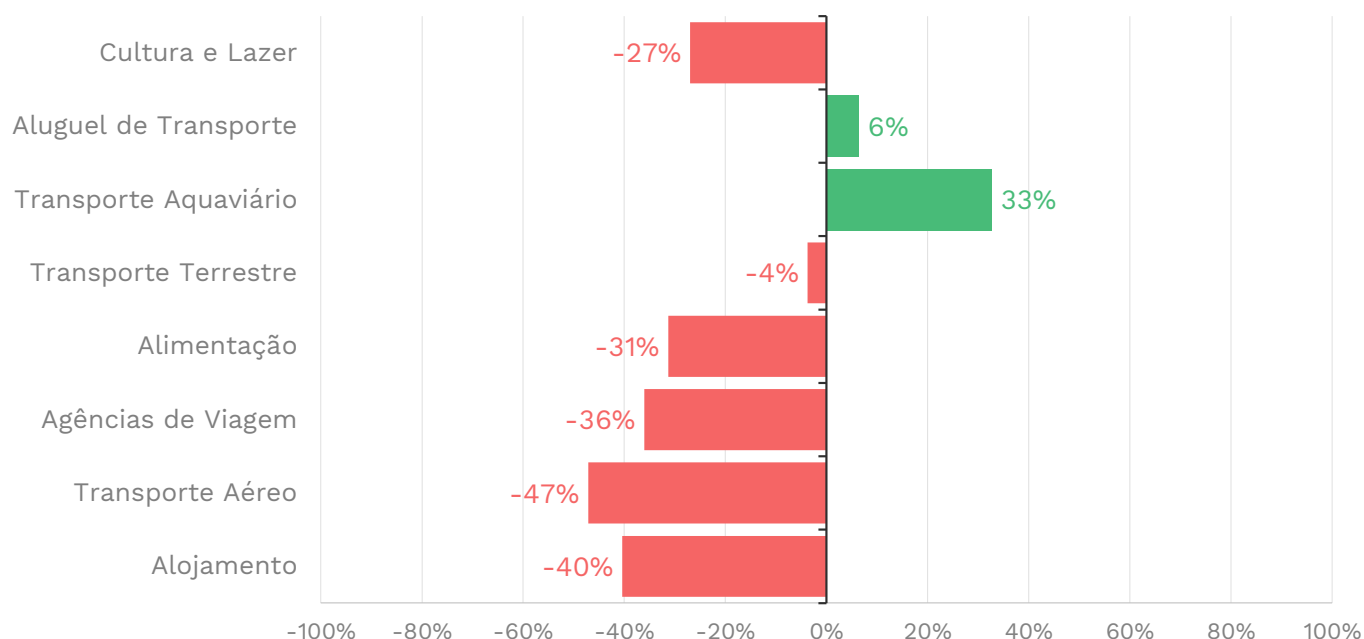


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

A ACT do Transporte Aquaviário foi a que apresentou, no período de 2019 a 2020, a maior variação percentual na Arrecadação Federal por ACT, com 32,7% a mais, sendo que apenas a ACT Aluguel de Transporte a acompanha no resultado positivo (embora bem menos expressivo percentualmente), enquanto todas as demais ACT apresentaram variação percentual negativa da Arrecadação Federal no período.

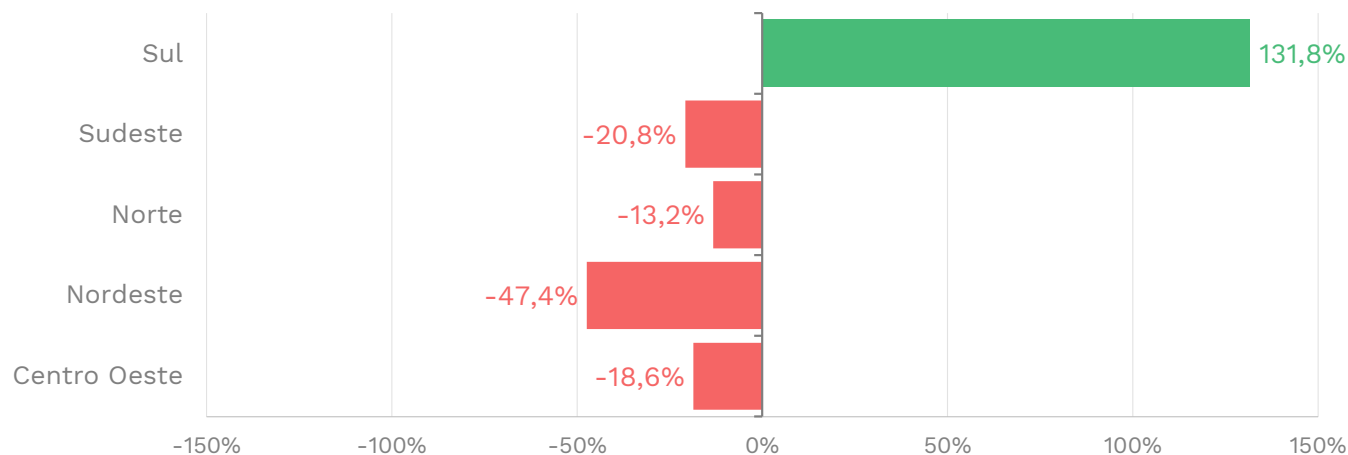
Entretanto, é importante observar que a variação positiva na Arrecadação Federal da ACT Transporte Aquaviário, entre 2019 e 2020, se deu de forma extremamente desigual entre as macrorregiões, pois os resultados positivos concentraram-se no Sul, com 131,8%, tendo sido negativos em todas as demais macrorregiões, e mais fortemente no Nordeste, onde houve um recuo de -47,4%.

Variação Percentual da Arrecadação Federal, por ACT - 2020/2019



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Variação na Arrecadação Federal de 2019 para 2020 na ACT Transporte Aquaviário, por macrorregião

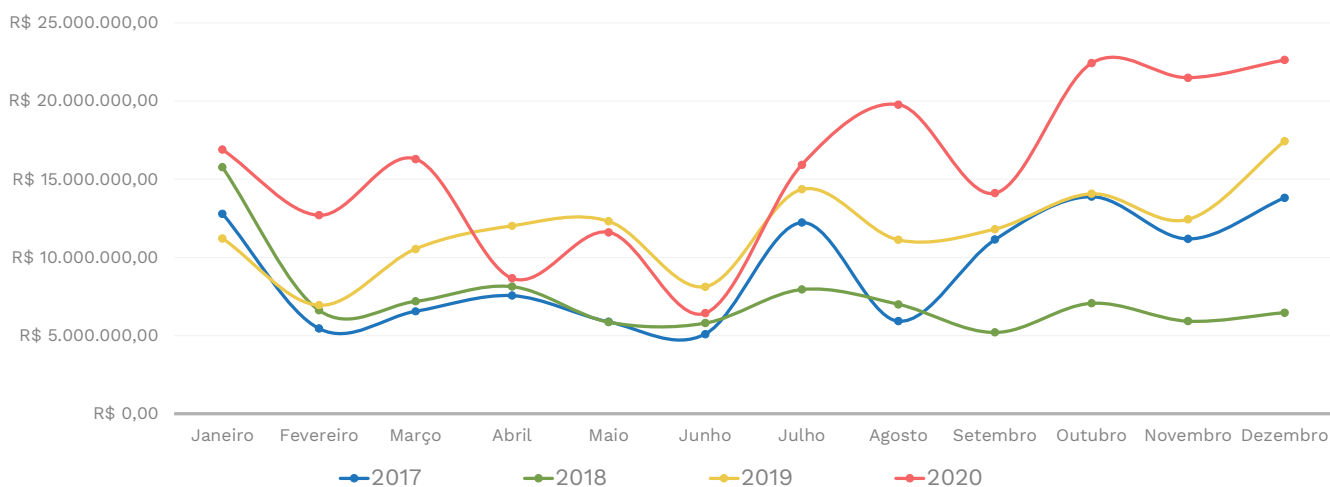


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Na variação mensal, a Arrecadação Federal para a ACT Transporte Aquaviário apresentou nítida diferença entre os dois semestres do ano, com recuo no primeiro semestre – que vai de R\$ 16,7 milhões em janeiro para R\$ 6,4 milhões em junho – e recuperação no segundo semestre, embora com uma queda em setembro, e fechando o ano com R\$ 22,6 milhões de arrecadação federal no mês de dezembro.

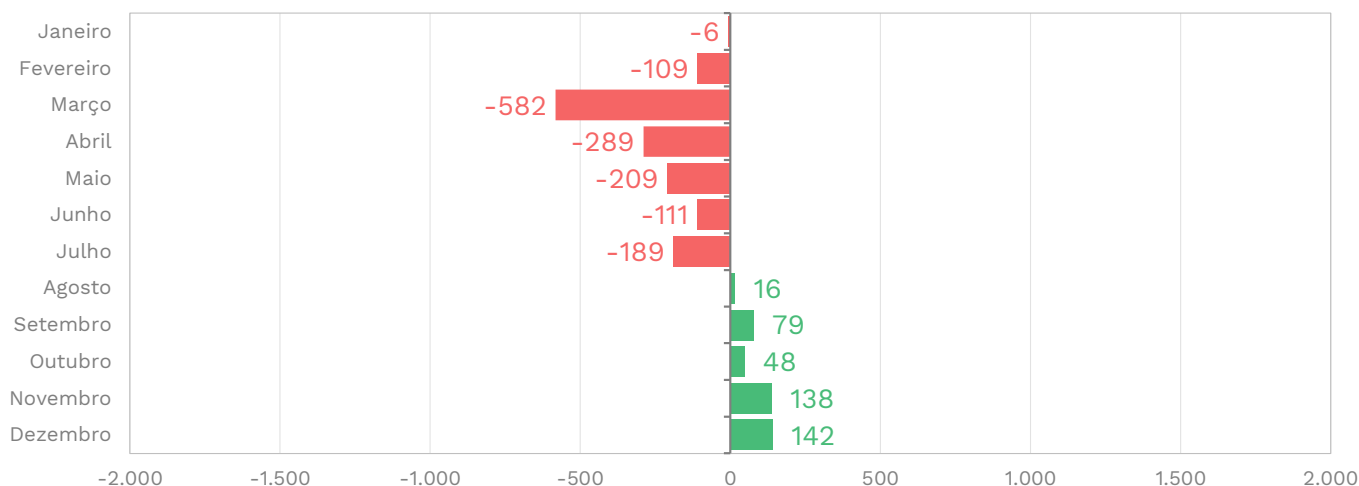
Em 2020, o saldo das Contratações e Demissões na ACT Transporte Aquaviário foi negativo (1.072 demissões). Ao longo do ano, observou-se um ritmo acelerado na queda de postos de trabalho entre os meses de janeiro e março, e somente a partir do mês de agosto o setor passou a ter mais contratações do que demissões, com um saldo de 142 contratações em dezembro.

Arrecadação Federal para a ACT Transporte Aquaviário, segundo os meses, por ano - 2017-2020



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Transporte Aquaviário, por mês - 2020

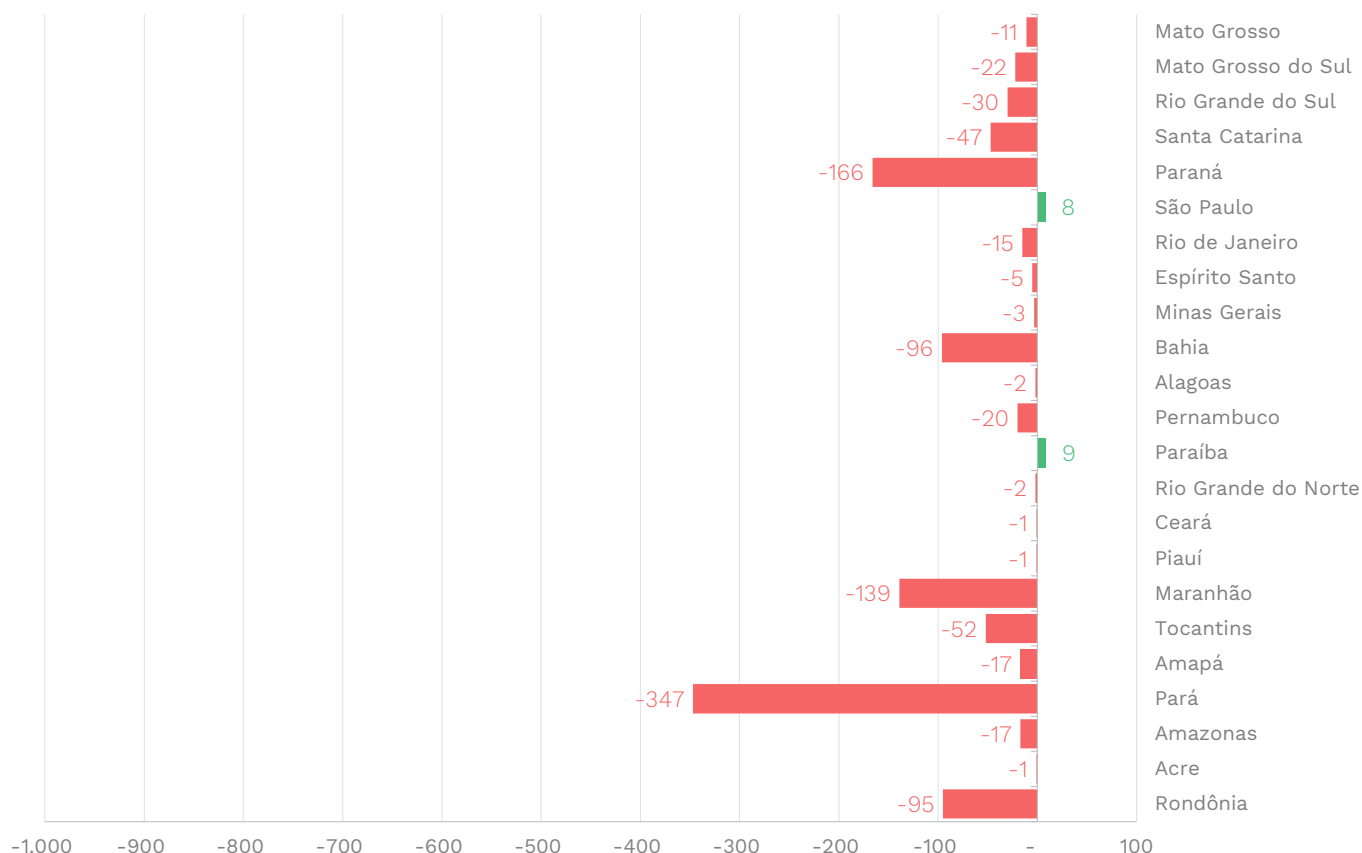


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Esse resultado negativo do saldo das Contratações e Demissões na ACT Transporte Aquaviário reflete-se em todas as Unidades da

Federação, com exceção de São Paulo e Paraíba, que ficaram com saldo ligeiramente positivo (8 e 9 contratações, respectivamente).

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Transporte Terrestre, por Unidade da Federação - 2020

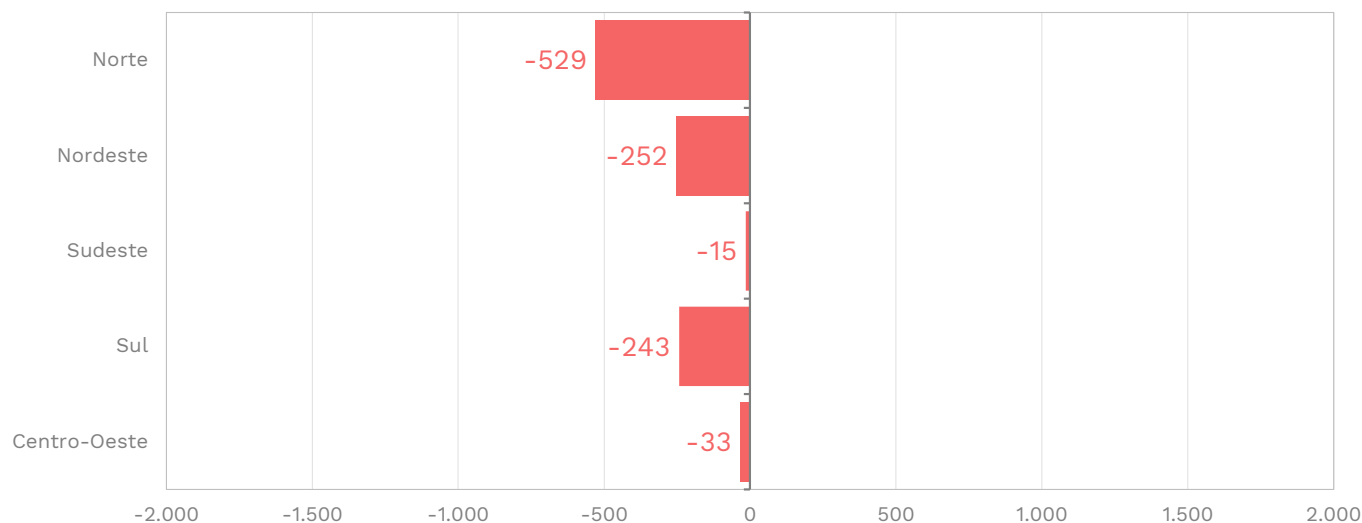


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Entretanto, os resultados negativos do Saldo de Contratações e Demissões na ACT Transporte Aquaviário não foram distribuídos igualmente pelas Macrorregiões, tendo em vista que, conforme gráfico abaixo, a região Norte registrou um número maior de

demissões (529), seguida das regiões Nordeste (com 252 demissões) e Sul (243). Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste os resultados também foram negativos, mas com apenas 15 e 33 demissões, respectivamente.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Transporte Aquaviário, por macrorregião - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).



Embarque Doméstico
Domestic Departure

Embarque Internacional
International Departure

Praca de alimentação - Food court

Sanitários - Restrooms

Atendimento ao cliente - Customer Service

GOL
atendimento
PREFERENCIAL POR LEI
+ de 60 anos tem prioridade especial
+ de 60 anos com deficiência tem prioridade absoluta
+ de 60 anos com deficiência e com renda familiar mensal de até R\$ 1.480,00 tem prioridade absoluta

PREMIUM
Premium Customer Service

EXP

GOL

GOL

Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek - Brasília - Distrito Federal - Brasil - Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Transporte Aéreo

A Atividade Característica do Turismo Transporte Aéreo é um setor fundamental para o turismo, tendo em vista que a maior parte da sua clientela no Brasil são turistas, e que esse modal permite o deslocamento mais rápido para grandes distâncias, além do fato de que, com a utilização dos serviços prestados pelas empresas dessa ACT, as despesas de deslocamento nas viagens costumam ser um componente relevante.

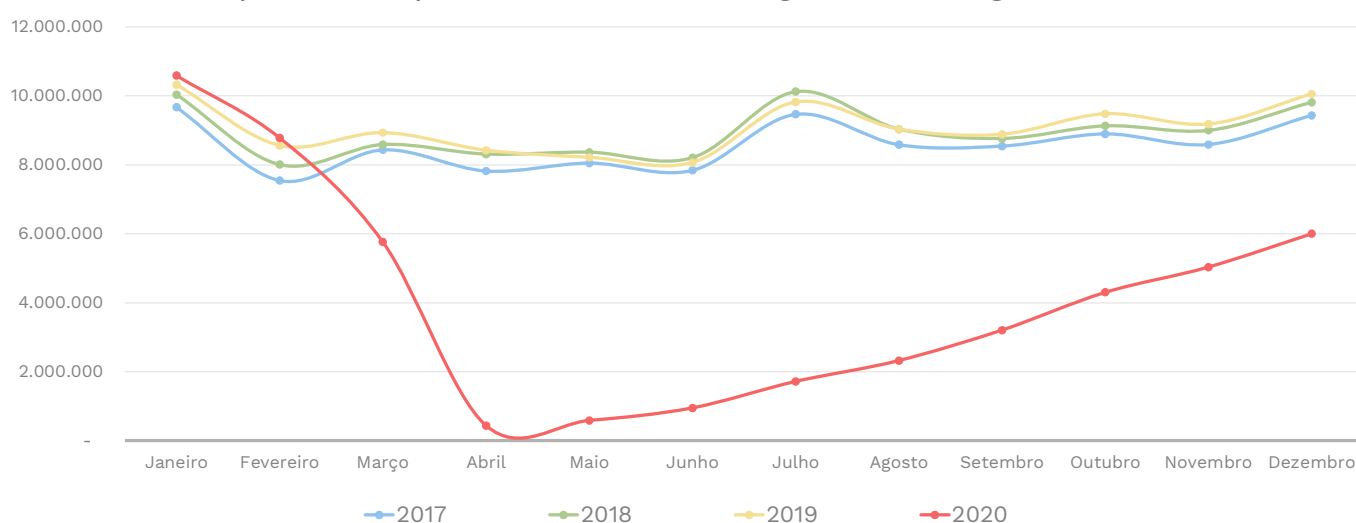
Antes do início da pandemia, a prestação de serviço de transporte aéreo no Brasil era o mais utilizado, chegando a mais de 90 milhões de desembarques domésticos nos aeroportos brasileiros. Diante disso, fica evidente que a

retomada do setor é fundamental para o turismo no país.

Essa retomada do setor pode ser observada a partir do mês de junho de 2020, depois de três meses de baixa sensível nos números de desembarques em voos regulares e não regulares no Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)³⁰. Verifica-se que houve aumento constante do número de desembarques em aeroportos brasileiros após o primeiro período da crise provocada pela pandemia de COVID-19, que ocorreu entre fevereiro e abril de 2020.

30. Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Desembarques nos aeroportos do Brasil em voos regulares e não regulares - 2017-2020



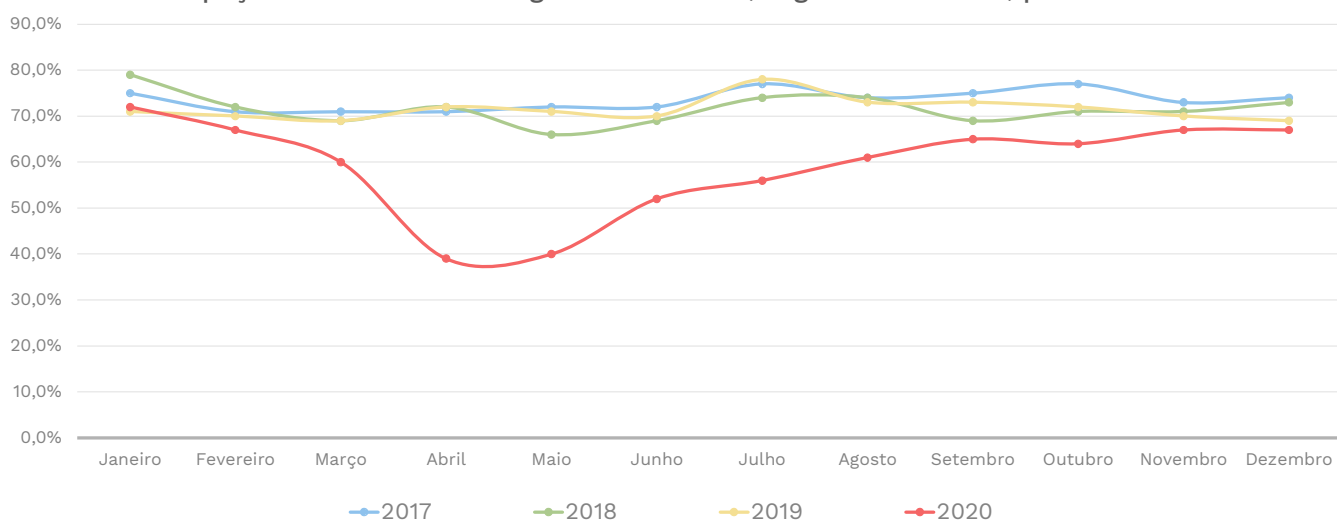
Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Dentro desse quadro de retomada, os dados de pousos de aeronaves no Brasil e do número de assentos ofertados nos voos seguiram a mesma trajetória de recuperação, que foi de crescimento constante a partir dos meses de maio e junho de 2020. Porém, em todos esses domínios e em razão da pandemia, os valores referência dos anos anteriores não foram atingidos, permanecendo bem abaixo das médias registradas.

A taxa de ocupação média dos voos regulares teve aumento bastante significativo a partir de maio de 2020, com crescimento contínuo em todo o resto do ano, o que mostra a retomada do equilíbrio entre a oferta e a demanda de assentos nas aeronaves.

Vale sinalizar que a taxa de ocupação no último período do ano esteve bastante próxima dos valores médios dos anos anteriores.

Taxa de ocupação média dos voos regulares no Brasil, segundo os meses, por ano - 2017-2020

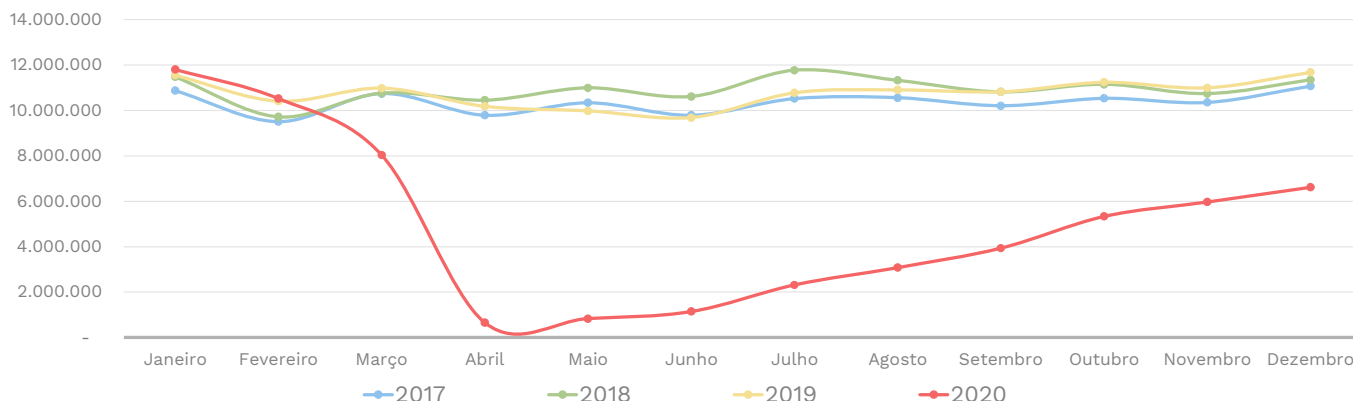


Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Em contraposição, não se pode avaliar esse dado sem levar em consideração o número ainda baixo de assentos ofertados, sendo que o ano de 2020 apresentou uma redução de 51,2% na oferta de assentos com relação ao ano de 2019.

Enquanto 2019 terminou com o número de 11,7 milhões no mês de dezembro, o ano de 2020 registrou o número de 6,6 milhões de assentos disponíveis no mesmo período.

Assentos ofertados em voos regulares no Brasil, segundo os meses, por ano - 2017-2020



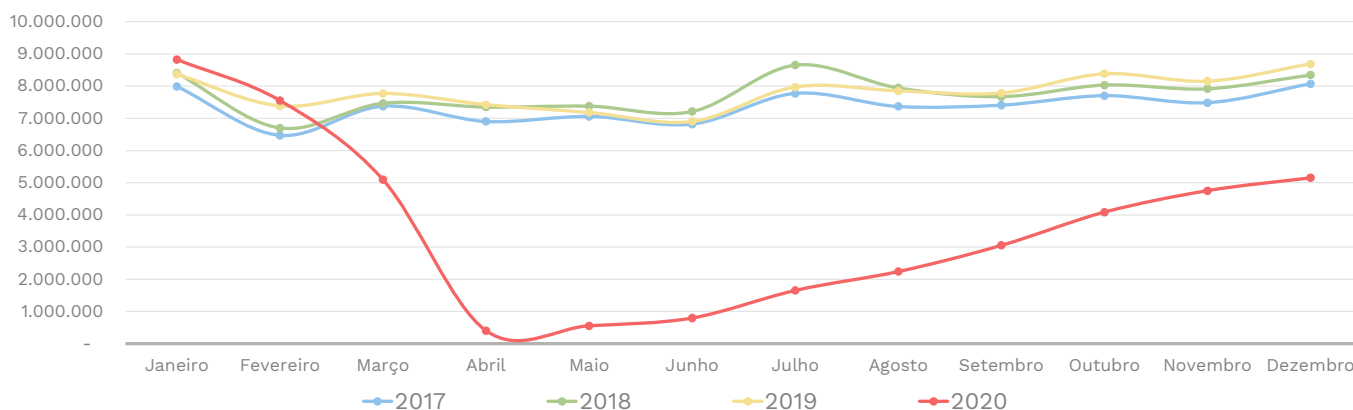
Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Com relação aos voos domésticos e internacionais, verificou-se fenômenos diferentes no decorrer do ano de 2020, tanto para número de passageiros, quanto para pousos, decolagens e número de assentos. Enquanto os voos domésticos tiveram uma recuperação a partir de junho, os voos internacionais, tanto de saída quanto de chegada ao

Brasil, mantiveram-se em um patamar muito baixo, em consequência da manutenção do fechamento das fronteiras entre os países.

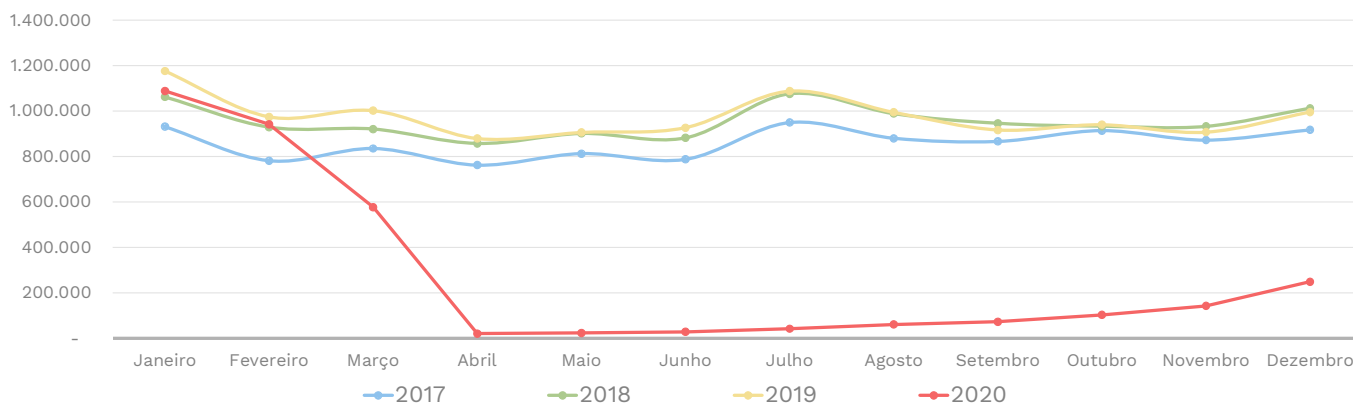
Observa-se que o melhor cenário para os voos internacionais apenas ocorreu no mês de dezembro de 2020, enquanto os voos domésticos tiveram um sinal de retomada em junho do mesmo ano.

Desembarque em aeroportos no Brasil para voos domésticos regulares, segundo os meses, por ano - 2017-2020



Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Desembarque em aeroportos no Brasil para voos domésticos regulares, segundo os meses, por ano - 2017-2020

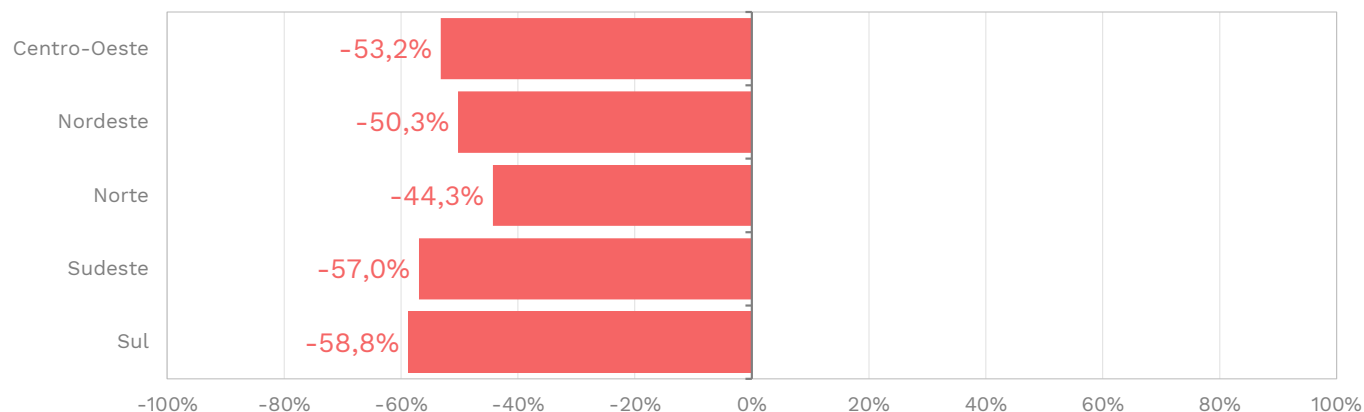


Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Entre o primeiro estudo de impacto do COVID nos setores de turismo e cultura realizado pelo Ministério do Turismo e este, houve mudança na região que sofreu a maior queda no setor da aviação, com relação ao ano de 2019. Enquanto no primeiro

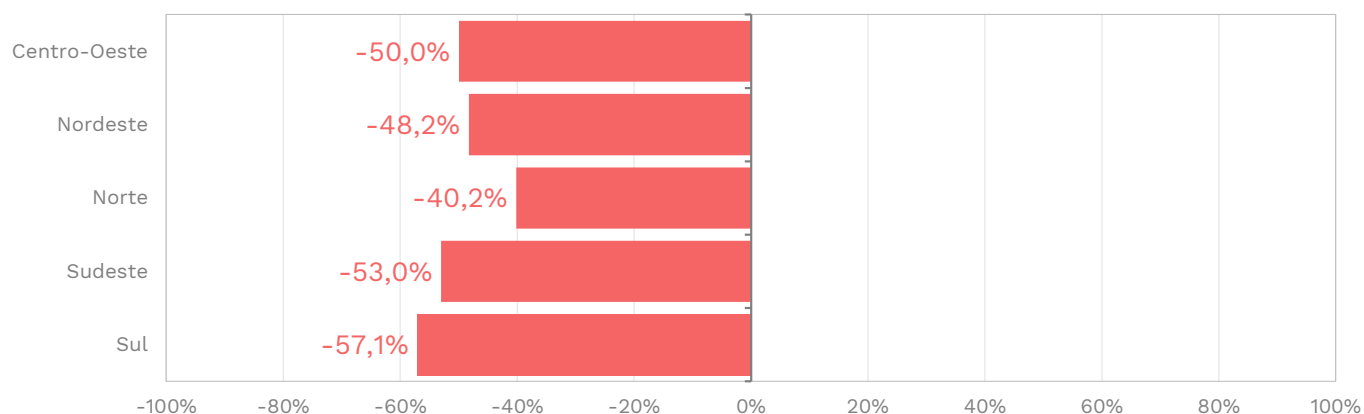
estudo a região Centro-Oeste foi a mais impactada pela pandemia, agora a região Sul representa aquela com maior variação do número de passageiros (-58,8%), decolagens (-57,1%) e assentos (-57,9%).

Varição nos desembarques em aeroportos no Brasil para voos regulares, doméstico e internacional - janeiro a dezembro - 2020/2019



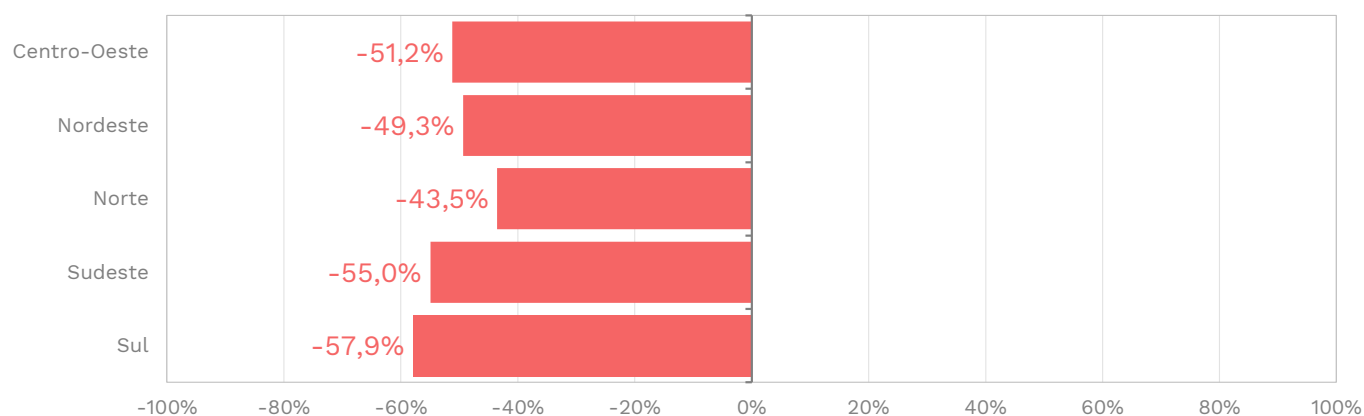
Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Varição na quantidade de pousos em aeroportos no Brasil para voos regulares - 2020/2019



Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Varição na quantidade de pousos em aeroportos no Brasil para voos regulares - 2020/2019



Fonte: Dados e Estatísticas - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).



Fernando Frazão/Agência Brasil.

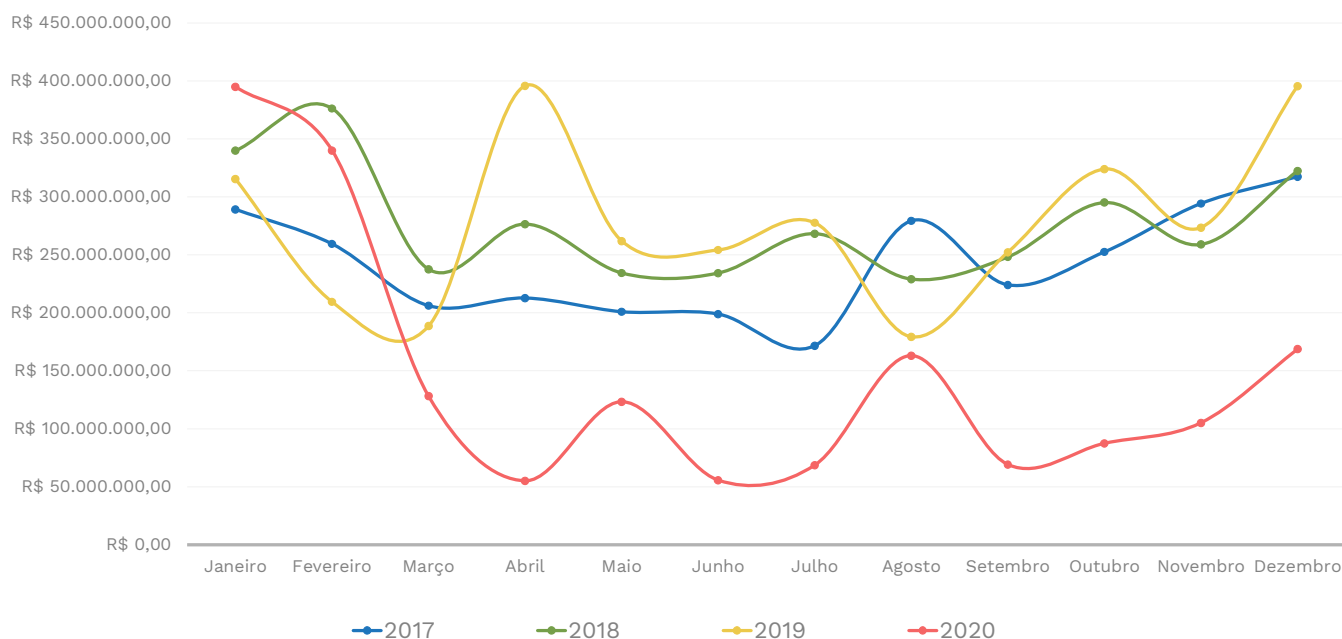
O volume de atividades turísticas com relação à arrecadação federal teve queda acentuada no ano de 2020 devido à redução da mobilidade ocasionada pela pandemia de COVID-19. A retomada se deu apenas a partir de junho de 2020, apesar de continuar abaixo do volume operado em 2019.

Conforme os dados disponibilizados pela Receita Federal, o setor aéreo acompanhou, de maneira geral, esse panorama de recuperação, mesmo que, entre agosto e setembro de 2020, tenha havido uma

nova queda na arrecadação de tributos federais, como fica expresso no gráfico abaixo. A redução total foi de 47,1% entre os anos de 2020 e 2019, o que representa uma queda de 1,7 bilhão de reais no volume arrecadado entre um ano e o outro.

Mesmo com essa acentuada queda, a arrecadação federal no setor aéreo continua sendo bastante importante no ramo do turismo, pois, do total arrecadado, essa ACT correspondeu a 11,8% do total em 2020.

Arrecadação Federal para a ACT Transporte Aéreo, segundo os meses, por ano - 2017-2020

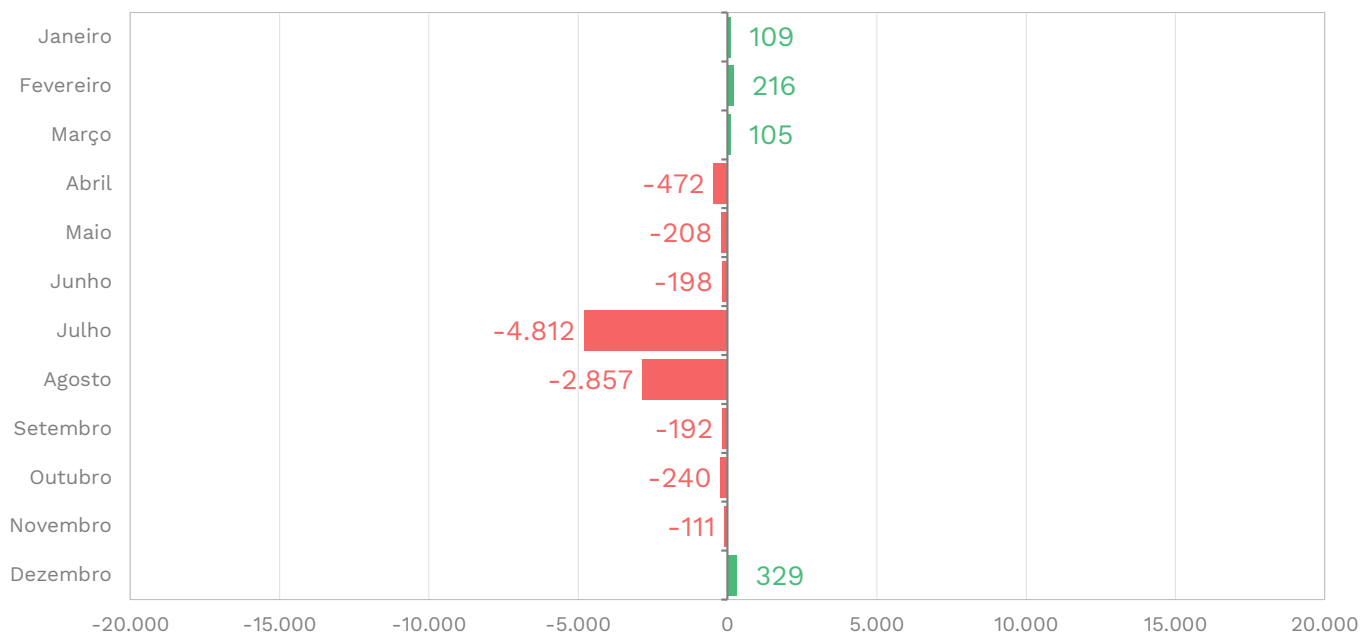


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Segundo os dados do CAGED divulgados pelo Ministério da Economia, a atividade de transporte aéreo teve redução de 8.331 no saldo anual de contratações e demissões no ano de 2020. Pelo gráfico abaixo representado, infere-se que o mês de julho de 2020 apresentou o maior saldo negativo

de contratações no ano (4.812). A queda no número de postos de trabalho continuou, menos intensa, até o mês de novembro, e só foi possível observar mais contratações que demissões no mês de dezembro (329).

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Transporte Aéreo, por mês - 2020

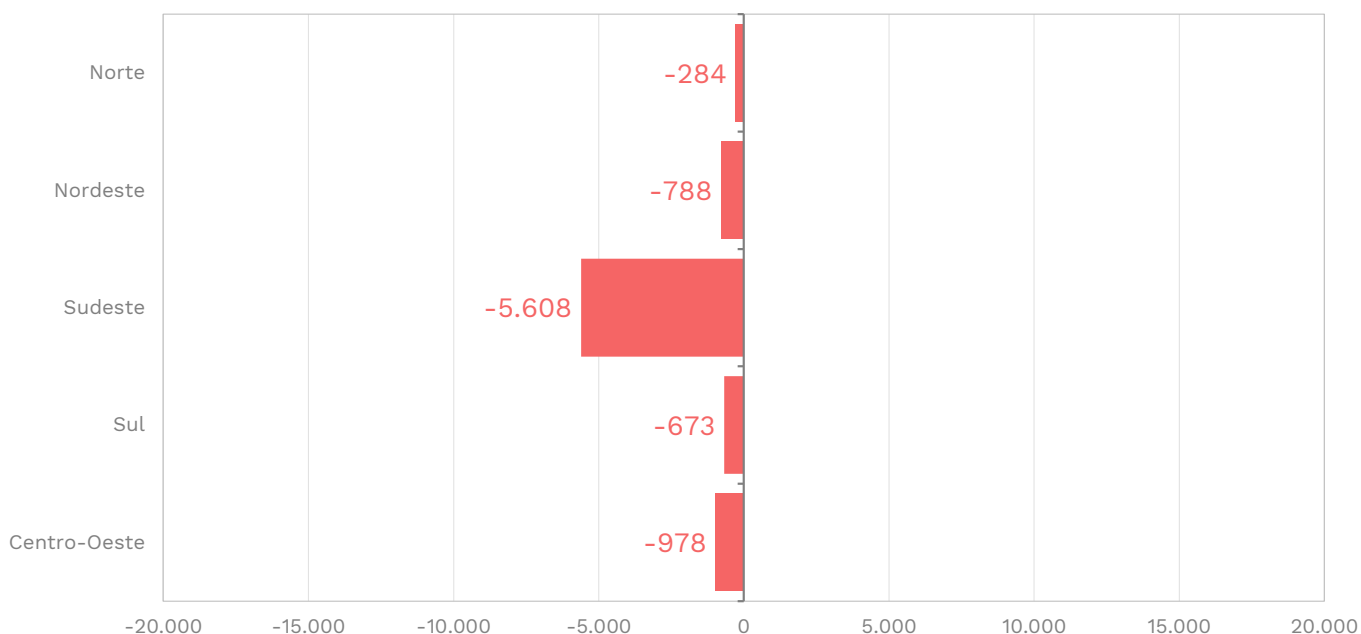


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Se a avaliação for feita por macrorregião, infere-se que o impacto das demissões foi mais expressivo no Sudeste, com saldo de 5.608 demissões, tendo em vista que 70,0% das

ocupações formais do setor em 2019 era desse recorte geográfico, enquanto as demais regiões do país não superam o saldo de mil demissões.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Transporte Aéreo, por macrorregião - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).



ABLA - Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis/Divulgação.

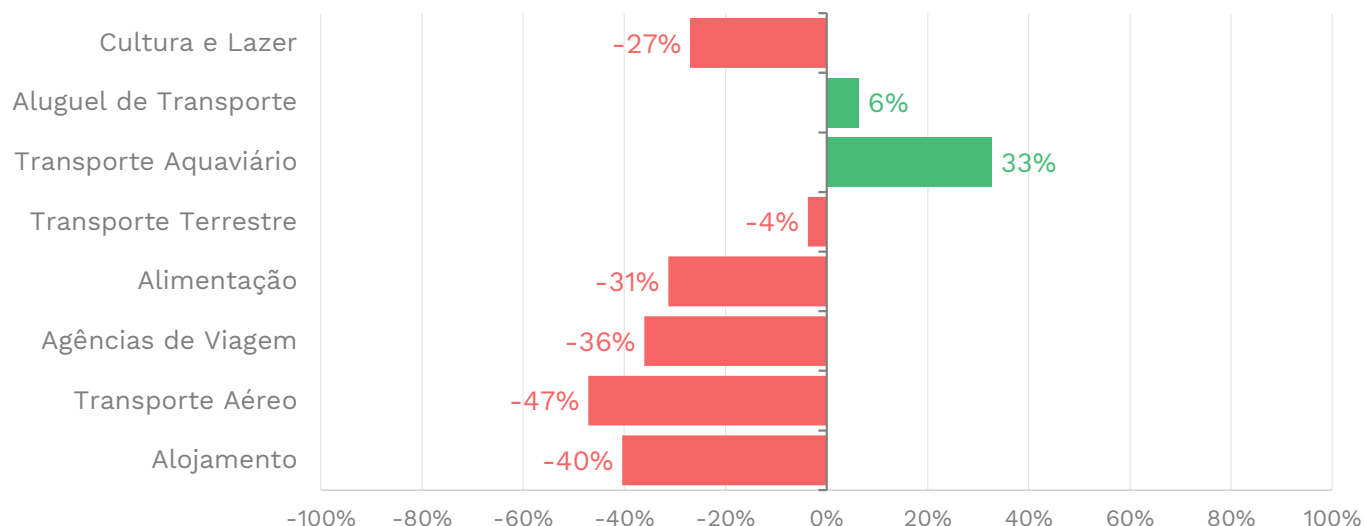
Aluguel de Transporte

A prestação de serviços realizada pelas empresas da Atividade Característica do Turismo Aluguel de Transporte tem considerável relevância para a economia do turismo, tendo em vista que muitos turistas optam por se deslocar para o destino utilizando serviço de transporte terrestre, inclusive a partir dos aeroportos, e alugam um veículo automotor para facilitar o seu deslocamento no município e visitar os atrativos da localidade.

É importante destacar que, majoritariamente, a clientela desse tipo de estabelecimento, para algumas localidades, é de residentes, no entanto, para outras é de turistas.

A ACT Aluguel de Transporte foi um dos dois setores (o outro foi o de transporte aquaviário) cujo percentual de Arrecadação Federal foi maior em 2020 do que em 2019, com um aumento de 6,4%

Variação Percentual da Arrecadação Federal, por ACT - 2020/2019

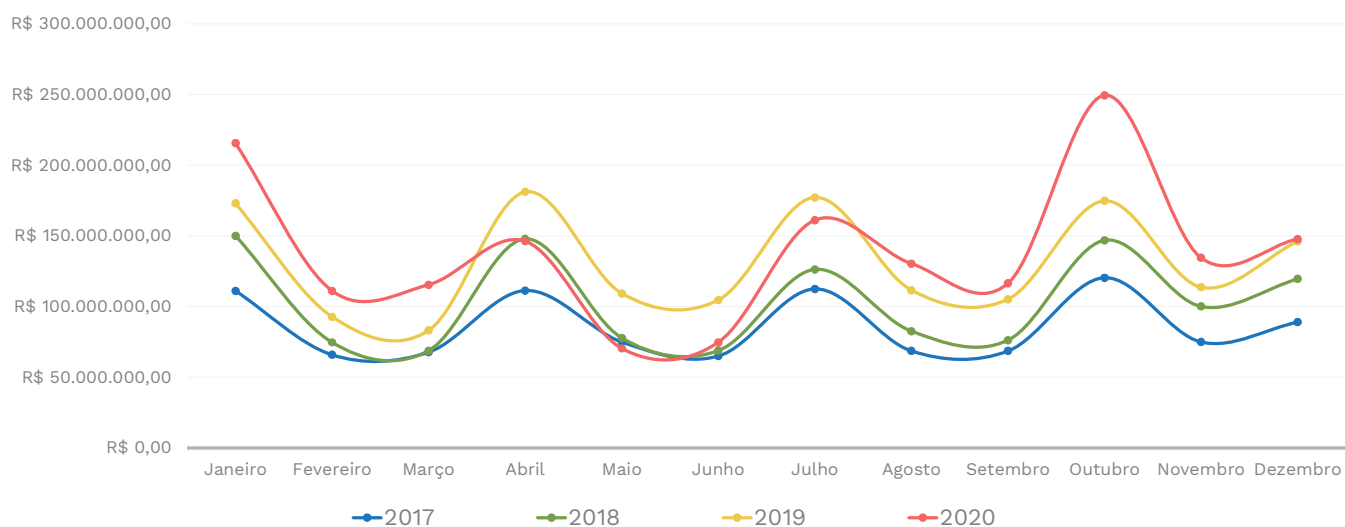


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Apesar de ter sofrido uma queda acentuada entre abril e maio de 2020 (de cerca de R\$ 146,3 milhões para pouco mais de R\$ 70,3 milhões), a Arrecadação Federal para a ACT Aluguel de Transporte teve uma recuperação entre junho e julho (de R\$ 74,5 milhões para R\$ 161,1 milhões), que após

ligeiro recuo conheceu significativo aumento entre setembro e outubro – quando chegou a quase R\$ 249,4 milhões – antes de cair novamente para cerca de R\$ 134,5 milhões em novembro e fechar o ano com R\$ 147,7 milhões em dezembro.

Arrecadação Federal para a ACT Aluguel de Transporte, segundo os meses, por ano - 2017-2020

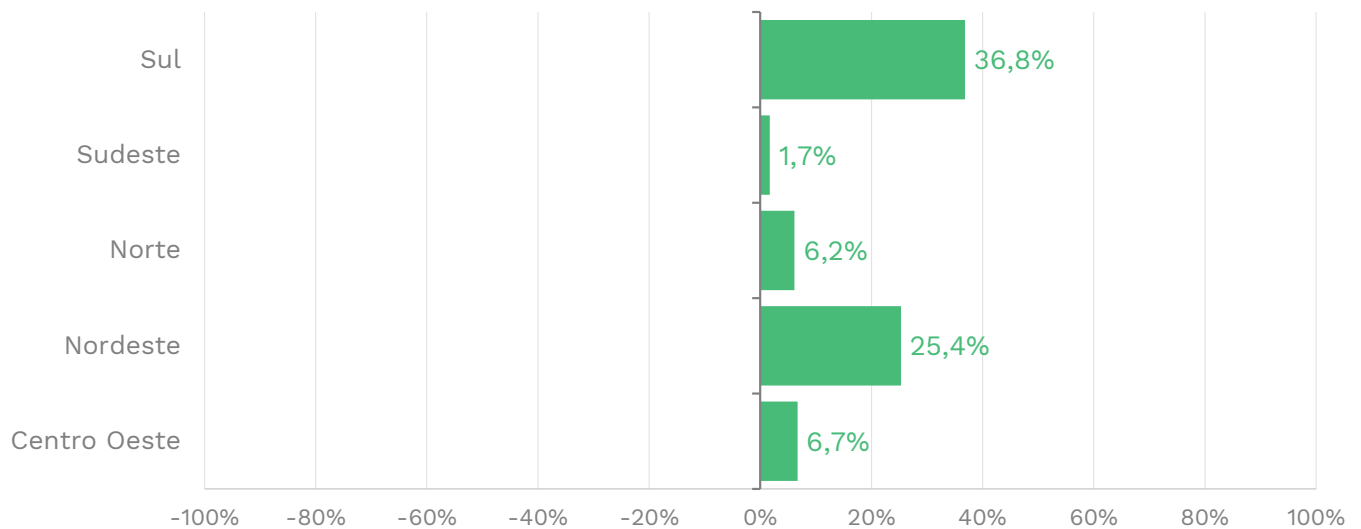


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Ao observar os dados disponíveis, é possível inferir duas causas para essas variações: por um lado, a redução do número de voos aéreos e os riscos de contágio das viagens em transportes de passageiros em geral, ampliaram a opção pelo aluguel de transporte individual para viagens; por outro lado, a ligeira redução dos números de internações e mortes por COVID-19 no Brasil, entre setembro e outubro de 2020, favoreceu os deslocamentos.

No detalhamento da arrecadação por macrorregião, percebe-se uma acentuada diferença no crescimento de 2019 para 2020 entre as regiões brasileiras, com a região Sul bem à frente em relação às demais, com cerca de 36,8% de crescimento, seguida da região Nordeste, com pouco mais de 25,4% de crescimento. As três demais regiões ficaram com crescimento inferior a 7%, ficando a região Sudeste por último, com apenas 1,7% de aumento na arrecadação.

Variação na Arrecadação Federal de 2019 para 2020 na ACT Aluguel de Transporte, por macrorregião



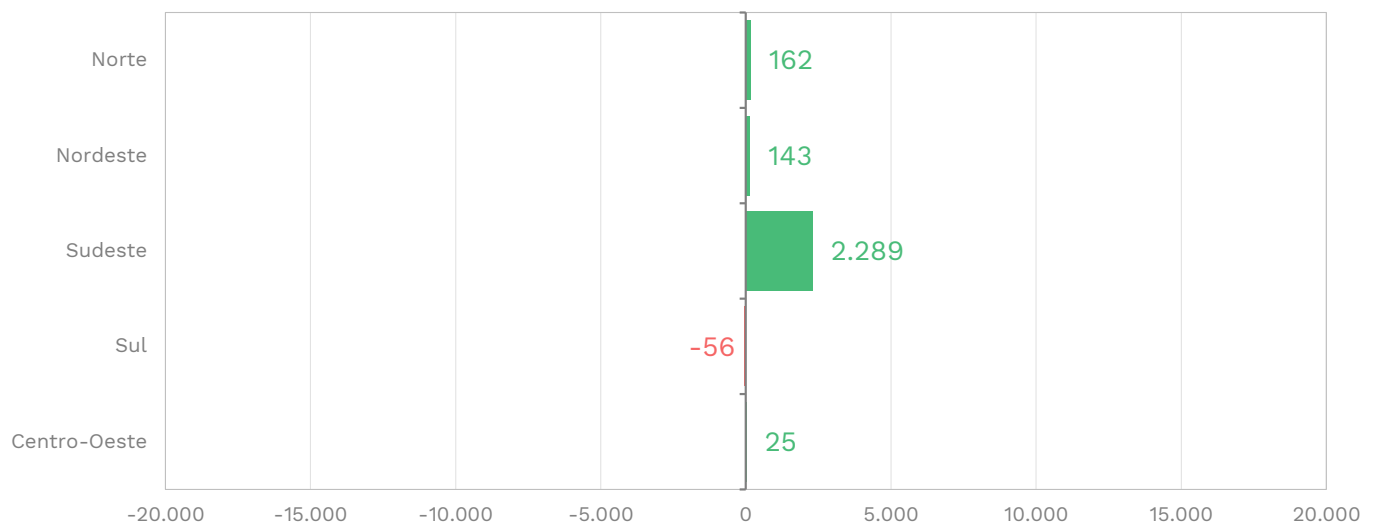
Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Com relação ao emprego no setor, ao observar a variação do saldo mensal de Contratações e Demissões nas Atividades Características do Turismo, em 2020, percebe-se que a ACT Aluguel de Transporte apresentou valores menores no saldo mensal comparado às outras ACTs no ano.

Entretanto, na comparação por macrorregião, verifica-se uma grande disparidade entre as cinco macrorregiões do país no que diz respeito ao Saldo

de Contratações e Demissões na ACT Aluguel de Transporte, em 2020. Conforme o gráfico abaixo, enquanto no Sudeste o saldo foi bastante positivo, com as contratações superando as demissões em cerca de 2.300 pessoas, no Sul o saldo foi ligeiramente negativo. Nas demais macrorregiões, o saldo positivo foi inferior a 300 postos de trabalho criados.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Aluguel de Transporte, por macrorregião - 2020

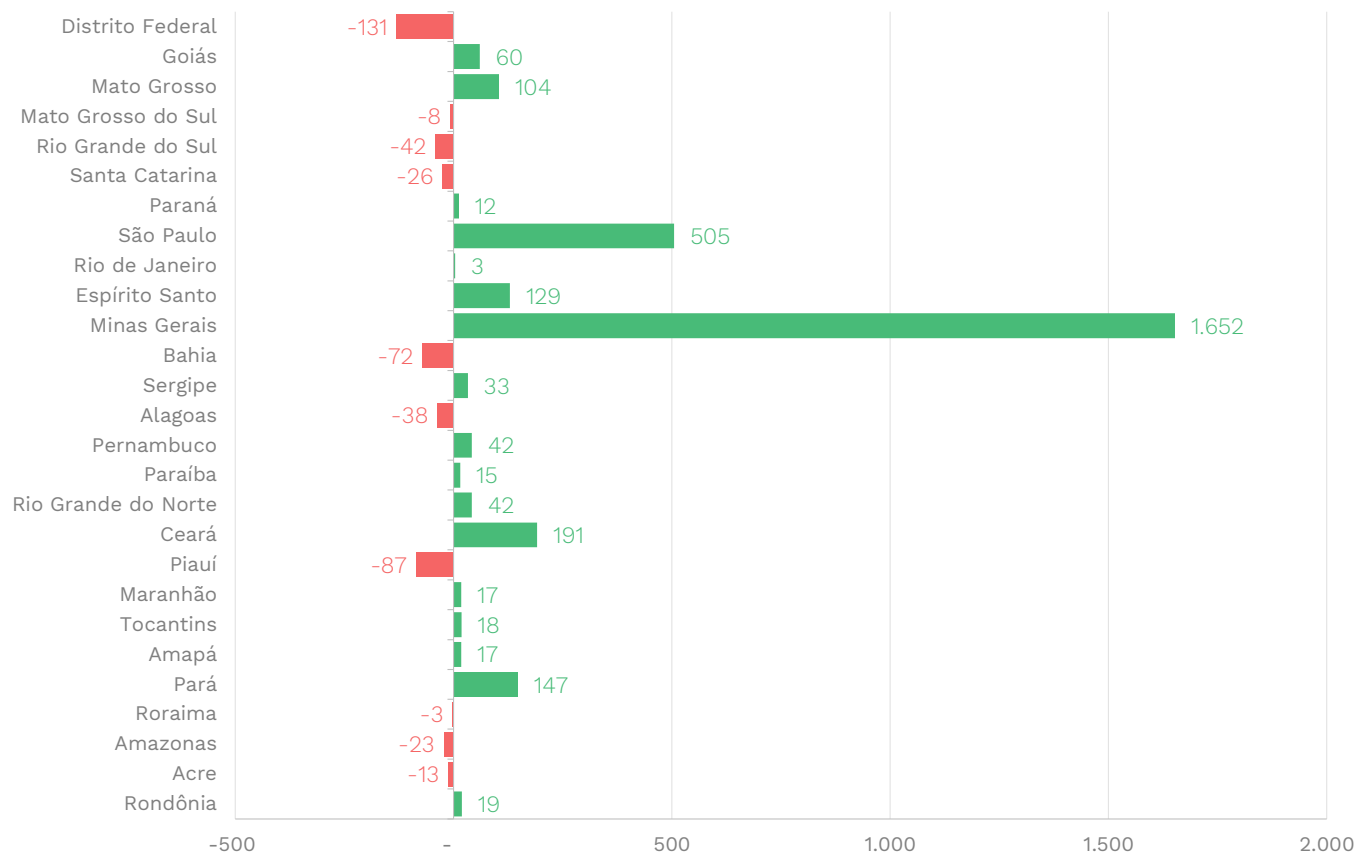


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

No detalhamento por Unidade da Federação, o Estado de Minas Gerais aparece como o que registrou o maior saldo positivo de contratações e demissões na ACT Aluguel de Transporte – cerca de 1.600 – seguido pelo Estado de São Paulo, com 500 contratações de saldo, enquanto o Estado

do Espírito Santo fica em terceiro lugar, com mais de 100. O Rio de Janeiro também apresentou um pequeno saldo positivo de 3 empregos criados. Porém, a Unidade da Federação onde o setor teve as maiores perdas de empregos em relação às contratações no período foi o Distrito Federal.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Aluguel de Transporte, por Unidade da Federação - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).





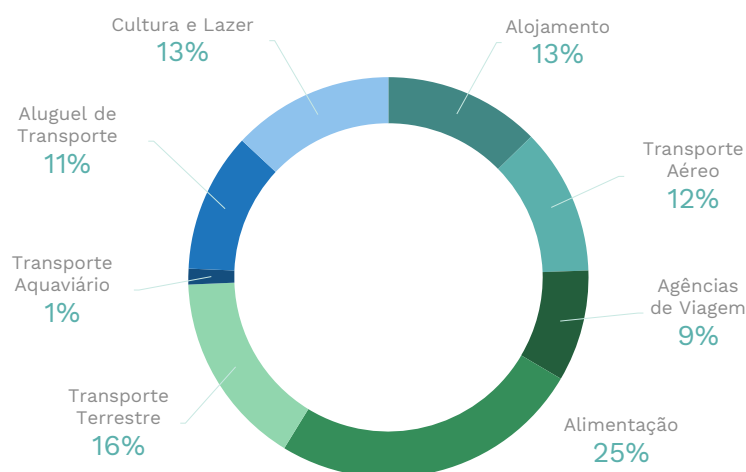
Roberto-Tamer/CVC/Divulgação.

Agências de viagem

A Atividade Característica do Turismo Agências de Viagem é um dos setores essenciais na economia do turismo, motivo pelo qual seus empresários são importantes players do trade turístico, representantes de uma parcela significativa dos equipamentos turísticos necessários para a atividade turística. Além disso, praticamente toda a sua clientela é de turistas, os quais utilizam os seus serviços na compra de pacotes, com hospedagem, transporte e/ou outros serviços inclusos, ou de passeios no destino. Portanto, o monitoramento do setor é essencial para o acompanhamento da atividade turística no país.

Em 2020, a Atividade Característica do Turismo Agências de Viagem foi responsável por 9% da arrecadação federal do Setor de Turismo no Brasil, totalizando R\$ 1,3 bilhão. No entanto, a sutil queda de 1% na participação da arrecadação em relação ao ano de 2019, em que contribuiu com 10%, totalizando R\$ 2,1 bilhões, não indica que este importante mercado para o turismo sofreu poucas consequências da crise provocada pela Pandemia de COVID-19.

Turismo por Atividade Característica do Turismo - 2020

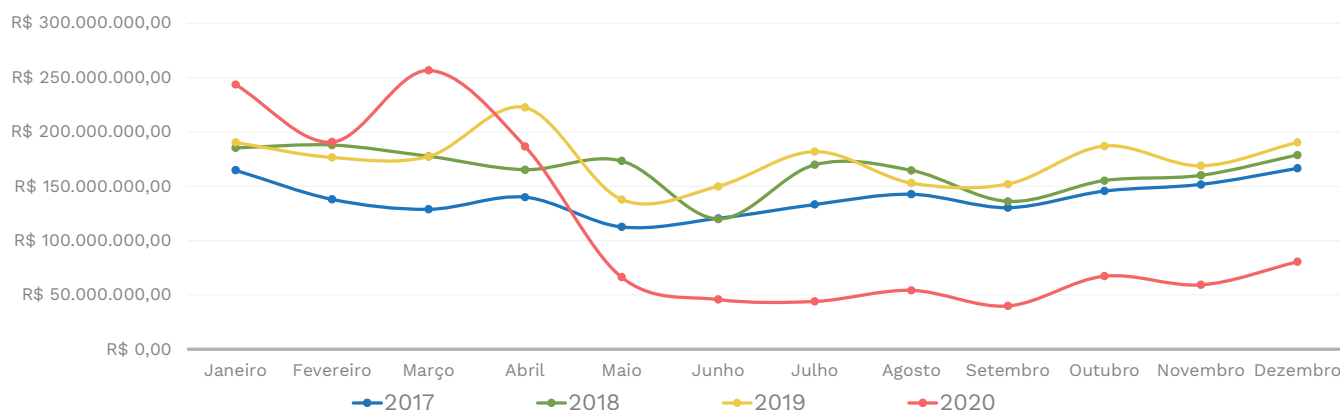


Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

A redução do volume de atividades turísticas no ano de 2020, conforme os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representou um grande impacto na arrecadação federal para a ACT

Agência de Viagens. De março até junho de 2020 a arrecadação passou de R\$ 256 milhões para R\$ 45,8 milhões, o que representa uma queda de 82,1%, mantendo-se nesse nível de arrecadação durante todo o ano de 2020.

Arrecadação Federal para a ACT Agências de Viagem, segundo os meses, por ano - 2017-2020



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

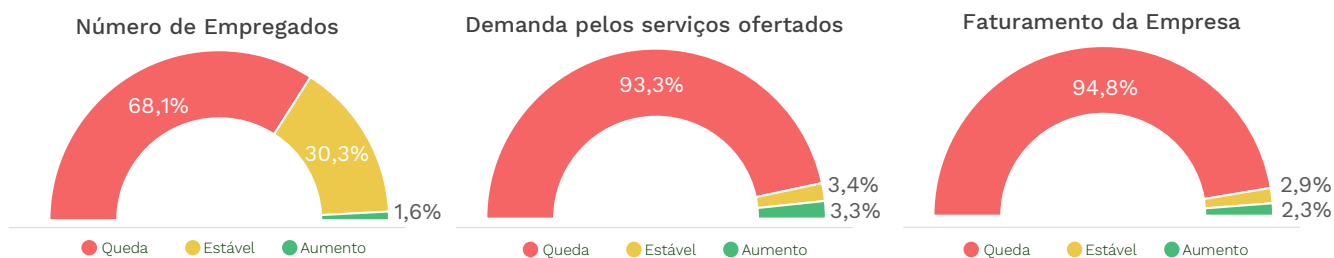
A Pesquisa de Sondagem empresarial realizada pela Coordenação-Geral de Dados e Informações é uma importante ferramenta para captação de percepções do trade turístico relacionadas ao desempenho dos estabelecimentos, pela ótica do empresário, em relação ao ano anterior e aos

próximos seis meses do ano em que é realizada. A última pesquisa de sondagem realizada com empresários do setor de Operadores e Agências de Viagem, em agosto de 2020, captou as previsões e os impactos dos primeiros meses da pandemia de COVID-19 no Brasil.

As informações disponibilizadas pelos respondentes permitiram a visualização do cenário de diminuição da demanda de serviços turísticos,

bem como o horizonte pouco otimista dos empresários em relação à melhora da situação do turismo no País.

Desempenho dos estabelecimentos do setor de Agências e Organização de Viagens do Brasil, segundo os empresários - meses de junho/julho de 2020 comparados ao mesmo período de 2019 (%)

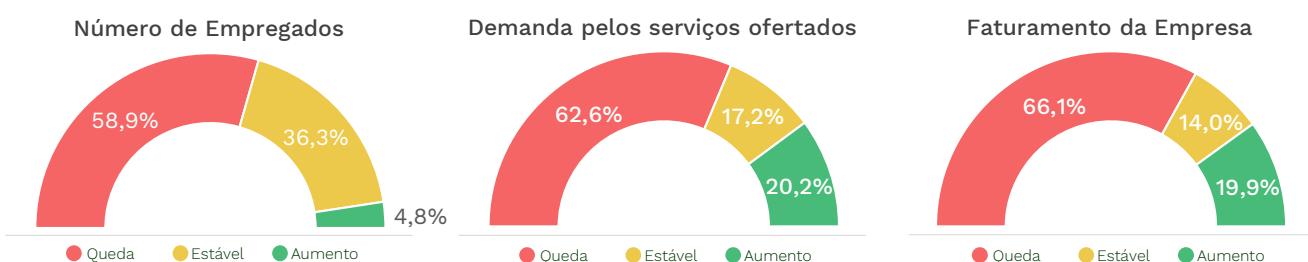


Fonte: Ministério do Turismo - Sondagem Empresarial.

A percepção dos empresários em relação à queda na demanda de serviços ofertados e faturamento da empresa no ano de 2020 em relação a 2019 e sua expectativa para os próximos seis meses demonstra que, apesar do pessimismo da maior parte dos empresários quanto à recuperação

da atividade turística, uma porção significativa de cerca de 20% dos respondentes ainda esperava uma melhora nesses dois aspectos, mesmo que não esperassem contratar mais empregados, aumento este que só era visualizado por 4,8% dos empresários.

Perspectiva para o primeiro semestre de 2021, segundo os empresários dos estabelecimentos do setor de Agências e Organização de Viagens do Brasil (%)

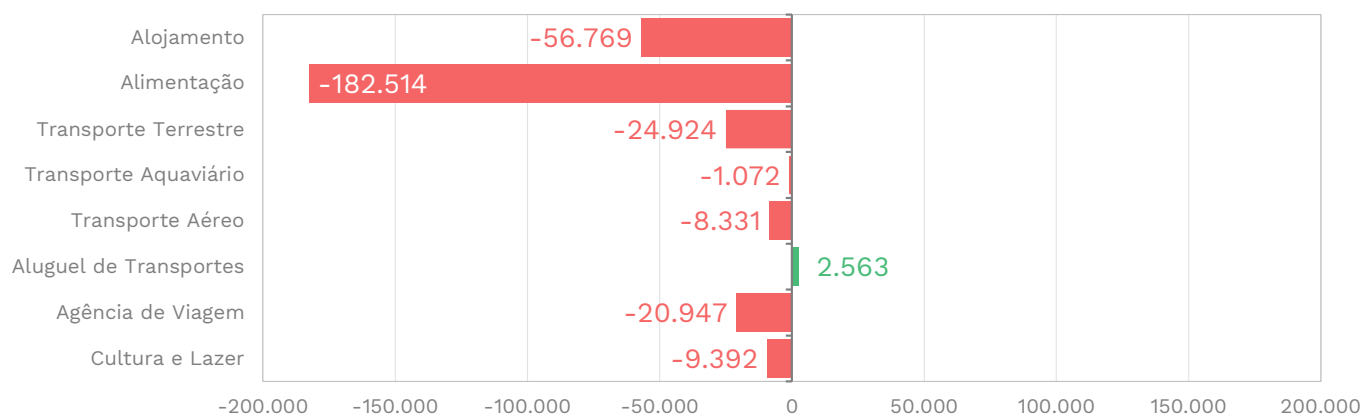


Fonte: Ministério do Turismo - Sondagem Empresarial.

Em convergência com o captado na Pesquisa de Sondagem Empresarial e os dados de arrecadação federal, o impacto da pandemia na ACT Agências de Viagem também afetou o número de empregados do Setor. Os dados do CAGED disponibilizados pelo Ministério da Economia sobre o ano de 2020 demonstram que o setor teve saldo negativo entre

contratações e demissões, perdendo 20.947 postos de trabalho. O número é menor se comparado com os serviços de alimentação, que teve redução de 182.514 empregos, alojamentos, com redução de 56.759 empregos, e transportes terrestres, com saldo negativo de 24.924 empregos.

Saldo de Contratações e Demissões nas Atividades Características do Turismo - 2020



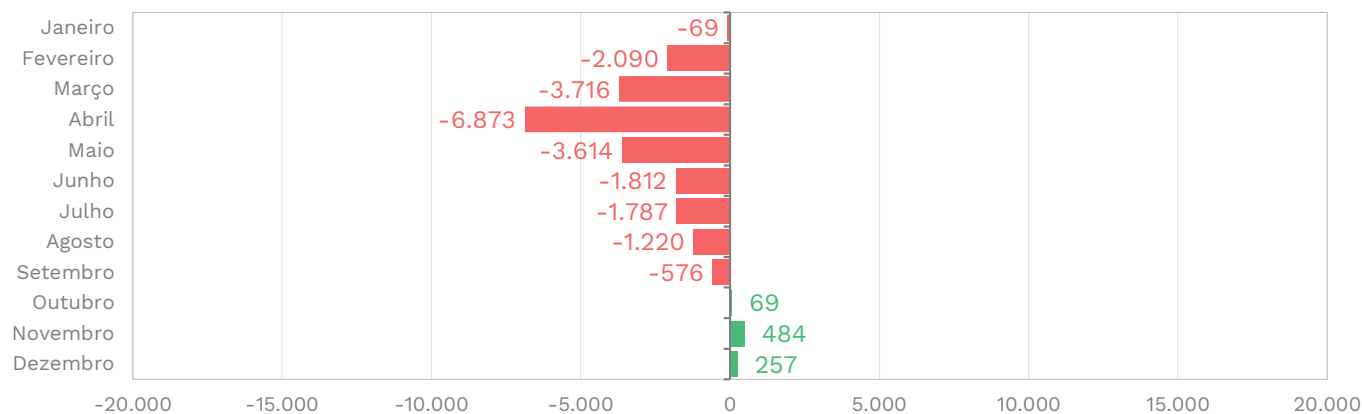
Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Cabe destacar que, em 2019, o mercado de trabalho formal para essa ACT correspondia a 3,2% do setor turismo, segundo os dados RAIS, e de todos os postos de trabalho fechados em 2020 no setor de turismo, a ACT Agências de Viagem representou 7,0%, o que evidencia um impacto considerável.

Dados da CAGED demonstram que a pandemia ocasionou uma queda abrupta no saldo mensal de contratações e demissões nas Agências de Viagem

e Operadores de Turismo, principalmente no mês de abril, com saldo de perda de mais de 6.000 postos de trabalho. Apesar da perspectiva pessimista do empresário quanto aos próximos seis meses a partir de julho de 2020, captada na Pesquisa de Sondagem Empresarial, os dados demonstram que houve uma ligeira recuperação a partir de outubro de 2020, pois passou-se a ter mais contratações do que demissões, permanecendo assim até o fim do ano.

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Agências de Viagem, por mês - 2020

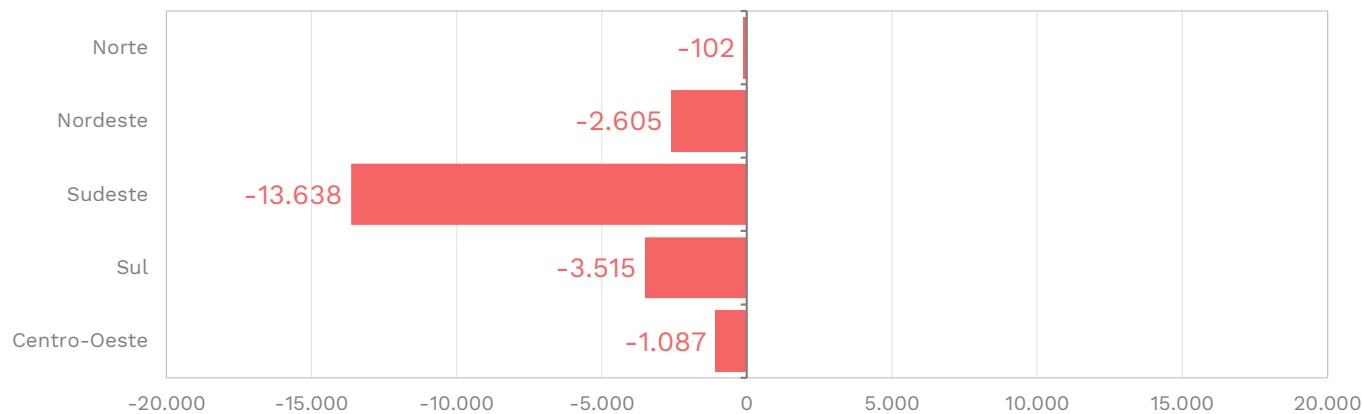


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

A macrorregião mais impactada, no âmbito do mercado de trabalho formal na ACT de Agências de Viagem, foi o Sudeste, que viu o fechamento de mais

de 13.500 postos de trabalho, seguido por Sul, Nordeste, Centro Oeste e Norte.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Agências de Viagem, por macrorregião - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).





Artesanato - Fortaleza - Ceará - Brasil - Jade Queiroz/Banco de Imagens MTur Destinos.

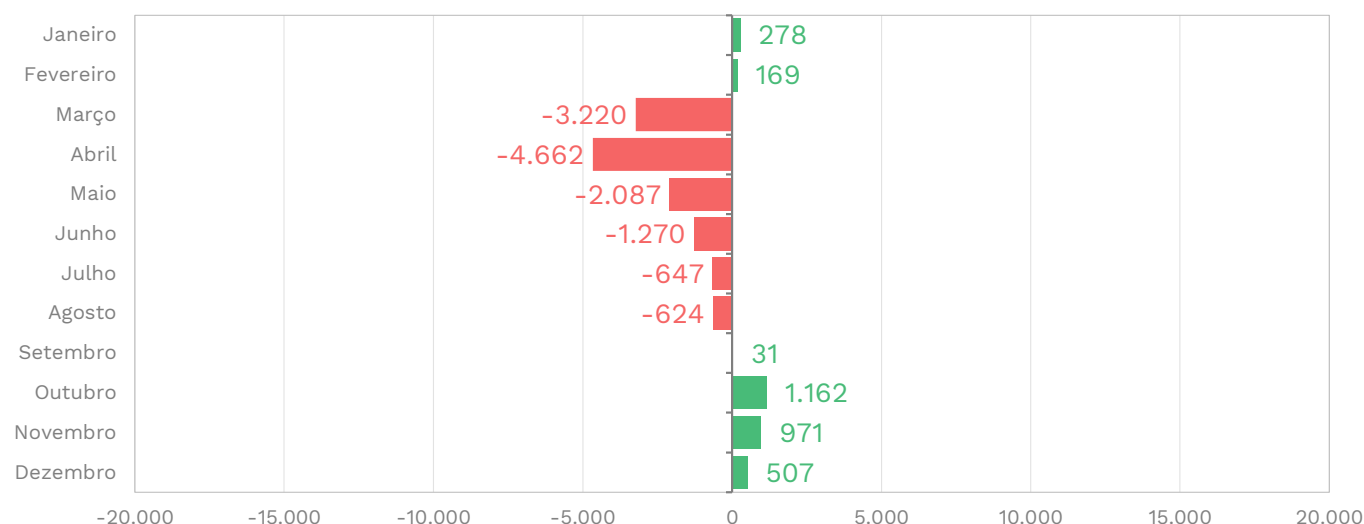
Cultura e Lazer

A ACT Cultura e Lazer é bastante relevante para o turismo, pois está diretamente relacionada com as atividades realizadas pelos turistas nos destinos. Essa ACT contempla as atividades de artes cênicas e espetáculos, visitas a museus, jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental, parques de diversão e parques temáticos, entre outros. Diante disso, fica evidente a importância desse setor para o turismo. No entanto, é necessário ter em mente que essas

atividades são também amplamente consumidas por residentes.

É importante salientar, ainda, que a ACT Cultura e Lazer foi definida sob a ótica do turismo, ou seja, contempla apenas as atividades que estão relacionadas ao consumo dos turistas e não engloba de maneira precisa o usuário de cultura, o qual abarca conceitos mais amplos sobre o tema.

Saldo mensal de Contratações e Demissões na ACT Cultura e Lazer, por mês - 2020

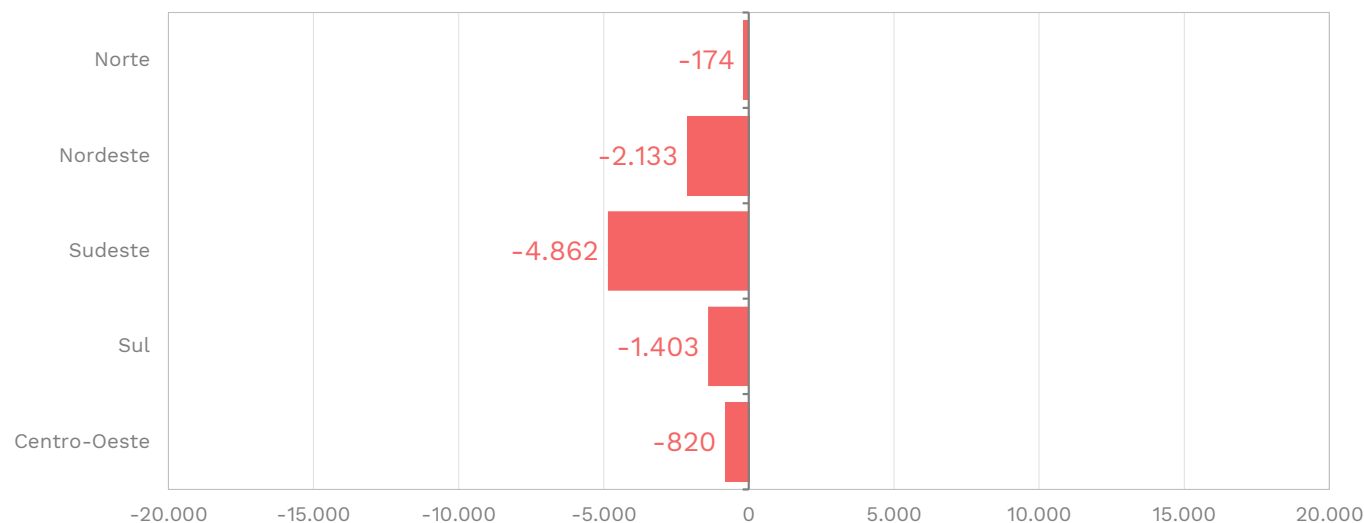


Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).

Em 2020, a ACT Cultura e Lazer foi um setor do turismo que apresentou queda de postos de trabalhos formais no Brasil, apesar dos meses de janeiro e fevereiro apresentarem saldos positivos entre contratações e demissões. Conforme os dados do CAGED, a partir de março teve início uma diminuição intensa nos postos de trabalho do setor. Cabe destacar que essa ACT representou 2,9% dos empregos do país, segundo os dados da RAIS de 2019.

O pico no saldo de demissões ocorreu no mês de abril de 2020, com 4.662 postos de trabalho perdidos. No entanto, desde então, o setor iniciou a retomada, com mais contratações que demissões, a partir de setembro, com pico de 1.162 novos empregos no mês de outubro. Por macrorregião, a Sudeste foi a mais afetada, em que apresentou a perda de 4.862 postos de trabalho formais, em 2020, nessa ACT.

Saldo de Contratações e Demissões na ACT Cultura e Lazer, por macrorregião - 2020



Fonte: Ministério da Economia - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual das Informações Sociais (RAIS).



Com relação à Arrecadação Federal, essa ACT apresentou a maior queda em 2020, no mês de julho com 49,9% a menos que o mesmo mês do ano anterior, segundo os dados da Receita Federal.

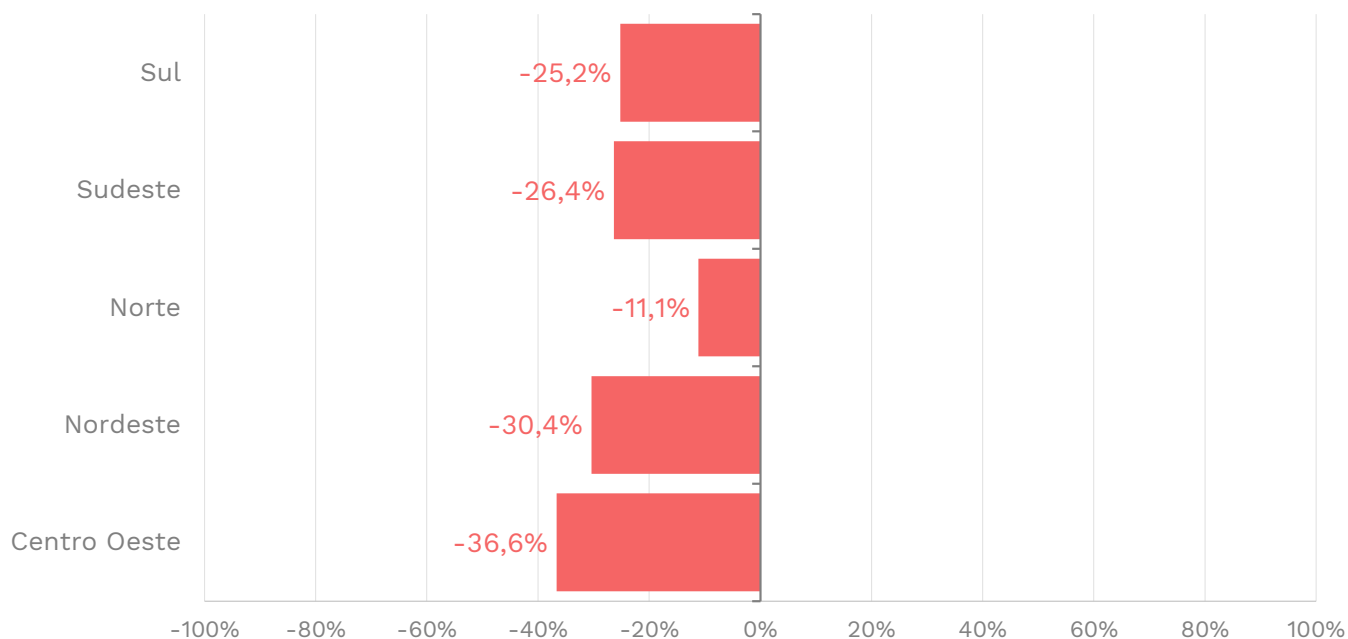
Além disso, apesar de uma retomada discreta, a arrecadação ainda não atingiu os patamares de anos anteriores.

Arrecadação Federal para a ACT Cultura e Lazer, segundo os meses, por ano - 2017-2020



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

Varição na Arrecadação Federal de 2019 para 2020 na ACT Cultura e Lazer, por macrorregião



Fonte: Arrecadação Federal - Receita Federal do Brasil.

A macrorregião Centro-Oeste foi a que apresentou a maior queda relativa na arrecadação federal, cerca de 36,6% na comparação com o ano de 2019, seguida pelo Nordeste e pelo Sudeste, que tiveram diminuição de 30,4% e 26,4%,

respectivamente. Essa ACT representou queda em nível de 27,0% da arrecadação de tributos federais em 2020, correspondendo a R\$ 715,9 milhões que deixaram de ser arrecadados em impostos federais, em 2020, conforme os dados da Receita Federal.



Mercado do Artesanato - Maceió - Alagoas - Brasil - Marco Anjosqui/Banco de imagens MTur Destinos.



Quiosques de praia fechados - Rio de Janeiro-RJ - Brasil - Tânia Régio/Agência Brasil.



Turismo é paciente grave na pandemia

**José Roberto Tadros,³¹
presidente da Confederação Nacional do
Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**

A pandemia de Covid-19, que gerou a necessidade de isolamento social e restrições às atividades com o fechamento de fronteiras, cancelamento de viagens e eventos de todos os tipos, impactou severamente o turismo mundial. No Brasil, os números do setor mostram quedas abruptas nos fluxos turísticos, nos gastos de estrangeiros, no faturamento e na oferta de empregos.

A grave crise econômico-sanitária provocou forte retração na demanda por serviços. Para se ter uma ideia, o volume de receitas do turismo encolheu 36,6% em 2020, na comparação com 2019. A queda da receita, com a impossibilidade de funcionamento e com empresas que tiveram faturamento próximo ao zero, gerou o fechamento de 35,5 mil estabelecimentos turísticos com vínculos empregatícios formais, um recuo de 13,9% em relação aos negócios em operação no País, em 2019.

A crise atingiu empresas de todos os portes e segmentos, mas as perdas foram mais acentuadas entre as micro e pequenas empresas, que têm menos fôlego para resistir por meses sem faturamento, e significaram 87% do total de empreendimentos encerrados no ano passado. Os segmentos de alimentação fora do domicílio, como bares e restaurantes; meios de hospedagem, como hotéis, pousadas e similares; e agências de viagens foram os mais atingidos.

As severas restrições ao fluxo turístico internacional, com o fechamento de fronteiras e o cancelamento de voos, fizeram despencar o volume de gastos dos turistas estrangeiros no Brasil, que em 2020 foi de R\$ 3 bilhões, chegando à metade do saldo de 2019 (R\$ 6 bilhões). Nem a desvalorização do real, que em tempos normais impulsionaria o turismo interno entre os brasileiros, equilibrou essa balança, e o País registrou o menor volume de gastos estrangeiros desde 2003.

Consequência direta disso, o fechamento de empresas gerou a perda de 397 mil postos de trabalho formal no setor, no ano passado, ou seja, um encolhimento de 12,8%, enquanto na média de todos os setores da economia, a variação do estoque de pessoas formalmente ocupadas avançou 0,4%.

O turismo ainda contabilizava as perdas do ano passado, quando as expectativas em relação a 2021, que trazia a promessa de melhorias com a

vacinação em massa da população, não se confirmaram.

Pelo contrário, o ano corrente vem se mostrando ainda pior. Em fevereiro de 2021, as perdas mensais do setor já acumulavam R\$ 312,6 bilhões, segundo estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Temos acompanhado os impactos nos serviços turísticos desde o início da pandemia como parte de um trabalho fundamental para que a Confederação possa seguir a evolução da pandemia, seus impactos na população e nos empresários, embasando nossas propostas de soluções ao governo.

Infelizmente, não há, no momento, expectativas de reversão para o setor no curto prazo, o que torna ainda mais necessário e urgente acelerar a vacinação dos brasileiros. E, se assistimos a autoridades, pessoas e empresas depositarem suas esperanças na imunização da população para um retorno mais próximo ao que chamamos de normalidade, podemos dizer que o turismo vê nisso a sua tábua de salvação. Mas a vacina é ciência e não vai fazer mágica. Por isso, é preciso unir forças para a manutenção de atividades que são massivas na geração de emprego e porta de entrada para muitos jovens no mercado de trabalho. Ajudar as empresas de turismo e eventos, que, entrincheiradas nesta batalha contra a Covid-19, estão sendo pressionadas dia após dia, é investir num setor que tem potencial de resposta rápida e que, no pós-pandemia, pode impulsionar a geração de vagas, ajudando o País na retomada.

31. José Roberto Tadros, natural de Manaus, formado em Direito pela Universidade do Amazonas, atua como empresário do setor terciário desde 1974. É o atual presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Além das suas atividades comerciais e sindicais, ele é autor e coautor de diversos livros e membro da Academia Amazonense de Letras, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia de Ciências, Artes e Letras do Amazonas.

“... Infelizmente, não há, no momento, expectativas de reversão para o setor no curto prazo, o que torna ainda mais necessário e urgente acelerar a vacinação dos brasileiros.”



Comércio fechado na rua 25 de Março - São Paulo-SP - Brasil - Rôvena Rosa/Agência Brasil.

A caminhada ainda é longa e precisa do auxílio dos governos federal e estaduais, com disponibilização de crédito, repactuação de dívidas em condições que promovam recuperação sem perda de competitividade e uma atenção especial às micro e pequenas empresas do setor. E, na hora de discutir medidas práticas, é importante observar a perda desproporcional nas atividades turísticas e de eventos, diante de outras atividades econômicas, para que as políticas públicas levem isso em conta.

Algumas iniciativas surgem como alento, como é o caso do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), que disponibiliza recursos para o setor, mas é preciso melhorar as garantias, inacessíveis para grande parcela das empresas, e ampliar o prazo de carência para as que já obtiveram crédito. A questão é que o turismo não voltou, não dá para as financeiras analisarem o faturamento das empresas em 2020. É mais justo que se considere o ano de 2019, ou dificilmente elas vão obter crédito.

A retomada do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) também é aguardada pelo setor, que já não tem fôlego para esperar mais. Assim a sanção ao Projeto de Lei Nº 5.638/20, que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos e Turismo (Perse), pode trazer oxigênio para os segmentos, com possibilidade de promover mais acesso ao crédito, preservar empregos, conservar o capital de giro das empresas e financiar a desoneração fiscal.

Além das ações já citadas, que têm o apoio do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC e da própria Confederação, lembro outras iniciativas que podem impulsionar a movimentação turística pós-pandemia, gerando emprego, renda e tributos. É o caso da regulamentação dos cassinos - Marco Regulatório dos Jogos no Brasil -, que pode dar fim a uma proibição que vai completar 75 anos na contramão do mundo, haja visto que dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), menos de 40 proíbem os jogos.

Por fim, a expectativa da vacinação traz a projeção de um avanço de 18,8%, ainda em uma base de comparação fraca, mas que aponta para uma leve recuperação do segmento no fim de 2022. A retomada mesmo, esta, certamente, só vivenciaremos em 2023.

E a CNC seguirá trabalhando para que o turismo brasileiro possa recuperar sua força e seu protagonismo.

“... na hora de discutir medidas práticas, é importante observar a perda desproporcional nas atividades turísticas e de eventos, diante de outras atividades econômicas, para que as políticas públicas levem isso em conta.”







Setor de cruzeiros: retomada e próximos passos

Marco Ferraz,³² presidente da CLIA Brasil

Mais de 566 mil leitos. Mais de meio milhão de pessoas navegando. Começo esse texto mostrando que a temporada nacional de cruzeiros 2021/2022, que tem a previsão de começar no dia 31 de outubro de 2021 e terminar em 19 de abril de 2022, traz um cenário positivo para este momento de retomada do nosso setor.

Depois de um período sem navegação por conta da pandemia da COVID-19, no qual o Brasil perdeu mais de 2,62 bilhões de reais em impacto econômico e 39,5 mil empregos deixaram de ser gerados (segundo cálculos do Estudo da CLIA Brasil com a FGV para a temporada 2019/2020), traçamos o nosso retorno com excelentes números, que refletem como as companhias de cruzeiros continuam acreditando no Brasil.

Na temporada 2021/2022, teremos por aqui sete embarcações, responsáveis por ofertar 566.280 leitos totais – cerca de 36 mil a mais que na temporada 2019/2020, que contabilizou 530 mil acomodações.

Entre os navios, os grandes astros da temporada, estão: Costa Toscana (6.554 leitos), Costa Favolosa (3.800 leitos), MSC Orchestra (3.223 leitos), MSC Preziosa (4.325 leitos), MSC Seaside (5.429 leitos), MSC Sinfonia (2.679 leitos) e MSC Splendida (4.363 leitos), que levarão cruzeiristas apaixonados pela navegação e tantos outros que viverão essa experiência pela primeira vez, por 129 roteiros.

Ao todo, serão 552 escalas em destinos muito queridos e procurados pelos brasileiros, como Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Angra dos Reis, Balneário Camboriú, Búzios, Cabo Frio, Fortaleza, Ilha Grande, Ilhabela, Ilhéus, Itajaí, Maceió, Porto Belo, Recife e Ubatuba, além de Buenos Aires, Punta del Este e Montevidéu.

Sabe o que isso quer dizer? Que além de vermos a realização dos sonhos das pessoas que não veem a hora de navegar, de viajar, veremos a economia voltar a girar. Sim, cada cruzeirista que visita uma cidade em uma escala deixa um impacto de R\$ 557,00 e gera empregos para toda a economia local em bares, restaurantes, passeios, no comércio e ainda estimulam o retorno das pessoas para uma estadia futura naquelas cidades.

Somente na última temporada de Cruzeiros Marítimos (de novembro de 2019 a março de 2020) o impacto econômico foi de R\$ 2,24 bilhões para o Brasil. Cada 1 real investido no setor de cruzeiros movimentou R\$4,63 na economia nacional, segundo dados do estudo produzido em parceria entre a CLIA Brasil e a Fundação Getúlio Vargas – FGV)³³.

A retomada está acontecendo e alguns pontos importantes contam a favor da temporada nacional, como o retorno da navegação em diversas partes do mundo, como Itália, Cingapura, Taiwan, Japão, Taiti e Ilhas Canárias, que mostram que os robustos protocolos da CLIA Internacional, aprovados e aplicados pelo setor, sempre em concordância com as autoridades locais, têm alcançado o resultado almejado: um retorno seguro, feito em etapas e com medidas que abordam a segurança dos cruzeiristas, desde a compra da viagem até seu retorno para casa.

32. Marco Ferraz, administrador, atualmente é presidente da CLIA Abremar, tendo passagem também pela Braztoa. Começou a trabalhar com turismo nos anos 80. Diretor da Monark Turismo, fundada por seu pai, Sylvio Ferraz, em 1960, onde iniciou aos 15 anos, como assistente de guia em Orlando.

33. Estudo CLIA Brasil FGV 2019/2020.

“... cada cruzeirista que visita uma cidade em uma escala deixa um impacto de R\$ 557,00 e gera empregos para toda a economia local em bares, restaurantes, passeios, no comércio e ainda estimulam o retorno das pessoas para uma estadia futura naquelas cidades”

Acho muito importante destacar seus principais pilares:

- **Embarque** – Teste pré-embarque em todos os hóspedes com triagem rigorosa. Tripulantes com três testes antes de entrar em serviço.
- **Procedimentos a bordo** – Uso de máscaras, distanciamento, menor ocupação, ar fresco sem recirculação, desinfecção e higienização constantes.
- **Saúde a bordo** – Plano de contingência, corpo médico especialmente treinado para avaliações constantes, monitoramento contínuo por dispositivos pessoais e pela tripulação treinada. Estrutura com todos os modernos recursos para atendimento dos hóspedes e tripulantes.
- **Excursões** – Protocolos especiais, coordenação com os municípios, cancelamento do reembarque para hóspedes que não cumprem as regras.

No Brasil, esses mesmos protocolos seguem em processo de aprovação. Já começamos nossas reuniões com a Anvisa, dando continuidade ao nosso trabalho sempre feito em estreita

colaboração com as autoridades responsáveis. Estamos definindo um cronograma para que nos próximos meses possamos ter a aprovação da temporada, confiantes de que os procedimentos de segurança preparados pelo setor possam atender aos mais altos graus de exigência, sempre prontos para possíveis ajustes de acordo com o cenário da pandemia.

Também quero destacar o compromisso do setor com o meio ambiente neste momento de retomada das atividades. Mesmo durante a pandemia, os associados CLIA já investiram 23,5 bilhões de dólares em novos navios com novas tecnologias e combustível mais limpo para reduzir as emissões de carbono. A meta é reduzir em 40%, até 2030, as emissões de carbono, comparadas com 2008. Serão mais 24 Navios movidos a GNL (gás natural liquefeito) até 2027.

Nosso trabalho nunca parou. Ele continua extremamente focado em captar investimentos, trazer cada vez mais navios que vão garantir as melhores experiências, sempre respeitando a saúde e segurança dos nossos hóspedes, tripulantes e das cidades que visitamos, sempre cumprindo as regras e protegendo o meio ambiente.



Costa Cruzeiros - Danilo Borges/Banco de imagens MTur.

“Depois de um período sem navegação por conta da pandemia da COVID-19, ... o Brasil perdeu mais de 2,62 bilhões de reais em impacto econômico e 39,5 mil empregos deixaram de ser gerados [no setor] ... a retomada está acontecendo e alguns pontos importantes contam a favor da temporada nacional, como o retorno da navegação em diversas partes do mundo.”



Tendências e propostas para o Turismo e Cultura

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CGDI/SGE/SE/MTur)

A segunda onda da pandemia impôs a ampliação das regras de saúde pública e de distanciamento social vinculados à COVID-19 e tornou a retomada dos setores do turismo e cultura um verdadeiro desafio. De fato, a sociedade está à espera, avaliando como a situação evolui, antes de planejar futuras atividades turísticas e voltar a frequentar atividades artísticas e culturais no ritmo anterior à pandemia. Há uma grande expectativa para que a retomada das atividades de ambos os setores consiga manter postos de trabalho e volte aos níveis de arrecadação anteriores à pandemia o mais rapidamente possível.

Nesse contexto de pandemia, o setor de turismo está passando por grandes transformações e inovações. A COVID-19 atrapalha o atendimento direto ao turista, mas, por outro lado, acentua algumas práticas já existentes. A vontade de recarregar as baterias, de viajar para destinos de natureza está cada vez mais presente, assim como as viagens curtas de “bate e volta”, turismo rural e viagens que conciliam trabalho e lazer. Novas práticas turísticas que exigem que os destinos se adaptem.

No campo cultural, muitas mudanças já podem ser sentidas após o impacto da pandemia de COVID-19. O setor sofreu uma migração para as plataformas virtuais até aonde esta foi capaz de absorver as práticas e o público de cultura. Museus e bibliotecas tiveram acesso recorde a seus acervos virtuais. As plataformas de streaming também tiveram grande ampliação, difundindo cinema, seriados e música. Por outro lado, houve paralização de diferentes expressões artísticas e de cultura popular.

“... O setor de turismo está passando por grandes transformações e inovações. A Covid-19 atrapalha o atendimento direto ao turista, mas, por outro lado, acentua algumas práticas já existentes. A vontade de recarregar as baterias, de viajar para destinos de natureza está cada vez mais presente.”

Ambos os setores, seja cultura ou turismo, necessitam retomar suas atividades em face à crise e buscar práticas inovadoras pode ser uma saída viável. Nesse sentido, destaca-se a mudança nas noções de tempo e espaço por causa do trabalho remoto, que está se tornando padrão para certas profissões. Deixar de ir ao seu local de trabalho ou permitir-se ir com menos frequência são modificações das práticas cotidianas que, ao mesmo tempo, sugerem novas práticas de turismo. Os trabalhadores remotos, antes pouco considerados como consumidores de turismo, agora são identificados como importante nicho de mercado, o que incentiva atividades turísticas locais e seus prestadores de serviços.

Essas mudanças beneficiam diretamente o turismo local e impulsionam destinos menos comuns e mais vazios, diversificando sobremaneira os destinos turísticos. A infraestrutura turística, como rede hoteleira, parques, áreas de camping, agricultura recreativa, restaurantes, terá que acolher equipamentos de acordo com as exigências sanitárias e respeitando as regras de distanciamento, com acesso a uma boa rede de internet, para ir ao encontro dos anseios desses viajantes. Para se adaptar e inovar nos meios de hospedagem, pode ser necessário imaginar um espaço de trabalho mobiliado e adicionar um ambiente de escritório aos quartos, proporcionando acomodações práticas e agradáveis.

Ao mesmo tempo, no campo da cultura, o consumo de arte e música mudou de ambientes externos e públicos para os espaços internos e privados das residências, exigindo especialização técnica dos profissionais e pronta adaptação às plataformas digitais. Nesse sentido, se a pessoa pode ter maior flexibilidade de horários de trabalho, isso pode provocar uma demanda de horários diferenciados para programação de cinema ou abertura de museus, conseqüentemente, exigindo providências práticas para atender às expectativas desses consumidores.

Um recurso para retomada do turismo e da cultura em 2021 parece ser a melhoria dos serviços digitais. Expandir a presença online em diferentes plataformas, incluindo mídias sociais, está se tornando essencial. O turista precisará vivenciar experiências digitais enriquecidas para ter segurança ao realizar a melhor escolha do seu destino.



Mountain Bike - Campos de Jordão - São Paulo - Brasil - Fabricio Macedo FGMsp/Pixabay.

As redes sociais permitem que os cidadãos tenham acesso e descubram a oferta turística e cultural, e que eles classifiquem o estabelecimento hoteleiro ou o evento cultural quanto aos níveis de segurança e adequação dos protocolos. Assim, se torna necessária a manutenção de um padrão de limpeza tanto para os locais de serviços turísticos quanto para os ambientes de cultura.

A inovação não para de trazer incentivos. O Selo Turismo Responsável, promovido pelo Ministério do Turismo, passou a ser reconhecido como padrão sanitário para diferentes ramos de serviço do turismo, principalmente para os meios de hospedagem. Algumas instituições de cultura estão reagindo, e oferecem experiências sem contato, como bilheterias virtuais. Portanto, a pandemia transformou radicalmente o comportamento do consumidor e a segurança se tornou uma prioridade. Dessa forma, a necessidade de adaptação está associada a esta noção de segurança. Assim, as empresas do setor de turismo e da economia criativa devem tornar o cancelamento das reservas de viagens e da compra de bilhetes para eventos culturais mais flexíveis e, assim, promover o retorno seguro das atividades. Nesse sentido, além de se tornar atraente ao facilitar o cancelamento, também é fornecida uma experiência ideal ao usuário.

Com a pandemia de COVID-19 e seus regulamentos, as prioridades dos consumidores estão mudando. Além da saúde e segurança, muitos turistas buscaram explorar novos nichos de viagens. Novos turistas querem viajar localmente, descobrir destinos próximos e originais e explorar, por exemplo, o patrimônio cultural e artesanato.

Finalmente, no contexto atual, planejar suas férias com antecedência está se tornando cada vez mais fácil. Com a diversidade de sites e blogs sobre viagens, as informações despertam o interesse por destinos pouco conhecidos ou pela redescoberta do seu próprio ambiente. Criar conteúdo, vídeos e fotos, ou mesmo usar blogueiros ou influenciadores, pode ajudar a promover um destino em suas redes sociais. O mesmo pode ocorrer com a cultura, que pode receber novos estímulos, por meio da divulgação de um prato de culinária típica ou a melhor época para a prática religiosa de determinada localidade.

Além dos passeios locais, finalmente há um novo consumo turístico: o reencontro com a natureza e viagens cada vez mais "ecologicamente corretas". O suficiente para valorizar seu território, seus valores sustentáveis e, por que não, praticar aventura responsável, como o cicloturismo. Esta é uma verdadeira oportunidade para inovar.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de avaliação quanto aos documentos sobre o planejamento do setor, a partir dos dados gerados e tratados no âmbito da perspectiva do impacto da pandemia.

O Plano Nacional de Turismo, bem como o Plano de Retomada do Turismo podem ser revisados com o objetivo de atualizar as propostas ali contidas, adaptando-as ao novo cenário percebido com a pandemia, a fim de adequar os objetivos à nova realidade do turismo nacional.



Parque Nacional Rio da Onça - Matinhos - Paraná - Brasil - Daniel Vianna/Banco de imagens MTur Destinos.

Notas de encerramento

É com grande satisfação que encerramos a segunda edição da Revista Dados & Informações abordando um tema tão caro e sensível para os setores de turismo e cultura no Brasil. A opção por debater os impactos da pandemia de COVID-19 reflete a preocupação da Coordenação-Geral de Dados e Informações em retomar este debate após a publicação do Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura.

O Relatório publicado ainda no ano de 2020 representou um momento especial no processo de difusão de dados sobre a política de turismo e de cultura, considerando que se tratou de uma primeira experiência enquanto relatório analítico sobre dados e informações gerados ou tratados pela Coordenação-Geral de Dados e Informações.

A partir do citado relatório, houve um deslocamento gradual da atuação da unidade para promover oferta não só de dados, mas de análises pontuais sobre ambos os setores. A presente edição é fruto do processo de amadurecimento desse papel.

Além do amadurecimento almejado pela unidade, é importante ressaltar a participação dos articulistas convidados na edição anterior e em outros documentos que auxiliam na percepção de pontos de vista diversos sobre a produção de dados e informações e elaboração de estudos. A discussão e o trabalho em conjunto com diferentes parceiros e organizações da sociedade civil, com a finalidade de promover o conhecimento e apoiar a criação, a transferência e a aplicação da informação, são fundamentais para a superação da crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19.

O consumo de tais documentos pela sociedade, pela comunidade acadêmica e pela iniciativa privada auxiliam também nesse processo de amadurecimento da reflexão sobre tais temas, considerando que a leitura e análise baseadas em documentos permitem um debate maior entre diferentes setores.

Dessa forma, acredita-se que esse debate entre pares reafirma o compromisso dessa Unidade com a importância de os dados estatísticos serem bem apresentados para que possam ser compreendidos, aceitos e usados. Há uma reafirmação da necessidade de diversidade de experiências dos pesquisadores e das pessoas que fazem uso, tratam e traduzem os números, uma vez que os diferentes olhares de cada profissional enriquecem e potencializam a visão sobre determinado assunto.

Esta edição é mais um forte movimento no processo de aproximar o trabalho de dados e informações dos envolvidos no tema, da sociedade e da iniciativa privada. Ainda há um longo caminho a ser percorrido e esta Unidade tem como plano, para consolidar o processo de publicações com uma linguagem cidadã e acessível, a elaboração de outras edições da revista, a alteração do formato do Anuário e produção de outros produtos aliados às novas tecnologias e formatos de comunicação.

Finalmente, é imprescindível destacar que o uso dos números fortalece sobremaneira a democracia. Bem usadas, as evidências podem nos ajudar a desenvolver uma economia próspera e geradora de empregos. Bem usadas, as evidências podem nos ajudar a lutar por mais justiça social. ■



“ ... Bem usadas, as evidências podem nos ajudar a desenvolver uma economia próspera e geradora de empregos. Bem usadas, as evidências podem nos ajudar a lutar por mais justiça social.”

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Dados e Estatísticas.**

Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas>

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). **Dados abertos.**

Disponível em: <https://dados.antt.gov.br>

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE. **Painéis Interativos do Observatório Brasileiro do Cinema e Audiovisual (OCA).**

Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/paineis-interativos>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas.**

Disponível em: [Estatísticas \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/estatisticas)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020** (Lei Aldir Blanc). 30/06/2020. Edição 123, Seção 1, Página 1.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD. **Resultados que a música agradece.**

Disponível em: <https://www3.ecad.org.br/o-ecad/resultados/Paginas/default.aspx>

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA FONOGRAFICA (*International Federation of the Phonographic Industry - IFPI*). **Global Music Report 2021.**

Disponível em: <https://www.ifpi.org/ifpi-issues-annual-global-music-report-2021/>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Estudo CLIA Brasil FGV 2019/2020.**

Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/cruzeiro-maritimo-estudo-de-perfil-e-impactos-economicos-no-brasil-temporada-2019-2020>

_____. **Impacto Econômico do COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro.**

Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/2a-edicao-impactos-economicos-da-covid-19-propostas-para-o-turismo-junho-2020>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).**

Disponível em: [Pesquisa Mensal de Serviços - PMS | IBGE](https://www.ibge.gov.br/pesquisas/pesquisa-mensal-de-servicos)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).**

Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/74/caged/>

_____. Banco Central do Brasil (Bacen). **Estatísticas.**

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>

- _____. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/empregador/caged>
- _____. **Relação Anual das Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (2017)**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil**. Site Dados e Fatos. Disponível em: [Boletins de Estatísticas Turísticas - Dados e Fatos \(turismo.gov.br\)](http://boletinsdeestatisticaturisticas-dados-e-fatos.turismo.gov.br)
- _____. **Sondagem Empresarial**. Site Dados e Fatos. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/sondagem-empresarial.html>
- OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **Painel de Dados**. Publicado em 13/04/2020. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/painel-de-dados-do-observatorio-itaucultural-tutorial>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo internacional**. ONU News, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736672>
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *UNWTO World Tourism Barometer, Volume 19, Issue 2, March 2021*. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/19/2>
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Arrecadação Federal**. Disponível em: [Arrecadação — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/arrecadacao)
- REVISTA ISTOÉ. **Vendas de livros no País crescem e pesquisa aponta para mais leitura na pandemia**. 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/vendas-de-livros-no-pais-crescem-e-pesquisa-aponta-para-mais-leitura-na-pandemia/>
- SEBRAE. **O Impacto da pandemia de Coronavírus nos Pequenos Negócios**, 10ª Edição do Sebrae, março de 2021. Coleta da pesquisa: 25 de fevereiro a 1º de março de 2021. Disponível em: [O Impacto da pandemia de Coronavírus nos Pequenos Negócios – 10ª Edição do Sebrae Março | 2021 | FGV Projetos](http://www.sebrae.com.br/publicacoes/impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios-10a-edicao-do-sebrae-marco-2021)
- SISTEMA FECOMÉRCIO. **A importância da leitura em tempos de isolamento**. Portal G1 – Radar do Comércio. 1º de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/sistema-fecomercio/radar-do-comercio/noticia/2020/06/01/a-importancia-da-leitura-em-tempos-de-isolamento.ghtml>
- SISTEMA NACIONAL DE CULTURA (SNC). **Painel de Dados Lei Aldir Blanc**. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/indicadorescultura/>



DADOS & INFORMAÇÕES

DO TURISMO NO BRASIL
Ano 1 □ 2ª Edição □ Junho de 2021

Gilson Machado Neto
Ministro de Estado do Turismo

Daniel Diniz Nepomuceno
Secretário Executivo

Luana Mara Nunes Boldori
Subsecretária de Gestão Estratégica

Elton Gomes de Medeiros
Coordenador-Geral de Dados e Informações

Jaqueline Silva Campos Magalhães
Coordenadora de Estudos e Pesquisas

João Felismario Batista Junior
Coordenador de Informações Estratégicas

André Ricardo Santana da Costa
Giselle Dupin
Isabel Christina Kelli
João Paulo Natario de Aguiar
Marina de Lima Rabelo
Thalysom Barboza Mourão
Equipe Técnica

Alan Maciel Francisquini
Gustavo Alves Gusmão
Apoio Operacional

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Coordenação-Geral de Dados e Informações (CGDI)
Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE)
Secretaria Executiva (SE)

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 209,
2º Andar - CEP: 70065-900 - Brasília - DF



Mais dados e informações sobre o turismo brasileiro
disponíveis no **Portal Dados e Fatos do Ministério do Turismo**:
<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>

@cgdi@turismo.gov.br ☎ +55 61 2023-8250



DADOS E INFORMAÇÕES

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA



MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL